

AS CIDADES E A COVID-19:

NECESSIDADES, EXPECTATIVAS E TENDÊNCIAS TRAZIDAS PELA PANDEMIA

Organizadoras:

Clarissa Stefani Teixeira

Ágatha Depiné

VIA


traços urbanos

AS CIDADES E A COVID-19: NECESSIDADES, EXPECTATIVAS E TENDÊNCIAS TRAZIDAS PELA PANDEMIA

Organizadoras:

Clarissa Stefani Teixeira

Ágatha Depiné



VIA ESTAÇÃO CONHECIMENTO

São Paulo

2021



AS CIDADES E A COVID-19: NECESSIDADES, EXPECTATIVAS E TENDÊNCIAS TRAZIDAS PELA PANDEMIA

© 2021 dos autores

Foto da capa: Gabriel Rodrigues / Unsplash

Diagramação: Mariana Barardi

Milena Maredmi Corrêa Teixeira CRB/SC 14/1477

T266c

As cidades e a covid-19: necessidades, expectativas e tendências trazidas
pela pandemia / Clarissa Stefani Teixeira; Ágatha Depiné (Orgs.) –

São Paulo: Perse.

225p.: il. 2021

1 e-book

Disponível em: < <http://via.ufsc.br/> >

ISBN 978-65-5879-069-3

1. COVID-19. 2. Pandemia. 3. Cidades. I. Teixeira. Clarissa Stefani II.
Depiné. Ágatha III. Via Estação Conhecimento. IV. Traços Urbanos

CDU: 330.341: 616-036.21 (81)



Permitido que se façam download e os compartilhem desde que atribuam crédito ao autor, mas sem que possam alterá-los de nenhuma forma ou utilizá-los para fins comerciais.

ORGANIZADORAS

Clarissa Stefani Teixeira. Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Possui pós-doutorado em Engenharia de Produção. É professora do Departamento de Engenharia do Conhecimento, do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento (Mestrado e Doutorado) e do Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT) da UFSC. Líder do grupo VIA Estação Conhecimento, o primeiro e único grupo de pesquisa especializado em Habitats de Inovação e Empreendedorismo no Brasil.

Ágatha Depiné. Doutoranda e mestre em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com estágio doutoral no Departamento de Planejamento, Design e Tecnologia da Arquitetura da Sapienza Università di Roma (2019-2020). Pesquisa e escreve sobre conhecimento cívico, participação cidadã na política urbana e governança nas cidades. É advogada urbanista, membro da Comissão de Direito Urbanístico da OAB/SC e editora do portal Urban Studies.

AUTORES

Alexandre Conceição Neto. Doutorando Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, mestre em Engenharia Ambiental pela UFSC (2004) e graduado em Administração pela UFSC (2000). Gerente de Projetos da Secretaria de Estado da Agricultura de Santa Catarina - SAR e Coordenador Executivo do Núcleo de Inovação Tecnológica para a Agricultura Familiar - NITA.

Andreia Pelegrini. Graduada em Educação Física pela Faculdade Assis Gurgacz. Mestre e Doutora em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora na Graduação em Educação Física e no Programa de Pós Graduação em Ciências do Movimento Humano na Universidade do Estado de

Santa Catarina (UDESC). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Cineantropometria (GEPECIN/UDESC).

Cristiane Dall' Cortivo Lebler. Graduada em Letras – Português pela Universidade Federal do Rio Grande. Mestre e Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul com período sanduíche na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (Paris). Realizou pós-doutorado em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora adjunta do Departamento de Metodologia de Ensino da Universidade Federal de Santa Catarina.

Cristina Müller. Urbanista e arquiteta, graduada pela Universidade Federal de Santa Catarina. É mestranda em Projeto e Planejamento no PPG/FAU da Universidade de Brasília. Como mulher bissexual cisgênera, estuda gênero, sexualidade, LGBTQIA+, ocupação urbana e direito à cidade. Sua vivência e sua pesquisa a estimulam na busca pela integração urbana de minorias sociais.

Christian Krambeck. Graduado em Arquitetura e Urbanismo (2000) com especialização em Planejamento e Gestão Regional (2002) pela Universidade Regional de Blumenau (FURB) e mestrado em Arquitetura e Urbanismo (2007) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É sócio da empresa Terra Arquitetura e Planejamento Ltda. e professor titular do curso de Arquitetura e Urbanismo da FURB.

Diego Marconatto Possui doutorado (UFRGS) e pós-doutorado (HEC Montreal/Canadá) em administração e foi visiting scholar na Universidad de Sevilla. Atualmente, é professor associado da Escola de Gestão e Negócios da Unisinos. Seus interesses de pesquisa estão relacionados ao empreendedorismo e ao desempenho, sobrevivência e crescimento de pequenas e médias empresas (PMEs). Atua também como consultor de negócios.

Edgar Pereira da Silva. Multiartista brasileiro reconhecido internacionalmente por suas apresentações musicais e produções audiovisuais, com participações em trabalhos com Elza Soares, João Donato, Céu e Baiana System. Ganhou

dois prêmios como artista revelação no ano de 2018, pela SIM e pela APCA, e recebeu o prêmio Zumbi dos Palmares da Legislação de São Paulo pela sua influência na luta anti-racista em 2019.

Emidio Teixeira. Doutorando na Escola de Gestão e Negócios da Unisinos. Sua pesquisa é dedicada a compreender as relações entre os ecossistemas de inovação e o desempenho de pequenos negócios, especialmente em empresas nascentes de base tecnológica (*high-tech startups*). Atuou também como gestor de pequenas empresas e colaborou com agências de fomento ao empreendedorismo e desenvolvimento tecnológico.

Érico Pereira Gomes Felden. Professor do Departamento de Ciências da Saúde da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Possui doutorado em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pós-doutorado em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Coordenador do grupo de pesquisa Aprendizagem Motora e Desenvolvimento Humano e orientador de mestrado e doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da UDESC.

Fabiana Teixeira. Doutora em Psicologia (PUC Minas), Mestre em Educação (Universidade Federal de Viçosa), Especialista em Desenvolvimento Humano (Universidade Federal de Juiz de Fora), Psicóloga aprimorada em Psicanálise e em Psicoterapia para pessoas enlutadas (PUC - SP). Graduada em Psicologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professora do Centro Universitário de Viçosa (Univiçosa) e psicóloga clínica.

Flávia Fiorin. Mestre em Gestão e Negócios pela Unisinos e Universidade de Potiers (França), Especialista em Administração de Empresas pela FGV e Arquiteta e Urbanista formada pela UFSM. Possui formação em gestão de incubadoras de empresas pela Anprotec (Brasil) e em gestão de áreas de inovação pela Innopolis Foundation (Coreia do Sul). Executiva do Tecnopuc e Coordenadora da Rede INOVAPUCRS, fórum que conecta Unidades Acadêmicas e Periféricas à temática de inovação na PUCRS.

Gaspar Peixoto. Aluno de mestrado na Escola de Gestão e Negócios da Unisinos. Sua pesquisa é dedicada a compreender os fenômenos do empreendedorismo e crescimento de pequenas e médias empresas (PMEs), com atenção especial aos capitais e características dos empreendedores de sucesso. Foi fundador e CEO de uma empresa de TIC e atualmente é consultor de TIC e de desenvolvimento de negócios

Jefferson Lewis Velasco. Graduado em Relações Internacionais pela UNISUL. Atua como Analista de Negócios no Centro de Informática e Automação do Governo do Estado de Santa Catarina (CIASC) desde 2010, exercendo hoje a função de Coordenador de Inteligência de Dados e Serviços Corporativos. É pesquisador no grupo Lemme Lab, grupo vinculado ao Programa de Pós Graduação em Design da UFSC.

João Henrique Celant. Doutor em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali) com período sanduíche na Università degli Studi di Perugia (Itália). Mestre em Ciência Jurídica pela Univali. Mestre em Derecho Público pela Universidad de Caldas (Colômbia). MBA Business Intuition Identidade Empresarial pela Antonio Meneghetti Faculdade (AMF). Graduado em Direito pela Univali. Professor universitário, assessor parlamentar e advogado.

Jorge Luis Nicolas Audy. Doutor em Sistemas de Informação pela UFRGS (2001), com Pós-Doutorado na IASP (Associação Internacional de Parques Científicos e Áreas de Inovação), na Tsinghua University, China, e Universidade de Málaga, Espanha (2016). Professor Titular da Escola Politécnica e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação. É Superintendente de Inovação e Desenvolvimento da PUCRS e do TECNOPUC.

Jorge Piqué. Graduado em Letras (Português-Grego Antigo) e Mestre em Filosofia da Linguagem pela Universidade de São Paulo. Foi professor na Universidade Mackenzie e na Universidade Federal do Paraná. Em 2012 criou a UrbsNova - Agência de Design Social e Inovação, desenvolvedora do Distrito Criativo de Porto Alegre.

Júlio Monteiro Teixeira. Doutor em Engenharia de Produção pela UFSC. Professor do Curso de Design e dos Programa de Pós-Graduação em Design e em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Atua como líder do Laboratório e Grupo de Pesquisa: Lemme Lab - Gestão Visual e Inovação Digital. É autor da obra *“Gestão Visual de Projetos: utilizando a informação para inovar”*.

Leandro Werner Ribeiro. Graduado em Publicidade e Propaganda pela FURB e especialista em Gestão do Design. Mestre e Doutorando em Design pela UFSC. Pesquisador do LEMME/UFSC. Atua como professor de Criatividade e consultor nas áreas de criatividade, inovação e branding. Certificado pela Associação de Master Trainers para aplicação da metodologia de LEGO® SERIOUS PLAY®

Luana Wedekin. Graduada em Educação Artística com habilitação em Artes Plásticas (UDESC). M.A. History of Art (The Courtauld Institute of Art, London), Mestre em Antropologia Social e Doutora em Psicologia pela UFSC. Professora do Departamento de Design e do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da UDESC. Membro do Comitê Brasileiro de História da Arte, da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas e da Associação Brasileira de Críticos de Arte.

Lucas Berdague Corrêa. Bacharel em Direito e mestrando em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Membro do ARQMnese - Percepção e Memória do Espaço Construído, do LAB.PEI - Laboratório de Práticas Espaciais e Interurbanidades, e do PUPA. Pesquisa e tem interesse em estudos inter e multidisciplinares sobre política, direitos, comunicação, cidades e tecnologia.

Luiz Renato Munro de Mattos. Bacharel em Administração pela Universidade Federal de São Carlos é CEO e Cofundador da ONBOARD, empresa que atua na transformação digital de sistemas de transporte coletivos e na construção da primeira Plataforma de Mobility as a Service (MaaS) do Brasil. Especialista em MaaS do Consórcio contratado pelo Banco Mundial para modernização do CCO - Centro de Controle Operacional da SPTrans.

Marcus Rocha. Superintendente de Ciência, Tecnologia e Inovação na Prefeitura Municipal de Florianópolis. Mestre em Administração em Gestão e Inovação em Organizações (ESAG-UDESC), MBA em Gestão Estratégica da Inovação Tecnológica (SOCIESC), e Bacharel em Ciências da Computação (UNISUL). Na área educacional, é professor em cursos de graduação e pós-graduação na área de gestão em instituições como Estácio e SENAC.

Maria Augusta Orofino. Apaixonada por pessoas e por compartilhar conhecimento. É palestrante, consultora, pesquisadora e professora. Mestre em Gestão do Conhecimento com cursos de extensão realizados na Duke University, UC Berkeley e Universidade de Barcelona. É autora do livro *“Liderança para Inovação”* e co-autora dos livros *“Business Model You”* e *“Ferramentas Visuais para Estrategistas”*.

Maria Eduarda Zanella. Estudante da graduação de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Santa Catarina. Movida por desafios, busca aprender mais sobre inovação, cidades inclusivas e humanas e levar o conhecimento a comunidade, fazendo de alguma forma um mundo melhor. Acredita no papel da participação cidadã para construção de espaços urbanos mais justos.

Mateus Augusto Bim. Graduado em Educação Física (Bacharelado) pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). Mestre em Ciências do Movimento Humano pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Doutorando em Ciências do Movimento Humano pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Mônica Renneberg da Silva. Graduada e Mestre em Design pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atuação de mais de 15 de anos na intersecção entre Design, Educação e Tecnologias, articulando setor público, empresas e ONGs para criação de políticas, serviços e produtos mais humanos e inovadores.

Murilo Cavalcanti. Graduado em Administração de Empresas. Especializou-se em políticas públicas de prevenção à violência urbana, inclusão, urbanismo so-

cial e políticas territoriais de promoção da cidadania, cultura de paz e empreendedorismo social. Foi o principal estrategista dos Centros Comunitários da Paz - COMPAZ, equipamento em pleno funcionamento nas periferias da capital de Pernambuco. Secretário de Segurança Urbana da cidade do Recife e co-autor da obra *“As Lições de Bogotá e Medellín: do caos à referência internacional”*.

Murilo Serafim Trevizol. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Vale do Itajaí (2013). Dissertação defendida com aprovação no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (2017) sobre a compatibilização de Planos Diretores Municipais em âmbito regional. Atua no campo da inovação, empreendedorismo e criatividade pela Gestalt Open Innovation e Linkmesh. Coordena o movimento de impacto social através da streetart, OpenStreetGallery.CO.

Rubian Andrade. Doutor e em Ciências do Movimento Humano (2019) pela Universidade do Estado de Santa Catarina (CEFID/UDESC). Pesquisador do Núcleo de Pesquisas em Ciências da Saúde (Nupecis). Professor do curso de Bacharelado em Educação Física do Instituto de Ensino Superior da Grande Florianópolis (IESGF) e Professor colaborador do CEFID/UDESC, lecionando nos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física.

Sandra Makowiecky. Professora de Estética e História da Arte do Centro de Artes e do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, na linha de Teoria e História da Arte, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). É membro da Associação Internacional de Críticos de Arte - Seção Brasil Aica UNESCO. Membro do Comitê Brasileiro de História da arte. Associada da ANPAP.

Silon Procath. Doutor em Ciência e Tecnologia Agroindustrial pela UFPel e Graduado em Agronomia pela UFSM. Atua como Coordenador de Empreendedorismo da Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia da UFSM sendo responsável pelo e pelos ambientes de inovação da UFSM. Professor de Inovação e Empreendedorismo no MBA em Agronegócios da Universidade de Cruz Alta e pesquisador no Grupo Via Estação do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina, atuando no Programa “Agroinovação-SC”.

Suen Trevisan Kothe. Arquiteta e Urbanista formada pela Unisc e especialista em Arquitetura Comercial pela Unisinos. Com mais de 10 anos de carreira profissional, acredito que o mais valioso é materializar a personalidade de cada cliente. É tornar real o que antes era apenas uma ideia distante.

Tainá Pacheco. Bacharel em economia pela USP e mestre em Administração Pública e Governo pela FGV-SP. Em sua pesquisa de mestrado se debruçou sobre a interação entre transportes e habitação, avaliando o impacto do Programa Minha Casa Minha Vida no acesso a oportunidades. Pesquisadora associada do CEPESP/FGV e do NEREUS/USP.

Thais Silva Beltrame. Doutora em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professora Titular da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) atuando junto ao Departamento de Ciências da Saúde. Coordenadora do Núcleo de Pesquisas em Ciências da Saúde (Nupecis/UDESC). Orientadora de mestrado e doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da UDESC.

Yuri Kieling Gama. Doutorando pela Universidade de Massachusetts com foco em História Urbana e Habitação Social na América Latina. Atualmente, escreve tese sobre políticas urbanas de construção de conjuntos habitacionais no nordeste brasileiro entre 1890 e 1990. Atua como assistente de professor e realiza pesquisas em História Digital, História Pública e História Contemporânea Brasileira.

SUMÁRIO

A pandemia, cidades, vidas e pessoas	18
<i>Clarissa Stefani Teixeira</i>	
Resiliência urbana e o impacto da COVID-19 nas cidades	24
<i>Ágatha Depiné</i>	
Os espaços públicos e as cidades em pandemia	31
<i>Maria Eduarda Zanella</i>	
Espaços e distâncias na pandemia: presenças ausentes e proximidades distantes nas conexões afetivas	40
<i>Fabiana Teixeira</i>	
Arquitetura emocional: a pandemia e um novo conceito de lar	46
<i>Suen Trevisan Kothe</i>	
Reflexões sobre a habitação na história e durante a pandemia da COVID-19	51
<i>Yuri Gama</i>	
<i>Garden cities</i> no contexto de uma pandemia	62
<i>Jorge Ferro Piqué</i>	
Agricultura urbana e periurbana e seu papel na transformação das cidades	71
<i>Alexandre Conceição Neto</i>	

A pandemia como aceleradora da transformação digital das cidades	76
<i>Leandro Wener Ribeiro, Júlio Monteiro Teixeira</i>	
Dados para uma gestão pública inteligente: a experiência COVID-19 como catalisadora de inovação na prevenção de eventos epidêmicos	84
<i>Jefferson Lewis Velasco, Júlio Monteiro Teixeira</i>	
Florianópolis: as perspectivas da gestão da cidade em um novo cenário urbano	91
<i>Silvia Ribeiro Lenzi</i>	
A cidade de Santa Maria: uma reflexão sobre a situação atual e a estratégia para o pós-pandemia	98
<i>Silon Procah</i>	
As Sompas da nossa era: cidades insensíveis, cidades contingenciadas	105
<i>Lucas Berdague Corrêa</i>	
Centros Comunitários da Paz em Recife: um modelo de sucesso inspirado nas intervenções de urbanismo social de Medellín	111
<i>Murilo Cavalcanti</i>	
Mortalidade por covid-19 e obesidade: gestão das cidades e as desigualdades em saúde urbana	114
<i>Érico Felden, Rubian Andrade, Giselly Moreira, Mateus Bim, Andreia Pelegrini, Thaís Beltrame</i>	

Vivências LGBTQIA+ no contexto de duas pandemias: HIV/AIDS e COVID-19.....	121
<i>Cristina Besen Müller</i>	
Educação em tempos de pandemia: desafios e perspectivas	128
<i>Cristiane Lebler</i>	
Educação para uma arquitetura e urbanismo pós-pandemia	135
<i>Christian Krambeck</i>	
Beleza e estética das cidades como elementos civilizatórios	142
<i>Sandra Makowiecky</i>	
A reprogramação espacial e a necessidade do espaço de cura.....	151
<i>Murilo Serafim Trevizol, Edgar Pereira</i>	
A pandemia e as inquietantes cidades metafísicas.....	158
<i>Luana Maribele Wedekin</i>	
A cidade pós pandemia: propostas para o fortalecimento da mobilidade urbana sustentável.....	164
<i>Tainá Pacheco</i>	
A mobilidade urbana no futuro das cidades: o fim da ficção científica na condução de políticas públicas.....	172
<i>Luiz Renato Muno de Mattos</i>	
Direito à cidade em tempos de pandemia: um recorte da realidade urbana brasileira	177
<i>Ágatha Depiné</i>	

Interpretação constitucional das competências federativas pós-pandemia da COVID-19	184
<i>João Henrique Pickcius Celant</i>	
Novas formas de trabalho, espaços domiciliares e entregas de valor	190
<i>Maria Augusta Orofino</i>	
Criação e colaboração no trabalho remoto: o que levaremos para o mundo pós-pandemia?.....	197
<i>Mônica Renneberg da Silva Carlesso</i>	
Habilidades-chaves para PMEs urbanas vencerem a pandemia.....	204
<i>Gaspar Antônio Peixoto, Diego Antônio Bittencourt Marconatto, Emidio Gressler Teixeira</i>	
Ressignificando os espaços dos ecossistemas de inovação: em direção ao modelo híbrido.....	209
<i>Jorge Audy, Flavia Siqueira Fiorin</i>	
O reposicionamento dos habitats de inovação após a pandemia do covid-19.....	213
<i>Marcus Rocha</i>	



APRESENTAÇÃO

A PANDEMIA, CIDADES, VIDAS E PESSOAS

China anuncia contaminação em massa e, meses após o descobrimento do vírus, muitos países ainda não tinham entendido os possíveis reflexos em seus territórios. Assim, pessoas mantiveram normalmente suas vidas e seu dia a dia. Com o anúncio da pandemia aos poucos governos e cidadãos passam a perceber a proximidade da doença. A realidade ainda estava por vir e as incertezas eram a única certeza que se tinha.

Na era do conhecimento, por incrível que pareça, informações desconstruídas eram (e ainda são) constantemente encontradas, divulgadas, compartilhadas e discutidas. Nem a classe mundial de pesquisadores de ponta não concordam e, diferentes visões são apresentadas. Por outro lado, o cidadão ainda não está habituado a checar fontes, buscar conhecimento científico e se manter em uma linha preventiva. Governos que não se prepararam foram criticados, governos que buscaram se preparar foram criticados, governos que buscaram medidas mais restritivas foram criticados, governos que buscaram medidas menos restritivas foram criticados. Definitivamente não houve, em nenhuma parte do mundo, solução ideal que impedisse que o vírus chegasse. Houveram sim populações mais conscientes que, de forma integrada e preventiva, conseguiram minimizar seus impactos. Entretanto, o minimizar ainda não é suficiente. Planejamento pautado em dados para tomada de decisão inteligente foi vista de forma coesa em poucos lugares. Em muitos deles, nem dados existiam e assim, como tomar a decisão diante do desconhecido?

Mais que nunca a prática de governo aberto, da educação para a cidadania e de investimentos que gerem a prevenção foram considerados relevantes. Em alguns casos houve avanço com a pandemia, pelo menos na questão dos dados, em outros o caminho ainda parece longo.

Março de 2020, após vários países estarem com fronteiras fechadas, em *lockdown* o brasileiro se desespera como se não soubesse da realidade mundial. Pânico é encontrado nas cidades. Pessoas se acumulam em supermercados, com afrontamentos violentos por vezes, para garantir não apenas alimento, mas papel higiênico e álcool este, que já não havia disponível em farmácias e outros estabelecimentos e tinha seu preço fiscalizado pelos órgãos governamentais. Ao mesmo tempo a comunidade de makers se unia e

começava uma produção em massa de mascarás para destinar aos profissionais da saúde. Que movimento dos habitats de inovação e dos fazedores que muitas vezes nem sabem que são makers!

Claro que muitas atividades seguiram com adaptações das condições sanitárias. Entretanto, em muitos casos, como a realização de eventos, a classe de música e turismo foram extremamente impactados. Novas formas de prestar serviços foram aos poucos sendo criadas. As pessoas tiveram que se reinventar, serem criativas e inovar. Inovações surgiram em muitos seguimentos e as empresas mais resilientes conseguiram se adaptar e se manter fortes. Em muitos casos, as adaptações não foram tão fáceis e, com as medidas restritivas nem as práticas online foram capazes de superar os desafios ou ainda não foram possíveis de serem utilizadas.

Inquietação em todos os ramos da vida profissional. Questionamentos se haveria abastecimento suficiente se a indústria parasse, e agora? Se os empregos seriam mantidos mediante a baixa de consumo e a impossibilidade de manter muitos estabelecimentos abertos. Ao certo não se sabia o que aconteceria. Se falava em mortes em massa, em cadáveres pela rua, em fome generalizada. De fato, mortes estão ocorrendo, empregos foram perdidos e há muitas pessoas em dificuldade, mas o cenário real ainda não se tem conhecimento ao menos não em sua plenitude com uma visão holística que esperamos.

O trabalho remoto chega em maior velocidade para alguns e, para outros, em menor. Verdade que para alguns não chegou e será difícil chegar. Mas se fala em transformação digital que foi acelerada com a COVID-19. Ao mesmo tempo, a dificuldade do uso das ferramentas digitais é percebida e parece que evidenciada e muito discutida na web. Surpresa? Eu diria que não. Muitos estudos por anos já apresentavam o péssimo quadro, não apenas da conexão do cidadão (principalmente do brasileiro), mas também da necessidade da formação de crianças, jovens, adultos e idosos. Preparação para uma era (que estaria longe) não houve. Escolas e universidades não estavam preparadas para a mudança e esta, não pôde ser feita de um dia para outro e nem de um mês para outro. As dificuldades iniciaram-se com as diferentes percepções sobre a formação, ao ensino remoto, a educação a distância. Mais que isso, professores de diferentes níveis não estavam preparados para uma mudança tão significativa. E os alunos? Pode-se dizer que também não. Assim nos encontramos. Escolas sem funcionar. Bebês, crianças e jovens permanecem 24 horas em casa ou em apartamentos. Famílias isoladas. Universidades federais com práticas remotas e, em alguns casos, com proibições de uso de suas insta-

lações. O mundo da educação nunca foi tão criticado. A gestão pública também sofre com os desafios da era digital e no setor privado não foi diferente. Todos estão se adaptando.

Se por um lado a vida profissional estava mudando radicalmente, para a maioria das pessoas, por outro todas estavam com suas vidas pessoais também em fase de transformação. Com o desenvolvimento das atividades em home office, 100% do tempo, novos desafios eram encontrados. Estar conectado tinha barreiras que iam além do saber usar as diversas ferramentas propostas e de ter uma boa internet. O espaço de trabalho ergonômico, adequado e satisfatório não é assim tão trivial como se esperava do empregador. Nunca a ergonomia física, organizacional e psicológica esteve tão em voga, não é mesmo? Desta última, a concentração e a motivação também estavam em jogo. O ambiente caseiro, antes tão acolhedor e com a nossa cara, se mostrava como o desafio daqueles que tinham potencial para continuar na ativa mesmo que remotamente. Conseguir se organizar nunca pareceu ser tão difícil. E o que ainda poderia ser pior? A sanidade mental que pegou muitas pessoas com o isolamento social. Mais uma vez, estava evidenciado que a crise também era pautada nos processos mentais, nas doenças como depressão e ansiedade. Ao mesmo tempo em que as pessoas permanecem em casa, restritas ao seu próprio mundo, a beleza de nossos territórios ganha fôlego. Com a diminuição da circulação, vários locais evidenciam melhorias no meio ambiente e redução da poluição, por exemplo. Em contrapartida, espaços públicos maravilhosos ou não tão maravilhosos, não são utilizados. A insegurança humana toma conta do poder respirar ar puro, de poder sair livremente. Claro que em muitos locais isso durou pouco e a vida segue.

O que se sabe e vem sendo alertado por vários profissionais da saúde é que uma importante discussão a ser feita e que deve refletir na atitude do cidadão está focada nos problemas de saúde que não foram descobertos e daqueles que não foram tratados no período da pandemia e que ainda irão demonstrar sua força. Então não apenas o COVID19 vem sendo temido. A falta de exercícios físicos também vem sendo indicada como um dos prejuízos para a saúde (e isso não é apenas na pandemia, mas em muitos casos foi agravada por ela). Doenças silenciosas e problemas como a obesidade irão se refletir em condições futuras que não vem sendo percebidas como sendo positivas em um momento muito próximo.

O que fazer se era necessário trabalhar, se cuidar e ao mesmo tempo cuidar? Os dias ainda permanecem com a mesma carga horária. Temos menos de 24 para fazer, afinal ainda precisamos dormir. Com domínio das tecnologias, cada vez mais as pessoas

despertam e o trabalho parece aumentar. Assim, ter momentos de lazer, em muitos casos, ficou inviável ou reduzido. As amenidades se restringem ao digital e muitos casos são agravados com a interação digital que muitos consideram ser uma vida mostrada para os outros que reflete a realidade vivida. Afinal, há saudades do toque e dos abraços. É verdade e temos que comentar que para algumas pessoas parece que existem férias e estas ocorrem desde março. Não dá para entender. Chegar em um equilíbrio está realmente difícil.

Outro ponto que merece destaque é que as pessoas também não estavam acostumadas com uma convivência tão intensa com a família. Estranho, não? Realmente a pandemia trouxe mudanças não apenas no espaço urbano, onde medidas restritivas e de cuidados ainda precisarão ser feitas, mas também no dia a dia de casa com aqueles que mais amamos. O chamado “novo normal” não tem um padrão definido. Afinal, não sabemos nem quando e se existirá o pós-pandemia. Absolutamente existe diferentes pontos de vistas, seja para a retomada, para as vacinas, para o uso de máscara e para a imunidade de rebanho... e isso ainda vai longe.

A resiliência do ser humano está em prova. Se manter economicamente e socialmente ativo nunca foi tão necessário e ao mesmo tempo discutido. Ao mesmo tempo em que as vidas importam, manter a economia também é prática necessária e tem relação direta com a manutenção dos serviços básicos ao cidadão. As óticas por vezes podem ser diferentes, mas cultiam na perspectiva do bem estar e da qualidade de vida das pessoas, em curto, médio e longo prazo.

Esperamos que hajam avanços na ciência, avanços que permitam que a cultura da população evolua e que sejamos seres críticos menos influenciados por achismos e pelo senso comum. Que estejamos mais envolvidos com as questões reais e que, de forma urgente consigamos pensar não apenas em nós mesmos e nas pessoas próximas.

Por fim, ao sair nas ruas por opção ou pela falta dela, ainda com medo (pelo menos eu), parece que a vida está normal (alguns com máscara e outros não, alguns mantendo distância e nos olhando em desconfiança, outros próximos como se não houvesse pandemia ou como se realmente estivessem imunizados). Não dá para negar, carros confirmam a falta de mobilidade das cidades, faltam estacionamentos ao mesmo tempo em que há restrição no transporte público. Praias continuam sendo aproveitadas ao maravilhoso sol que nasce todos os dias para todos. Os bares e cafeterias estão lotados e há sim movi-

mento do cidadão no território. Pelo menos alguns que podem aproveitar, alguns que devem trabalhar e alguns que conseguem ficar em casa! Difícil dizer o que será do amanhã em um mundo em que temos incertezas do hoje.

Assim, esse livro busca reunir diferentes pontos de vistas que instigam nossa reflexão sob os diferentes aspectos da cidade, da vida e das pessoas. Nele são apresentadas percepções de especialistas - pessoas como nós que vivem e sentem e também tem anseios de um mundo melhor. Boa leitura!

Clarissa Stefani Teixeira, Dra.



RESILIÊNCIA URBANA E O IMPACTO DA COVID-19 NAS CIDADES¹

Ágatha Depiné

A resiliência é tradicionalmente relacionada à elasticidade e possibilidade de um material retornar à sua forma original após uma tensão ou deformação. Etimologicamente, o termo resiliência deriva da palavra latina *resilio*: recuperar. Embora tenha sido difundido na física, ao longo do tempo esse conceito passou a ser utilizado em áreas diversas, como comportamento humano, gestão organizacional e até mesmo no urbanismo.

Resiliência urbana é a capacidade dinâmica do sistema urbano, em todos os aspectos que o constituem, de manter, retornar, adaptar ou transformar rapidamente suas funções diante de um distúrbio ou mudança que limite suas possibilidades atuais ou futuras (MEEROW; NEWELL; STULTS, 2016).

Modelo da OECD define que uma *cidade resiliente* é aquela com “capacidade de absorção, recuperação e preparação para choques futuros”, sejam eles de natureza econômica, ambiental, social ou institucional. Assim, a resiliência está ligada à continuidade e sobrevivência de uma cidade, passando por uma reinvenção se preciso, diante da emergência ou desastre. É a capacidade de resposta em momentos de adversidade que definem um novo “antes e depois”, *uma ruptura que se sobreponha à visão de futuro daquela cidade e mude seus rumos*.

As cidades são sistemas complexos, mas também vulneráveis, que precisam se transformar para enfrentar novos e incertos desafios que influenciam a qualidade de vida dos cidadãos no espaço urbano, os quais vão da desigualdade econômica e conflitos geopolíticos às mudanças climáticas e degradação ambiental. Isso quer dizer que, diferente de um material resiliente, uma cidade resiliente não retorna ao seu estado anterior após o processo de ruptura sofrido. *Uma cidade resiliente se torna diversa*.

Ao longo da história, cidades em diferentes regiões e continentes foram afetadas por guerras, crises e desastres, conseguindo se metamorfosear e sobreviver, como: Hiroshima, Berlim, Hong Kong, Medellín e Nova York. Esta última, após o [Onze de Setem-](#)

¹ Esse ensaio foi originalmente publicado no Blog da VIA em 14 de abril de 2020.

bro, foi o centro de uma crise internacional. A economia foi paralisada, houve uma crise imobiliária, a violência urbana se intensificou com a diminuição de policiais nas ruas – especialmente roubos, furtos e homicídios, o turismo sofreu com a perda de cerca de um milhão de turistas e, em pouco meses, foram necessários bilhões de dólares em obras de reconstrução que transformaram a paisagem urbana. Houve ainda o impacto emocional na comunidade, com o medo, a angústia, a insegurança e a sensação de que o mundo havia mudado para sempre (RESENDE, 2010). Apenas após um trabalho de longo prazo, sob uma liderança definida e com base na revitalização urbana, a maior cidade dos EUA pôde se recuperar.

Na década seguinte, em 2012, Nova York sofreu o impacto de um desastre natural: o furacão Sandy. Além de deixar vítimas fatais, milhões de cidadãos ficaram sem água e energia elétrica, inundações interromperam o transporte público, milhares de pessoas foram retiradas de áreas de risco, casas foram destruídas e os danos resultaram num prejuízo estimado em US\$ 19 bilhões.

Após o desastre foi preciso fazer mais do que reconstruir. Esse acontecimento provocou o desenvolvimento de novos planos, políticas e ações voltadas à redefinição de sua infraestrutura para prevenir futuros incidentes e mitigar riscos de desastres, além de repensar a habitação, as características das construções em diferentes áreas, revisar zonas de evacuação, o sistema de atendimento à população e seus instrumentos reguladores. A necessidade de mudança em diferentes aspectos de sua infraestrutura tornou-se um consenso e os antigos modelos de planejamento urbano adotados na cidade passaram a ser vistos como causa das vulnerabilidades do momento (WAKEFIELD, 2020). Os efeitos das ações conjuntas realizadas após o furacão Sandy transformaram Nova York.

Com uma ruptura de natureza diversa, Medellín, segunda maior cidade colombiana, é mais uma das que utilizaram a resiliência urbana para se reinventar. Na década de 90, sob a influência do narcotráfico, a cidade era considerada a mais violenta e insegura do mundo. Duas décadas depois, em 2013, totalmente transformada, foi premiada como a mais inovadora.

Foi apenas após o início dos anos 2000 que a visão sobre essa cidade, fortemente influenciada pela violência e corrupção, começou a ser transformada. Utilizando soluções inovadoras em mobilidade como o Metrocable e as escadas rolantes da Comuna 13, novas políticas para inclusão social, recuperação de espaços públicos, melhorias nos bairros periféricos, investimento em transparência e engajamento cidadão, foi possível transfor-

mar o espaço urbano e atrair a atenção internacional para o modelo de sucesso da cidade (FRANCO; ORTIZ, 2020). Uma nova Medellín.

Agora o mundo enfrenta um desafio que impacta diretamente as cidades: a pandemia do coronavírus (COVID-19). O vírus se espalhou rapidamente por todos os continentes nos últimos quatro meses e o número de casos se aproxima de dois milhões, paralisando um terço da população.

A indicação de governantes e cientistas é mantermos distância, enquanto uma das características principais da cidade é estarmos juntos, convivermos. Pesquisas apontam que as medidas restritivas impostas à população, como distância social e quarentena, podem se prolongar por anos até que haja um tratamento adequado para a doença. Apesar de algumas cidades despontarem no momento, como Bergamo, Wuhan e Teerã, esse é um problema global.

Por um lado, a disseminação do vírus expõe vulnerabilidades e provoca a reflexão sobre características específicas das cidades que poderiam ou não ter propiciado a disseminação do vírus, tais como densidade, faixa etária da população, condições de habitação e circulação de viajantes; por outro, nos desperta para uma realidade conhecida, mas subestimada pelas cidades até então.

Distanciamento social e a mobilidade urbana

Algumas situações em curso já começam a alterar o cenário atual como, por exemplo, a mobilidade urbana. Enquanto algumas cidades passaram a adotar rapidamente medidas para permitir maior distanciamento social, tais como novas ciclovias, alargamento das calçadas, fechamento de ruas e criação de espaços sem carros para que os pedestres possam circular com uma distância de pelo menos um metro e meio, outras sentem um profundo impacto no transporte público.

Budapeste sofreu uma redução de 90% no uso de ônibus e 50% no tráfego rodoviário. Nas cidades chinesas, após o fim das restrições e quarentena, o medo de contágio na população fez com que o uso de transporte público fosse reduzido pela metade e corridas de táxis se tornassem menos frequentes, duplicando o uso de carros particulares nas ruas. Isso indica que com a pandemia há um movimento em direção ao transporte individual, como carro e bicicleta, abandonando o transporte público e opções de compar-

tilhamento. O resultado dessa mudança será sentido negativamente no tráfego urbano, nos índices de poluição, na crise climática global e na saúde da população. Fica claro que expandir a caminhabilidade urbana, nesse contexto, torna-se cada vez mais urgente.

#stayhome e o “morar bem”

A pandemia trouxe à tona outras questões ligadas à densidade e habitação nas cidades. A densidade não é um problema, mas depende das condições de vida para a população. Londres, uma das principais metrópoles mundiais, tem 16% de suas famílias vivendo em acomodações superlotadas, um índice quase três vezes maior que outras regiões do Reino Unido. Relatório publicado na última semana indicou que, na Inglaterra, locais compartilhados pelas pessoas com menos quartos e banheiros sofreram taxas mais altas do vírus.

Em favelas brasileiras, onde muitos vivem em barracos e cortiços, não há rede de esgoto e acesso à água para todos, dificultando o cumprimento de medidas básicas para contenção do vírus. NY pedirá aos desenvolvedores de moradias acessíveis que reservem mais apartamentos aos sem-teto em edifícios que serão concluídos nos próximos meses para reduzir seu risco de contágio nas ruas. A chegada do coronavírus trouxe à tona problemas de habitação que há muito tempo precisam de resposta.

Quarentenas, *lockdown* e a estadia prolongada em casas e apartamentos também estimularam parte da população a repensar a qualidade e características de habitação. Em cidades italianas há indivíduos e famílias confinados há mais de quarenta dias num único espaço, o qual se torna espaço de lazer, trabalho, estudo, atividade física, confraternização e quase todas as atividades rotineiras dos moradores. Como está o bem-estar físico e mental dos confinados? As necessidades e desejos dos moradores mudaram.

Enquanto passava-se boa parte da jornada diária fora de casa, apenas condições mínimas de moradia pareciam ser suficientes para muitos na escolha de um espaço para viver. Agora, abarcando essas mudanças, o número e as dimensões das janelas, a disponibilidade de sacadas ou jardins para acessar o exterior, boa ventilação e acesso ao sol pelo menos parte do dia, passam a ter um novo peso e exigem outros critérios de avaliação.

Talvez a pandemia provoque o surgimento de uma nova arquitetura residencial, o abandono da vida vertical ou a saída de grandes centros para o interior. Há ainda a possibilidade de que parcela da população adote o home office definitivamente, empregadores estimulem o trabalho remoto, o desemprego provoque o surgimento de mais empresas domésticas e que estudantes passem a ter mais atividades virtuais, diminuindo seu tempo em sala de aula nas escolas e universidades. Nesse novo contexto, ainda fará sentido morar perto do trabalho? E da escola? Sem a necessidade de deslocamento diário à um escritório ou sala de aula, a escolha de uma região para morar será flexibilizada e o lar passará a abrigar novas atividades.

A resiliência urbana e as cidades

Estes aspectos são apenas alguns envolvidos na crise do coronavírus. O impacto da pandemia nas cidades ainda não foi completamente compreendido e será necessário um balanço posterior que considere as características e os desafios de cada local, assim como em cidades que passaram por desastres e emergências.

Porém, mesmo ainda em crise, é necessário pensar e se preparar para as próximas semanas e meses em locais onde a Covid-19 teve maior choque. Exemplos de cidades na história mostram que é possível a recuperação e transformação do espaço urbano, inclusive aumentando a vitalidade urbana e a qualidade de vida da população. Algumas reflexões são possíveis e as cidades precisam ser parte da solução. Respostas rápidas são necessárias e deixarão mudanças no espaço urbano, daí a necessidade de resiliência.

Parte importante do enfrentamento ao desafio da pandemia começa em aceitar que a vida não será como antes, mudanças são necessárias e, em alguns casos, inevitáveis. A partir disso, uma boa governança é a chave para a tomada de decisão e elaboração de planos e políticas para a cidade pós-pandemia. A governança, por sua vez, deve ser orientada por uma visão estratégica e bom uso dos dados com transparência, aliando participação cidadã e engajamento civil para transformar as cidades. A população deve ter espaço e oportunidade para dizer qual cidade que deseja após a crise e como deseja passar por essa crise. Ouvir e envolver os cidadãos é essencial na mudança de rumos de uma cidade, seja para sua recuperação ou para a criação de novas condições.

Referências bibliográficas

FRANCO, I. D.; ORTIZ, C. Medellín in the headlines: The role of the media in the dissemination of urban models. **Cities**, v. 96, p. 102431, 2020.

MEEROW, S.; NEWELL, J. P.; STULTS, M. Defining urban resilience: A review. **Landscape and urban planning**, v. 147, p. 38-49, 2016.

RESENDE, E. S. A. Aporia e trauma na crise de significados do Onze de Setembro. **Contexto Internacional**, v. 32, n. 1, p. 205-238, 2010.

WAKEFIELD, S. Urban resilience as critique: Problematizing infrastructure in post-Sandy New York City. **Political Geography**, v. 79, p. 102148, 2020.



OS ESPAÇOS PÚBLICOS E AS CIDADES EM PANDEMIA

Maria Eduarda Zimath Zanella

Os espaços públicos são parte fundamental de uma cidade. Cidades que prezam pela qualidade dos espaços públicos - viabilizando espaço de rua adequado, áreas verdes, parques, museus, e outros espaços - auxiliam na construção do senso de comunidade, identidade cívica e cultural (UN HABITAT, 2015). Jacobs (2009) em sua obra “Morte e Vida das Grandes Cidades” traz a importância dos espaços públicos para a vitalidade dos espaços urbanos. Para a escritora “[...] nenhuma pessoa normal pode passar a vida numa redoma, e aí se incluem as crianças. Todos precisam usar as ruas”. Para isso, as ruas para Jacobs são mais do que um vazio para a mobilidade, são uma complexa instituição cultural, um local onde os vizinhos se conhecem, as crianças brincam e aprendem a socializar. Por isso a recuperação da vida nas ruas está entre um dos seus muitos ensinamentos. Para Rogers (2001) os espaços públicos são essenciais na integração e coesão social e, assim, devem ser seguros e não excludentes, considerando que a liberdade nele existente deve ser sempre defendida, como a liberdade de expressão.

No contexto de pandemia vivido atualmente, os espaços públicos estão sendo mais visados. Pequenos espaços verdes servem de respiro para o caos urbano nesse momento em que o “ficar em casa” é de suma importância. Nesse contexto, Rogers (2001), em sua obra “Cidades para um pequeno planeta”, defende o planejamento sustentável das cidades e argumenta que apenas por meio desse pode-se proteger a ecologia urbana para as futuras gerações. Para o autor, é necessário compreender a relação entre os cidadãos, serviços, políticas de transporte e o seu impacto no ambiente. Com a flexibilização da quarentena, muitas pessoas passaram a dar mais atenção às ruas, praças, parques e espaços ao ar livre no geral. Estabelecimentos se adaptaram para receber novamente as pessoas, com um público reduzido e seguindo as novas normas sanitárias. Priorizando por mesas ao ar livre em cafés e restaurante, divisórias de acrílico em caixas de supermercado, faixas de distanciamento, entre outras centenas de invenções realizadas. Também, trouxe reflexões em diversas áreas, nos espaços urbanos não foi diferente. A ocupação dos espaços públicos, o sucateamento do transporte coletivo além do direito à moradia são alguns dos pontos em discussão.

Diante desse momento, a ONU Habitat está realizando estudos que abrangem o impacto da pandemia em diferentes contextos urbanos. O documento “Plano de resposta à COVID-19 da ONU-Habitat”, revela que mais de 95% do total de casos estão nas áreas urbanas e mais de 1.430 cidades em 210 países foram afetadas pela COVID-19. Nesse ponto, os espaços urbanos são grandes responsáveis pela contaminação da doença, assim, espaços públicos democráticos e de qualidade assumem papel importante na saúde da população mundial. As cidades europeias, onde a quarentena se deu de modo mais restritivo do que no contexto brasileiro, iniciaram seu processo de flexibilização com a liberação de caminhadas no entorno do próprio bairro com horários limitados de acordo com a faixa etária, com as praças reabrindo (O TEMPO, 2020). Na Espanha, um dos países mais afetados pela pandemia na Europa, o confinamento restrito começou a ser flexibilizado no final de abril com a possibilidade de as crianças passearem com um adulto responsável por uma hora por dia. Depois disso, a caminhada para outras faixas etárias foi permitida com horários diferentes para cada.

Figura 1 - Parma, Itália.



Fonte: Gabriella Clare Marino. Disponível em: <https://unsplash.com/photos/Ci9gv52V0Cw>.

Para a ONU HABITAT (2020) as cidades no mundo todo estão reagindo rapidamente a essa crise humanitária urbana resultante da pandemia, e a sua forma de resposta é indispensável para proteger a população, além de conter a pandemia e preparar o cenário para a resiliência e a recuperação. Iniciativas de ampliação das calçadas, criação de ciclovi-
as, abertura de vias públicas que antes abrigavam os carros para os pedestres, instalação de lavatórios em parques, são alguns dos pontos trabalhados nas cidades do mundo para ampliar a mobilidade urbana sustentável e os espaços públicos de lazer.

A prefeitura de Goiânia, em conjunto com Equipes da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS), da Saneamento e do Ministério Público do Trabalho (MPT-GO), instalou lavatórios portáteis em praças e parques públicos, a fim de auxiliar na higienização dos usuários que frequentam os locais (SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE GOIÁS, 2020). Já em Cascais, Portugal, a Câmara Municipal criou o programa “Máscaras Acessíveis”. A iniciativa disponibiliza dispensadores automáticos de máscaras por toda cidade, com máscaras de proteção individual que vem em pacotes com quatro unidades, pelo custo total de 1€ (CASCAIS, 2020).

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em concordância com a UN-Habitat (2020), recomenda o uso do ciclismo e da mobilidade a pé como alternativa ao transporte público, sempre que possível, para reduzir o risco de disseminação do vírus e melhorar a saúde da população em geral. Além disso, recomenda o uso de vias com sinalização adequada para priorizar o deslocamento de pedestres e ciclistas. Com isso, algumas cidades pelo mundo passaram a ampliar o acesso a mobilidade sustentável. Em Wuhan, na China, o primeiro foco de COVID-19, algumas empresas de compartilhamento de bicicletas tornaram seus serviços gratuitos (THE PAPER, 2020). A gratuidade permitiu o acesso a profissionais da saúde e de voluntários que usavam o transporte para entregar artigos essenciais às pessoas com necessidades urgentes. Já em Bogotá, Colômbia, ocorreu a ampliação das vias para utilizar como ciclovi-
as – antes 76 km fechados para pedestres e ciclistas aos domingos – para todos os dias da semana, com o objetivo de incentivar as pessoas a utilizarem bicicletas e a mobilidade a pé ao transporte individual ou coletivo (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2020).

Além disso, outras cidades passaram a ampliar sua malha ciclo viária. Nova York, após pressão popular, comprometeu-se a aumentar suas ciclovi-
as temporárias e a testar o fechamento de ruas para carros (SECURITY BOULEVARD, 2020). Outras cidades também colocaram em prática as ciclovi-
as temporárias e novos projetos incentivando a mobi-

lidade sustentável, como Berlim, Calgary, Vancouver, Cidade do México. Na cidade de São Paulo ciclistas cobram do poder municipal o incentivo do uso da bicicleta como meio de deslocamento, com a implantação de estruturas temporárias no viário urbano (REIS, 2020). Nesse ponto o movimento “Ruas para Mobilidade Ativa durante a pandemia”, organizado por diversas organizações de ciclistas e pedestres de São Paulo, busca pressionar a Prefeitura de São Paulo viabilizar condições com segurança e distanciamento para deslocamentos que são necessários (RUAS ATIVAS PANDEMIA, 2020). Em Milão o deslocamento a pé foi incentivado com a abertura de faixas de ruas para pedestres, com a substituição de espaços de estacionamento por uma ampliação de calçadas (REIS, 2020). Nova York, nos Estados Unidos, e Toronto, no Canadá, também adotaram formas de ampliação de calçadas. Essa iniciativa é vista também em Florianópolis, com o projeto Mais Mobilidade da Prefeitura Municipal de Florianópolis, por meio da Secretaria de Mobilidade e Planejamento Urbano. O projeto engloba um conjunto de iniciativas para a melhoria da mobilidade urbana da cidade. Dentre as iniciativas está o Mais Pedestres, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), tem o intuito de melhorar a segurança e o conforto dos pedestres, com intervenções de pintura e a colocação de sinalização adequada (MAIS PEDESTRES, 2018).

Também em São Paulo, o projeto “Ocupa Rua” criado esse ano busca auxiliar estabelecimentos comerciais e a cidade em si a se adaptar aos protocolos de segurança para a reabertura. A iniciativa é uma parceria entre Metro Arquitetos, Alexandra Forbes e a Prefeitura Municipal de São Paulo. Os estudos iniciaram pelo centro de São Paulo e, além de auxiliar os estabelecimentos comerciais a reabrirem com segurança e seguindo os protocolos de segurança, criam uma nova oportunidade de trazer uma cidade voltada às pessoas, com a ampliação e reocupação dos espaços públicos (PROJETO, 2020). Outra iniciativa presente nos espaços públicos atuais é a organização de atividades em parques e praças pela comunidade. Em Florianópolis, no bairro Córrego Grande, a comunidade local criou a Feira de Integração no Parque, um projeto que busca expor produtores locais, auxiliando na conexão dos moradores próximos e aquecendo a economia local (FEIRA DE INTEGRAÇÃO NO PARQUE, 2020).

Figura 2 - Projeto Ocupa Rua em São Paulo.



Créditos: Metro Arquitetos. Disponível em: <https://bit.ly/37XOFVn>

A pandemia do COVID-19 mudou de alguma forma a vida de todos, seja pelo isolamento social, pela mudança nas formas de trabalho, aulas remotas, reuniões online, a restrição na prática de exercícios físicos e a lista continua. Também está mudando a forma como a cidade é vista, suas deficiências e, também, qual futuro queremos para ela. Rolnik (2020) trouxe uma série de reflexões em seu texto “Pandemia e o futuro das cidades”, como “[...] e depois que a pandemia passar? Vamos voltar ao que éramos antes?”, referindo-se ao modelo de organização das cidades e da mobilidade dependente dos combustíveis fósseis, priorizada para os automóveis, caminhões, ônibus. Ou será que tudo que estamos passando servirá para se pensar cidades mais inclusivas, com transportes públicos de qualidade, áreas verdes englobando os espaços construídos, parques, praças, ruas vivas, com qualidade e segurança?

Agopyan (2020) destaca a resignificação dos espaços públicos na fase de flexibilização da quarentena. Para a pesquisadora, por mais que as medidas de distanciamento

permaneçam, o distanciamento físico não deve ser sinônimo de distanciamento social. Logo, os espaços públicos continuam sendo essenciais para à qualidade de vida urbana. Com as iniciativas descritas, pode-se perceber a tendência em se pensar espaços públicos amplos, com áreas verdes, academias ao ar livre, playground, também a utilização de estratégias relativamente simples – abertura de vias para ciclistas, ampliação de calçadas com pinturas - para promover uma mobilidade mais sustentável e, assim, uma cidade que voltada para as pessoas, que impacta positivamente na saúde dos seus moradores.

Referências bibliográficas

AGOPYAN, K. K. É possível ressignificar o uso dos espaços urbanos pós pandemia? Justificando. Junho, 2020. Disponível em: <<https://www.justificando.com/2020/06/15/e-possivel-ressignificar-o-uso-dos-espacos-urbanos-pos-pandemia/>>. Acesso em: 29 de out. 2020.

BICICLETA Meituan anunciou a suspensão das taxas em Hubei para garantir a conveniência de atendimento médico e prevenção de epidemias para o pessoal. **The Paper**. Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.thepaper.cn/newsDetail_forward_5687147>. Acesso em: 27 de out. 2020.

BICYCLES deemed best nyc transit during pandemic. **Security Boulevard**. Março, 2020. Disponível em: <<https://securityboulevard.com/2020/03/bicycles-deemed-best-nyc-transit-during-pandemic/>>. Acesso em: 29 de out. 2020.

BOGOTÁ abre ciclovias temporárias para descongestionar transporte público na quarentena. **Programa Cidades Sustentáveis**. Abril, 2020. Disponível em: <<https://www.cidadessustentaveis.org.br/noticia/detalhe/2995>>. Acesso em: 19 de out. 2020.

COVID-19 - Programa máscaras acessíveis. **Cascais**. Disponível em: <<https://www.cascais.pt/sub-area/programa-mascaras-acessiveis>>. Acesso em: 15 de out. 2020.

FEIRA de integração do parque. Instagram: @feira_integracao_no_parque. Disponível

em: <https://instagram.com/feira_integracao_no_parque?igshid=jv8lenu9t3hp>. Acesso em: 15 de out. 2020.

GOVERNO instala em Goiânia mais lavatórios de mãos para pessoas em situação de rua. **Secretária de Estado de Desenvolvimento Sustentável de Goiás**. Maio, 2020. Disponível em: <<https://www.social.go.gov.br/noticias/383-governo-instala-em-goia%C3%A2nia-mais-lavat%C3%B3rios-de-m%C3%A3os-para-pessoas-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua.html>>. Acesso em: 18 de out. 2020.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

MAIS PEDESTRES. **Prefeitura Municipal de Florianópolis**. Março, 2018. Disponível em: <http://espacospublicos.pmf.sc.gov.br/downloads/A&P_maispedestres/MAISPEDESTRES01_MAR2018.pdf>. Acesso em: 18 de out. 2020.

ONU-HABITAT. Plano de resposta à Covid-19 do ONU-Habitat. Abril, 2020. Disponível em: <https://unhabitat.org/sites/default/files/2020/07/1-covid_appeal2_-_porto-2.pdf>. Acesso em: 25 de out. 2020.

PAÍSES europeus começam a flexibilizar quarentena a partir desta segunda (4). **O Tempo**. Maio, 2020. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/mundo/paises-europeus-comecam-a-flexibilizar-quarentena-a-partir-desta-segunda-4-1.2332578>>. Acesso em: 25 de out. 2020.

PROJETO ocupa rua auxilia a reabertura de comércio em São Paulo. **Revista Projeto**. Julho, 2020. Disponível em: <<https://revistaprojeto.com.br/noticias/projeto-ocupa-rua-auxilia-a-reabertura-de-comercios-em-sao-paulo/>>. Acesso em: 18 de out 2020.

REIS, V. Ciclistas querem ciclovias temporárias em SP durante pandemia; OMS recomenda bicicleta para evitar aglomeração. **G1-SP**. Maio, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/05/19/ciclistas-querem-ciclovias-temporarias-em-sp-durante-pandemia-oms-recomenda-bicicleta-para-evitar-aglomeracao.ghtm>>. Acesso em: 18 de out. 2020.

ROGERS, R. **Cidades para um pequeno Planeta**. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

ROLNIK, R. Pandemia e o futuro das cidades. **Labcidade**. Abril, 2020. Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/pandemia-e-o-futuro-das-cidades/>>. Acesso em: 18 de out. 2020.

RUAS para mobilidade ativa durante a pandemia. Disponível em: <<http://www.ruasativas-pandemia.bonde.org/>>. Acesso em: 21 de out. 2020.

UN-HABITAT (2015). Global Public Space Toolkit from Global Principles to Local Policies and Practice. Nairobi: United Nations Human Settlements Programme (UN-Habitat). Disponível em: <https://unhabitat.org/sites/default/files/2019/05/global_public_space_toolkit.pdf>. Acesso em: 30 de out. 2020.

UN-HABITAT (2020). Transporte urbano COVID-19: Mensagens-chave. Disponível em: <https://unhabitat.org/sites/default/files/2020/05/urban_transport_pt.pdf>. Acesso em: 28 de out. 2020.



ESPAÇOS E DISTÂNCIAS NA PANDEMIA: PRESENCAS AUSENTES E PROXIMIDADES DISTANTES NAS CONEXÕES AFETIVAS

Fabiana Teixeira

A pandemia e o isolamento social nos remetem ao *Mal-estar na cultura*, escrito freudiano de 1930, no qual Freud aponta a complexidade em torno da felicidade, da dificuldade com a própria existência e dos problemas derivados dos relacionamentos humanos. Para Freud (1930), a vida se configura complexa e difícil, “traz-nos muitas dores, desilusões, tarefas insolúveis” (FREUD, 1930/2020, p. 318). Escrito com grande dose de realidade, desconstruindo ilusões e apontando contradições, enaltece a grande questão humana em torno da felicidade, sugerindo que não apenas parte de nosso trabalho psíquico se realiza em sua busca, como também pretendemos permanecer sempre felizes, experienciando intensos sentimentos de prazer, evitando o risco de retornar ao desamparo infantil.

Desde os primórdios da Psicanálise, a questão entre o eu e o outro são valorizadas no arcabouço psicanalítico, e se conectam também com autores como Han (2017), Bauman (2004) e Lipovetsky (2005), que acrescentam no debate o fato de que na pós-modernidade há um acréscimo na complexidade da relação com o outro, justamente por uma tendência do sujeito se acreditar “empreendedor de si mesmo”, cujos efeitos nas relações envolvem ocupar um lugar de mais um dos objetos de consumo, à disposição do narciso contemporâneo, que embora pretenda, não basta a si mesmo, como nos sugeriu Lipovetsky (HAN, 2017, p. 21).

A delimitação das fronteiras entre o eu e outros, são trabalhadas por Freud em 1914 no trabalho intitulado *Narcisismo: uma introdução* e reiteradas em *O mal-estar na cultura em 1930*. A partir destas considerações, as fronteiras entre eu e o outro, assim como as delimitações entre o eu e o mundo externo passam a esclarecer muitas questões em torno das relações humanas, modificando então nossas interpretações em torno dos encontros e conexões afetivas, em suas mais variadas configurações. Na pandemia, tais fronteiras galgaram novas delimitações e as conexões virtuais trouxeram novo formato para os encontros e desencontros. As distâncias e as proximidades ganharam nova con-

figuração, diante de uma impossibilidade real de convivência com o “fora” da casa e uma (im) possibilidade de reconexão com as relações próximas, sempre intermediadas pelo tempo e pela exaustão, convocadas pelo “fora”, que acarretava o desencontro “dentro”. Aqui adentramos um outro fator imprescindível a ser considerado: o tempo. Distância, pressa e tempo, rapidamente reconfigurados, já não sustentando justificativas para as barreiras entre o eu e o outro.

Diante de um vírus com proporções globais, podemos fazer associação a outro trabalho freudiano: *Sobre a transitoriedade*, no qual Freud (1915/1996), nos indaga sobre a importância do tempo, da impermanência, e do valor do que nos é precioso. O psicanalista nos questiona se o fato de serem transitórias, algumas experiências ganham ou perdem valor. Esses escritos sustentam reflexões que muito diferem do aceleração contemporâneo, da busca por resultados e produtividade, que reduzem as experiências a estatísticas, associam felicidade a consumo e nos impossibilitam adentrar um momento contemplativo, contrapondo a à sociedade do cansaço (HAN, 2017). O coronavírus, com seus efeitos diversificados e o risco de morte que lhe é inerente, trouxe um acréscimo a este cenário, uma certa desorganização, um furo nesse projeto de felicidade equiparado ao mensurável e produtivo e desestabilizou outras ilusões, sobretudo a de que tempo equivale a dinheiro.

A impossibilidade de negar a finitude também desestabilizou os modos de convivência configurados em repetições exaustivas, negligenciadas e adiadas. Limites, impotências, angústias e temores enaltecem a inevitável constatação sempre evitada: somos seres de falta, finitos, sem o controle almejado e idealizado. Os relacionamentos, as parcerias amorosas, fraternas ou profissionais foram inevitavelmente atravessadas por tais efeitos.

Para a Psicanálise, nosso eu não é tão delimitado nem centrado quanto gostaríamos de acreditar. Sujeitos do inconsciente, somos constituídos também por registros que não acessamos e cujas repetições se manifestam e produzem efeitos. Em o mal-estar na cultura, Freud nos recorda que as fronteiras entre o eu e o mundo são de certo modo são permeáveis, podendo ser estremecidas em situações específicas, sobretudo naquelas em que há grande investimento de energia. Podemos visualizar essas fronteiras borradas ou menos delineadas no apaixonamento e situações muito impactantes e adversas, nas quais as supostas fronteiras são estremecidas e a relação com o mundo torna-se outra.

Imaginariamente, acreditamos ter controle nas supostas delimitações, bem repre-

sentadas pela configuração dos limites físicos, representados pelas paredes, pelas distâncias e rotinas. Sugerindo certa noção de controle, a rotina mantém os relacionamentos numa espécie de silêncio, já que as tarefas cotidianas consomem muita energia psíquica. Com o isolamento social decorrente da pandemia, espaço, tempo e todas as tarefas foram reunidos num mesmo contexto, potencializando o surgimento de conflitos até ali reprimidos ou adiados. Desencontros imaginariamente sustentados pela convicção da impossibilidade de proximidade física que dificultava encontros afetivos das mais diversas naturezas foram reconfigurados quando todos passaram a ocupar o mesmo espaço físico, na reclusão que em poucos dias trouxe o *home office*, a aula, a análise, a atividade física, que via plataformas digitais, ocuparam os contornos delimitados das paredes da casa. As conexões e desconexões foram surpreendentes, com todas as possibilidades interpretativas que essas palavras comportam.

No campo das relações interpessoais, o isolamento se configurou como solução e como problema, concomitantemente. A reclusão no âmbito doméstico revelou a impossibilidade que a rotina imaginariamente sustentava como possível; a ideia de que quando houvesse tempo ou todos ocupassem o mesmo espaço surgiria satisfação e aproximação, o que não se cumpriu. Revelou também a necessidade de delimitações, pois de repente tudo estava perto demais, junto e temeroso demais, sem poder contar com algumas barreiras protetoras necessárias. O isolamento trouxe uma constatação das diferenças, (re)veladas. Seja do outro semelhante, seja do posicionamento do outro diante do coletivo e evidenciou que a tecnologia pode encurtar distâncias e fazer presença na ausência.

Por meio das conexões virtuais, adentramos espaços alheios sem sair de nossos próprios espaços. Sensações de acolhimento, de conforto e de invasão de privacidade surgiram como frequentes e decorrentes das conexões virtuais. Pessoas distantes de repente se fizeram próximas, pelas mais variadas motivações e espaços foram ressignificados para as conexões serem realizadas, como em espaços inimagináveis até outrora, como o carro ou o lavabo. A presença escancarou a impossibilidade de assegurar conforto afetivo, desencontros presenciais se revelaram potencialmente fragilizados diante do excesso de realidade e instabilidade que se configurou. Diferentemente do que nos apontava Freud, como espécie de saída para as dificuldades da convivência, a proteção pela distância estava impossibilitada: “Isolamento voluntário, distanciamento dos outros, eis a proteção mais imediata contra o sofrimento que pode advir para qualquer um a partir das relações humanas” (FREUD, 1930/2020, p. 322). Diante disso, retornamos às fronteiras

eu e o outro, em risco de desestabilização. Ampliou-se nossa responsabilidade psíquica para tracejar barreiras provisórias e flexibilizar outras até então bem delimitadas.

Entendemos que o tempo nos faz falta, o tempo de respirar, de esperar fora, de um intervalo de tempo e espaço entre um e outro cenário. Mudar de espaços em fração de segundos por meio de *touches* que te tiram e colocam de salas de reuniões não assegurou a distância dos conflitos. Estar em casa não assegurou o descanso. Como se transitássemos, sem o trânsito, num tatear diante do inédito que somados ao temor da finitude nos deixou um tanto desamparados, sobretudo por nossa falta de representação para tal.

Os processos de análises se potencializaram quando se tornou inevitável enfrentar o que se produziu de seus sintomas até então. A própria vida incorporou uma posição analítica no sentido de confrontar o sujeito: o que é essa vida? Que casa é essa? Quais foram essas escolhas? Com quem você vive? Como é essa dinâmica familiar? Silêncios. Barulhos. Muito barulho quando se buscava o silêncio e muito silêncio na falta de respostas.

Conforme consta há 90 anos nos arcabouços psicanalíticos, não podemos realizar o programa pretendido pelo princípio de prazer, assim como não podemos definir parâmetros e roteiros que assegurem encontrar e manter a felicidade, já que se inserem em relação significativa com a economia psíquica e com a cultura, sempre afetada pelas relações humanas. Diante deste cenário, a recomendação freudiana parece bastante oportuna, nos impossibilitando sugerir qualquer caminho que possa se aplicar a todos, quando tratamos do mal-estar e da felicidade; cada um precisará encontrar seu modo de lidar com sua busca, é o recado deixado pelo psicanalista (FREUD, 1930/2020).

Assim, do ponto de vista psicanalítico, *a posteriori*, é uma expressão que sustenta os efeitos dos registros psíquicos, o “só depois”. Sujeitos do inconsciente, lidamos com efeitos: de experiências, histórias, complexos, conflitos e narrativas. É somente no *a posteriori* que poderemos reconhecer alguns dos efeitos da pandemia. Ainda que alguns deles já estejam postos, como o encontro com o inevitável da vida, o revelado no campo das relações, do esgotamento e do acúmulo de exigências internas e externas. Muitos sintomas surgiram e já estão a postos nos mostrando seus efeitos, traduzindo angústias em suas mais variadas formatações, nomeadas conforme as construções diagnósticas da contemporaneidade; em depressão, pânico, ansiedade, *burnouts*. E tantas outras nomenclaturas ofertadas pelos manuais de classificação internacional. Independente da nosografia, os medicamentos jamais serão suficientes para “tratar” os efeitos desta experiência. Por enquanto, ela parece ter revelado e ampliado todas as mazelas das quais trabalhamos

psiquicamente para afastar, sobretudo as mais difíceis, as dos desencontros humanos.

Embora nada seja sem efeito, ainda não podemos afirmar quais serão de fato os desfechos desta pandemia, ainda vigente. Ainda que precisemos do *a posteriori*, o mal-estar depois de visto não pode ser esquecido, não há como insistir numa repetição idêntica, após a experiência com a diferença. Por enquanto, reverbero a canção *Nada será como antes*, do Milton Nascimento (1976): “Sei que nada será como está”.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Z. **Amor líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

FREUD, S. **O mal-estar na cultura**. In: Cultura, sociedade, religião: O mal-estar na cultura e outros escritos. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

FREUD, S. **Sobre a transitoriedade**. In: Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

HAN, B.C. **Agonia do Eros**. Petrópolis, RJ: 2017.

HAN, B.C. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis, RJ: 2017.

TEIXEIRA, F.C. **Medianeras**: o traumático nas conexões e decepções amorosas Revista Reverso. Belo Horizonte, 2014, p. 39-45.



ARQUITETURA EMOCIONAL: A PANDEMIA E UM NOVO CONCEITO DE LAR

Suen Trevisan Kothe

Alain de Botton (2007) escreveu: “a arquitetura pode amplificar e solidificar tendências transitórias e tímidas e, portanto, nos permitir acesso mais permanente a uma variedade de texturas emocionais que de outra forma só experimentaríamos acidental e ocasionalmente”.

Corta para 2020, quando esse ocasional veio à tona com muita força, inesperadamente. Com essa nova realidade imposta pela pandemia, os últimos meses foram expressivos na forma de estar, viver, sentir e usar a arquitetura. Perceber esse medo do momento desconhecido e usufruir apenas do nosso próprio lar por longos períodos, certamente vai modificar toda a ideia de arquitetura nos próximos anos. Essa é uma nova realidade, que veio para ficar.

A necessidade de evitar as ruas, os espaços abertos e a convivência social, fez com que tivéssemos que criar barreiras para tudo. E a arquitetura foi efetiva nas intervenções em espaços individuais, coletivos, residenciais, comerciais, corporativos e todos que recebem pessoas diariamente, reorganizando e alterando as rotinas para transmitir o que as pessoas buscavam: segurança. Assim, a quarentena alterou completamente o sentir dos espaços e as percepções sensoriais dos indivíduos ganharam os holofotes.

Nesse contexto, uma área nem tanto explorada ganhou ainda mais sentido: a arquitetura emocional. Esse segmento se consolidou durante a pandemia em função da sua característica formadora ligada à expressão da personalidade de quem reside no ambiente e da transmissão de experiências sensoriais positivas para quem está no espaço, ultrapassando a percepção racional das formas, materializando funcionalidade, qualidade de vida e emoção.

Seus conceitos concentram-se na qualidade das experiências que um ambiente pode proporcionar e nos sentimentos como elo entre nós mesmos e o lugar em que vivemos. A arquitetura emocional é uma arquitetura que resgata a memória afetiva, seja através de texturas, de um mobiliário, cores e objetos. Tudo o que nos traz uma memória agradável e que nos leva a sensações de bem-estar nos direciona para a emoção.

Nós, profissionais de arquitetura, trabalhamos muito no sentido de entender as pessoas e seus anseios de lar ou comércio, seus desejos e expectativas. Atentamos principalmente aos defeitos, aos detalhes que incomodam visualmente ou funcionalmente, às queixas. É isso que fixa no olhar de quem habita e utiliza um ambiente, em última análise. Durante a pandemia isso ficou ainda mais evidente.

Botton (2007) enfatiza: “A tristeza do homem nos leva a uma ideia complementar. É talvez quando nossas vidas estão mais problemáticas que tendemos a ser mais receptivos a coisas belas. Nossos momentos de depressão proporcionam à arquitetura e à arte as suas melhores oportunidades, pois nesses momentos o nosso anseio por qualidades ideais está no auge”.

Todos os trabalhadores, no momento de quarentena, tiveram que se organizar em pouco tempo, de forma a levar seu trabalho para casa. A adaptação repentina se baseou instantaneamente em computador e internet para reuniões online, tapetinho para exercícios físicos, fones de ouvido e esperança que os barulhos dos vizinhos não atrapalhassem a nova rotina.

E foi assim que mesa de trabalho, cadeira adequada, espaço longe de ruídos, iluminação tranquila e verdes naturais - para livrar a ansiedade de muitos - se tornaram símbolos de uma nova arquitetura. O uso contínuo de um mesmo espaço desencadeou essas e outras necessidades, que poderiam ser rapidamente solucionadas com o uso de cores, por exemplo. Nas paredes, almofadas, cortinas ou tapetes, as cores trazem felicidade, calma, criatividade: muitas das emoções buscadas neste período dramático para todos nós.

Já a retomada dos pontos comerciais foi marcada por diâmetros de dois metros de distância, bloqueadores de vidro ou acrílicos, diminuição de capacidade de pessoas em mesas e cadeiras, barreiras de circulação para evitar aglomerações, turnos reduzidos e reorganizados, necessidade dos acessos a estes estabelecimentos com cabines de higiene, lavatórios de mãos e pés, display contendo álcool gel, espaços comuns limitados por fitas de uso ou não. Muitas adequações e mudanças visuais, por consequência.

É por essas e outras que na arquitetura estamos sempre em busca de uma solução, seguindo conforme a Bauhaus: um espaço universalmente perfeito para todas as pessoas, repetido em todo o mundo. Nesse sentido, se antes a arquitetura emocional em ambientes voltados para públicos focava em pensar nas experiências e nas sensações que o seu empreendimento pode despertar nas pessoas além do aspecto visual, com intuito de aproximar marcas e clientes, agora ela vai além de uma simples reforma ou re-

decoração. Ela consiste em fazer uma ressignificação completa do espaço, com foco nas melhores sensações e no auxílio para a tranquilização dos usuários.

Assim sendo, acredito que o profissional de hoje, esse arquiteto pós-pandemia, querendo ou não, escolhendo este caminho ou não, priorizará o design emocional de qualquer projeto. Isso se dará de forma orgânica, a partir de um aprofundamento na dinâmica e no cotidiano daquele local, de uma compreensão maior sobre o cotidiano das pessoas, de modo a traçar estratégias que valorizem a identidade tanto da marca – ou do morador - quanto o bem-estar de todos envolvidos.

Dentro das estratégias para reforçar a ligação entre a arquitetura do ambiente e o seu apelo emocional, destacam-se a criação de escritórios mais funcionais, confortáveis e criativos, priorizando sempre a funcionalidade. Agora também regidos por algumas regras de higiene, sem abrir mão da estética e sem comprometer o clima corporativo.

A ideia, portanto, é materializar sensações positivas, criando um espaço carregado de significados estimulantes. No caso dos comércios, por exemplo, layout, iluminação e mobiliário agregados às necessidades dos trabalhadores e da clientela trazem bons resultados, estimulam os funcionários e engajam o público usuário. Um espaço possui muitos sentidos: visão, audição, tato e as percepções criativas de cada ser.

Um bom exemplo é a temperatura e as diferenças climáticas. Além disso, a nossa pele é o órgão mais sensível do corpo. Ela reúne os receptores de percepção e estímulos destes fatores, levando a revelar e despertar inclusive memórias esquecidas. Junto a isso podemos destacar o toque, que traz o poder de sentir. Você já sentiu a necessidade de encostar na pedra ou na madeira para comprovar o visual que elas transmitem? É disso que estamos falando. Questione-se: O que mais gosto de tocar? O que eu busco quando toco em alguma superfície?

O olfato e o paladar também caminham juntos nessa trajetória de sentidos. Não são só os alimentos que nos instigam visualmente para degustar, os cheiros também provocam inúmeros estímulos. Arquitetonicamente falando, alguns materiais extremamente polidos também oferecem apreciação da língua, alguns cheiros resgatam memórias e ativam desejos.

Um espaço torna-se confortável também com base no que ouvimos. Os sons que conseguem transmitir uma atmosfera aconchegante e confortável geralmente são da natureza (barulhos de chuva ou que envolvam água, galhos de árvores, animais). E quando há

necessidade do silêncio na arquitetura, este também emociona, traz reflexões e faz com que escutemos os sons do nosso próprio corpo.

Assim, quando observamos os sentidos e o quanto eles têm relação com o espaço e com os sujeitos, comprovamos a importância da teoria – e da prática - da arquitetura emocional. É a partir disso que nasce a imaginação de cada indivíduo, fato que resulta em diferentes formas e ativações de lembranças. Como profissionais de arquitetura, também nos questionamos frequentemente: O que pretendo transmitir nesse espaço? E geralmente a resposta para essa questão está baseada em algo que tocamos vimos, ouvimos, cheiramos, provamos. Tudo está interligado.

Neste 2020, estamos vivendo um contratempo. Diante de algo inesperado, que nos obrigou a viver de outra maneira e a encarar situações que talvez nunca vivenciamos, cada um encontrou as suas próprias saídas. Alguns criaram laços mais profundos com seus lares, outros se aventuraram a cozinhar, ensinar, estudar, trabalhar. Muitos se reinventaram. A verdade é que todos nós convivemos com inúmeras mudanças.

Não temos fórmulas prontas, mas, sim, soluções que amenizam esse novo tempo conturbado. Uma nova arquitetura está em curso, para adaptar problemas e necessidades contemporâneos, resolver pendências e reinventar o modo de viver e conviver em sociedade. Nossas emoções foram – e estão sendo - mais do que nunca sentidas. A história que vivenciamos este ano ficará na memória e será reflexo por muito tempo. Nos cabe continuar sendo um ponto de conforto diante da adversidade.

Referências bibliográficas

BOTTON, A. de. **Arquitetura da felicidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.



REFLEXÕES SOBRE A HABITAÇÃO NA HISTÓRIA E DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Yuri Gama

No momento em que escrevo este ensaio a pandemia do COVID-19 já afetou a vida doméstica de todos os países do mundo. A forma como estamos vivendo, ou o que estamos chamando de o “novo normal” fundiu a esfera da rua dentro da esfera da casa com muitas pessoas trabalhando e fazendo atividades de dentro de seus lares. Ao mesmo tempo, o número de pessoas desabrigadas cresceu e novas medidas sanitárias foram adotadas massivamente. Na virada do século 19 para o 20, governos municipais no Brasil aprovaram Códigos de Postura que transformaram cidades inteiras. A aprovação dessas novas condutas estava conectada as constantes ondas de epidemias que assolaram o país entre 1850 e 1930. Nos estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte, autoridades locais aliadas a engenheiros sanitaristas desenvolveram e implementaram novas políticas urbanas baseadas nas epidemias de febre amarela (1850), cólera (1855) e varíola (1877 e 1882) (PANTOJA, 2006). Usando como pretexto o combate as epidemias, as autoridades estaduais e municipais aproveitaram para construir e reconstruir as cidades de forma que resultou na realocação da população mais pobre para áreas mais distantes dos bairros mais ricos e urbanizados. Levando em consideração esse contexto histórico, o presente ensaio propõe uma reflexão sobre as medidas que estão sendo efetivadas no presente momento em que enfrentamos uma pandemia global e pensarmos como elas poderão nos afetar em um período pós-pandemia. Que adaptações estão sendo feitas atualmente? O que elas podem ocasionar? Como elas afetam a forma como pensamos a habitação?

Epidemias e códigos de postura na história

Os Códigos de Postura aprovados durante 1880 e 1930 inicialmente estabeleceram medidas específicas para construções públicas e privadas levando em consideração calçadas, ruas, avenidas, casas, prédios, cortiços e mocambos (GOVERNO DE SP, 1886).

Juntamente com novos requisitos de construção, os códigos estabeleceram novos atos e comportamentos de indivíduos. Cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Natal, Recife, Salvador, Porto Alegre e Curitiba, além de pequenas cidades interioranas aprovaram, pelas intendências municipais, regras que definiram novos comportamentos de higiene pública e doméstica que resultaram em hábitos de limpeza de calçadas, fachadas, recolhimento de lixo e novos parâmetros de circulação de ar e de luz em ambientes fechados (ROLNIK, 1999). Os códigos eram implementados por uma aliança entre engenheiros e uma polícia sanitária. Quem não alterasse as medidas estruturais de suas construções ou não obedecesse às novas regras sanitárias, era passivo de multas, fechamento de estabelecimento, detenção e até despejo. A aprovação dessas regras e sua vigilância efetiva forçou as famílias de baixa renda a saírem de suas residências em regiões centrais e perto de seus trabalhos, e irem morar em assentamentos informais sem infraestrutura e sem serviços públicos, localizados nos arredores dos bairros urbanizados (FISCHER, 2020). Assim, em busca de um ideal de modernidade, os promotores dessas reformas urbanas, defendiam não somente uma higienização física com abertura de espaços amplos, mas também moral e espiritual ao considerar assentamentos informais como locais proliferadores de hábitos imorais e ilegais, como o adultério e o uso de drogas.

Não se têm dados exatos nacionais sobre as epidemias que assolaram o Brasil, mas sabe-se que causaram sofrimento, mortes e desestabilizaram o desenvolvimento do país e da população em geral. De acordo com os registros de Pereira Rego, em uma população de 266 mil habitantes, a febre amarela atingiu 90.658 pessoas causando 4.160 mortes no Rio de Janeiro entre 1849 e 1850 (REGO, 1872). O historiador Suelme Fernandes mostra que a epidemia de varíola de 1876 causou a morte de 6,5 mil pessoas na cidade de Cuiabá, que na época tinha 13 mil habitantes (GAZETA DIGITAL, 2020). Na Bahia, a epidemia de cólera de 1855 chegou a causar cerca de dez mil mortes (KODAMA et al, 2012). Atordoados pelo crescimento de epidemias no país todo, autoridades da Primeira República baixaram regulamentos sanitários com medidas rígidas de controle sobre indivíduos e a vida na cidade. Para além do conflito intelectual entre contagionistas e anticontagionistas, as ações urbanístico-higienistas imputadas através dos Códigos de Postura as autoridades focavam no isolamento das camadas sociais mais pobres ao invés de promover o acesso a higiene. Ao invés de prover habitações populares realmente higiênicas e acessíveis financeiramente, governos focaram mais em destruir os assentamentos informais do que construir conjuntos habitacionais. Até a década de 1960, autoridades pernambucanas

destruíram mais mocambos do que construíram casas populares (BONDUKI; KOURY, 2000). Desta maneira, as resoluções adotadas pelas autoridades a curto e médio prazo durante o período de epidemias permaneceram por décadas e se estabeleceram como um sistema de urbanização que mais focava na segregação social do que em realmente tratar as doenças.

Pandemia da COVID-19 e o habitar

Não é possível equiparar os contextos tecnológicos e de conhecimento entre 1890 e 2020. Hoje em dia, processos de fluxos de informação, pessoas e conhecimento estão muito mais rápidos. A existência de um fluxo maior de viagens entre países e a existência de cidades muito mais densas e habitadas que em 1890 facilitaram uma maior disseminação do novo coronavírus nos dias de hoje. Entretanto, assim como durante a Primeira República, nesses oito primeiros meses da pandemia do COVID-19, autoridades e a própria pandemia implicaram em mudanças drásticas na habitação e no viver diário. Não se tem certeza até quando esse “novo normal” irá continuar, mas muitas das experiências que estão sendo implementadas atualmente irão existir por algum tempo de alguma forma; poderão ser usadas esporadicamente ou serão efetivadas de maneira quase que permanente (ou até algum outro acontecimento mundial histórico). A instabilidade ou falta de moradia causada pela quarentena forçada durante a pandemia poderá afetar negativamente a capacidade da classe trabalhadora em arranjar e manter emprego. O setor da habitação cria efeitos multiplicadores por toda a economia, assim, a contração na construção, melhorias e vendas podem se traduzir em aumento do desemprego e redução do gasto consumidor, aprofundando a recessão. A pressão financeira sobre inquilinos de baixa-renda também afeta pequenos proprietários que costumam fazer parte de minorias. (ELLEN et al, 2020)

Entre março e outubro de 2020, prefeituras de todo o mundo contrataram hotéis de suas cidades para abrigar a população sem-teto com sintomas do COVID-19. Em Osasco, São Paulo, a prefeitura fez uma parceria com o Hotel Ibis e assegurou 15 quartos para a população em risco. Em Cuiabá, Mato Grosso, a prefeitura alugou um hotel inteiro com 120 vagas por três meses. Em Macapá, Amapá, a prefeitura levou 70 desabrigados para um hotel por 60 dias. Em Florianópolis, Santa Catarina, a prefeitura contratou o 2S hotel para desabrigados sintomáticos com direito a auxílio de assistência social. Em Curitiba,

Paraná, o governo estadual transformou hotéis em alojamentos para profissionais da saúde na linha de frente do combate ao novo coronavírus. No estado da Califórnia, Estados Unidos, o governo reservou mais de 11 mil quartos para a população em situação de rua acima dos 65 anos ou com problemas de saúde. Na Espanha, Madrid chegou a ter 704 pacientes espalhados por 11 hotéis. (UOL NOTÍCIAS, 2020) As ações a favor de alocar a população em situação de rua em hotéis no Brasil levaram até uma rede de institutos relacionados a moradia urbana a criar uma campanha chamada “Quartos da Quarentena” (www.quartosquarentena.org).

Outra série de medidas que começou a ser implementada e fomentada ao redor do mundo foi a suspensão temporária de pagamento de aluguéis e de despejos em países como Inglaterra, Canadá, Estados Unidos, Itália, Espanha, Portugal e Alemanha. Essas suspensões variaram de cidade para cidade, de estado para estado e de país para país. Mas no geral, estabeleceram moratórias temporárias que, no momento em que escrevo, estão com seus prazos terminando. Em alguns casos, a iniciativa surgiu inicialmente dos próprios governos e autoridades do estado, em outros, movimentos sociais empurraram a demanda alegando que a efetividade de medidas como quarentena, ordens de permanecer em casa e toque de recolher, assim como o fechamento de todos os estabelecimentos comerciais e a paralisação trabalhista global paralisaria o recebimento de salário. Com o mundo parado e ninguém trabalhando, populações sem reservas financeiras não conseguiram pagar aluguéis, condomínios, contas de luz e água, e até comer. Conseqüentemente logo apareceram longas filas em restaurantes populares, abrigos, e bancos para renegociação de dívidas.

Com total desconhecimento sobre o novo-coronavírus, governos responderam implementando medidas puramente defensivas ao promover a ideia de quarentena como um sistema de defesa tirado diretamente da pandemia da Peste Negra do século 14 (ALCOCER; MARTELLA, 2020). Com o isolamento social, a casa e a rua se misturaram de maneira que discutir habitação neste artigo significou falar do espaço público—de hábitos, questões culturais e econômicas. Com bilhões de pessoas confinadas em suas casas, o reino do público colapsou e a esfera doméstica se transformou na própria cidade. Hábitos privados foram mudados e conseqüentemente a vida dentro de casa foi transformada. Denúncias de violência doméstica cresceram (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020). Produtos de supermercados começaram a ser limpos com álcool 70. Roupas e sapatos usados na rua foram deixados do lado de fora das portas. Máscaras faciais usadas foram lavadas

diariamente e deixadas isoladas do resto da casa. Nossos hábitos de higiene mudaram, caminhões de coleta de lixo reciclado pararam de passar, sacolas e caixas, muitas vezes guardadas, foram jogadas no lixo diretamente e houve um aumento no ato de lavar as mãos com sabonete por 20 segundos e com álcool 70.

A digitalização da vida

Com encontros em grupos de amigos e aglomerações públicas sendo proibidos, os mundos do trabalho, da educação e do lazer invadiram a vida doméstica das casas e as relações sociais se focaram através da rede mundial de computadores, a Internet. Compras e pedidos de comida foram feitos através de aplicativos usados em smartphone; instituições de educação, professores e educadores adotaram a troca de conhecimento através de aplicativos de encontro digital como ZOOM e Google Meeting. Shows e eventos culturais foram proibidos, assim artistas se apresentaram através de aplicativos como Instagram e Facebook. O espaço privado da casa se misturou com o espaço público da rua e quem não teve acesso a conexão de internet e wifi não teve acesso ao que as cidades estavam proporcionando. Por outro lado, quem teve internet percebeu que a infraestrutura no Brasil ainda é altamente precária e insegura. O enorme aumento de *phishing* e *scams* como golpes financeiros e de identidade tornou a vida de muitas pessoas um pesadelo. Tanto dos consumidores, quanto daqueles que necessitavam receber auxílios monetários dados por governos. O processo de digitalização da vida no Brasil aparece como um processo muito inseguro e frágil. O monopólio de empresas como Facebook (sendo dona do Instagram e Whatsapp) e do Google (com email, Youtube etc), acende um alerta claro.

Ainda com o fluxo de comunicação sendo estabelecido essencialmente através da esfera digital, o ambiente público se tornou onipresente em nossas vidas causando uma saturação de informação que proporcionou o controle de algumas poucas companhias sobre nossos hábitos, gostos e necessidades diárias. Com muitas parcelas da população se comunicando de suas casas, a exposição da vida doméstica se tornou algo comum e com isso o foco das ações diárias se manteve no fluxo de informação digital, forçando grandes corporações e sistemas como bancos, agências de propaganda, redes de TV e rádio, produções artísticas cinematográficas e teatrais, e telemarketing a acomodarem seus trabalhadores para trabalharem a distância estando em suas casas. Com prédios

de escritórios inteiros fechados, as casas tiveram que ser reacomodadas para a produção imaterial a distância. Esta adaptação ainda está ocorrendo e, considerando os esforços feitos massivamente para adequar pessoas para trabalharem a distância existe uma boa possibilidade de certos postos de trabalho não retornarem aos escritórios. Assim, a estrutura urbana desenvolvida durante os processos de industrialização do século 20 passará por uma pesada reestruturação de modo a achar novos jeitos de preencher esses novos vazios urbanos (ALCOCER; MARTELLA, 2020). Pensando nas mobilizações tecnológicas onde o mundo que se desenha é o de incorporação de tudo na esfera digital e internética, vê-se casas inteiras se adaptando a um universo interligado na rede mundial de computadores através de aplicativos. Desde assistir TV e fazer diversas transações bancárias, até ligar ar-condicionado e acender a luz da sala. Processos como esses que até então eram só acessíveis a países do primeiro mundo como Estados Unidos e Alemanha, estão agora chegando de uma certa maneira a América Latina. Mas, considerando a crise econômica que se alastra devido a paralisação do mundo do trabalho durante a pandemia, é preciso pensar que, com a contração da economia e o fechamento massivo de empresas, haverá um aumento no desemprego, na pobreza e no número de desabrigados no Brasil.

Planejamento urbano e habitação social estatal

Com o afrouxamento natural da quarentena e uma abertura temporária dos espaços públicos e estabelecimentos comerciais, entre junho e agosto, para uso de certas práticas sociais como atividades físicas e comerciais, desde que obedecendo um distanciamento social e o uso de máscaras faciais, as cidades começaram a demonstrar os conflitos pelo uso do espaço público e privado. Restaurantes demandaram calçadas para pôr suas mesas e cadeiras, ciclistas demandaram os espaços de vagas de estacionamento na rua para serem ciclovias, e ao mesmo tempo, com o transporte público fechado, usuários de carros privados e veículos de primeiros socorros demandavam maior prioridade para os automóveis. Entretanto, o que se viu foi uma crescente iniciativa nas grandes metrópoles mundiais de construção de novas malhas cicloviárias e espaços abertos em Bogotá, Berlim, Paris, e Nova Iorque; cidades que já tinham uma predisposição histórica-política e cultural de adotar essas medidas. Ou seja, o que parece até então, é que podemos

esperar que a pandemia não irá mudar radicalmente a vida vivida até fevereiro de 2020, mas sim, forçará as mudanças que já estavam ocorrendo anteriormente a ocorrerem de maneira mais rápida e intensa.

Nesta conjuntura, o acesso básico a teto, trabalho e comida, acabarão sendo, de um jeito ou de outro, uma preocupação maior para autoridades estatais e as elites. Mesmo com o estado brasileiro indo em direção a redução massiva de custos, a habitação social continuará uma preocupação. Mesmo com o *Programa Minha Casa, Minha Vida* mudando o nome para *Programa Casa Verde e Amarela*, autoridades deverão pensar na importância da construção dos conjuntos habitacionais como um jeito de mitigar os problemas sociais e econômicos desencadeados durante a pandemia. Historicamente a habitação popular construída pelo estado serviu para diversos objetivos de governos e elites para além de abrigar uma classe trabalhadora em constante crescimento. A história nos mostra que dentre os objetivos principais, autoridades e elites usaram a moradia social para alterar parâmetros de higiene e saúde pública, para segregar espacialmente diferentes classes sociais, para capacitar e prover empregos para uma emergente classe trabalhadora urbana e para aquecer a economia através do investimento na indústria da construção. Acredito que agora não será diferente. As medidas a curto prazo estão aí. Agora o que virá pela frente a História poderá não prever. Mas pelo menos já sabemos como governos e elites já reagiram outras vezes. Haverá novos Códigos de Postura e Comportamento? Haverá uma nova Revolta da Vacina?

Pensando em se preparar para futuras pandemias, governos poderão pensar as novas habitações populares com espaços internos destinados para limpeza de objetos, roupas, e produtos possivelmente infectados, apesar da contínua discussão sobre o quanto eficaz é o coronavírus em diversas superfícies. A construção de unidades habitacionais com uma flexibilidade construtiva para o residente alterar de acordo com suas necessidades poderá ser uma das opções que permita residentes se preparem para outras epidemias. Conjuntos habitacionais como Cidade da Esperança em Natal e Vila Kennedy no Rio de Janeiro durante a década de 1960 já foram desenvolvidos dessa maneira. Ainda atrelado a habitação estatal, será necessário pensar em conjunto a provisão de espaços destinados para o lazer ao ar livre e comércio com supermercados próximos aos núcleos residenciais. Ligando as habitações ao comércio e ao trabalho, bairros deverão se acomodar a uma estrutura urbana segura com espaço multimodal considerando a bicicleta, o carro, e o transporte público para a locomoção de seus residentes. Será o momento

de repensar a construção de habitação pelo estado que vemos desde a década de 1970 onde projetos focam somente em unidades residenciais e esquecem completamente da provisão de outros serviços e bens, como é o caso das cidades-dormitórios brasileiras e até mesmo da maioria dos projetos do *Minha Casa, Minha Vida* (FELLET, MAIO 2018). Será o momento de adequar o que existe para interligar o teto a espaços de lazer e trabalho através de uma locomoção diversificada. Dessa maneira, bairros se tornarão mais independentes dos centros das cidades. Um menor deslocamento da população da casa para o trabalho e da casa para o comércio ajudará na redução de engarrafamentos e na ampliação do bem-estar da maioria da população brasileira.

Referências bibliográficas

ATXU, A. A.; MARTELLA, F. Public house: the city folds into the space of the home. **The Architecture Review**, 4 de junho, 2020. Disponível em: <<https://www.architectural-review.com/essays/public-house-the-city-folds-into-the-space-of-the-home>>. Acesso em: 15 de out. 2020.

BALLIDO, J. G.; KODAMA, K.; PIMENTA, T. S.; BASTOS, F. I. Mortalidade escrava durante a epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-1856): uma análise preliminar. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 19, p. 59-79, 2012.

BONDUKI, N.; KOURY, A. P. **Os Pioneiros da Habitação Social no Brasil**, v. 1, Editora UNESP, 2000.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Crescem denúncias de violência doméstica durante pandemia. 12 de maio, 2020. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/661087-crescem-denuncias-de-violencia-domestica-durante-pandemia>>. Acesso em: 15 de out. 2020.

ELLEN, I.; GRAVES, E.; O'REGAN, K.; SCHUETZ, J. **Strategies for increasing affordable housing amid the COVID-19 economic crisis**. In: *Brookings*, 8 de junho, 2020. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/research/strategies-for-increasing-affordable-housing-amid-the-covid-19-economic-crisis/>>. Acesso em: 19 de out. 2020.

FELLET, J. Minha Casa, Minha Vida piorou cidades e alimentou especulação imobiliária, diz ex-secretária do governo Lula. BBC Brasil, 4 de junho, 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44205520>>. Acesso em: 25 de jul. 2020.

FISCHER, B. M. A ética do silêncio racial no contexto urbano: políticas públicas e desigualdade social no Recife, 1900-1940. **Anais do Museu Paulista**, v. 28, p. 1-45, 2020.

GAZETA DIGITAL. Historiador traça paralelo entre epidemia de varíola e coronavírus. Domingo 5 de abril, 2020. Disponível em: <<https://www.gazetadigital.com.br/editorias/cidades/historiador-traa-paralelo-entre-epidemia-de-varola-e-coronavrus/612302>>. Acesso em: 15 de out. 2020.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Código de Posturas do Município de São Paulo. Outubro de 1886 Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/ec/C%C3%B3digo_de_Posturas_do_Munic%C3%ADpio_de_S%C3%A3o_Paulo.pdf>. Acesso em: 25 de ago. 2020.

PANTOJA, L. **Parâmetros urbanísticos para habitação de interesse social**: Uma Análise crítica para as rocas em Natal, RN. Dissertação de Mestrado Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006.

REGO, J. P. Esboço histórico das epidemias que têm grassado na cidade do Rio de Janeiro desde 1830 a 1870. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1872.

ROLNIK, R. **Para além da lei**: legislação urbanística e cidadania, São Paulo 1886-1936. In: Maria Adélia A. Souza; Sonia C. Lins; Maria do Pilar C. Santos; Murilo da Costa Santos, *Metrópole e Globalização: Conhecendo a cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora CEDESP, 1999. Disponível em: <[http://www.fau.usp.br/arquivos/disciplinas/au/aup0278/Bibliografia%20Complementar/ROLNIK,%20R.%20Para%20a%20lei,%20legisla%C3%A7%C3%A3o%20urban%C3%ADstica%20e%20cidadania%20\(S%C3%A3o%20Paulo%201886-1936\).pdf](http://www.fau.usp.br/arquivos/disciplinas/au/aup0278/Bibliografia%20Complementar/ROLNIK,%20R.%20Para%20a%20lei,%20legisla%C3%A7%C3%A3o%20urban%C3%ADstica%20e%20cidadania%20(S%C3%A3o%20Paulo%201886-1936).pdf)>. Acesso em: 25 de ago. 2020.

UOL NOTÍCIAS, Prefeituras alugam hotéis para cuidar de desabrigados na pandemia. 13 de maio, 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/05/13/prefeituras-alugam-hoteis-para-cuidar-de-desabrigados-na-pandemia.htm>>. Acesso em: 15 de out. 2020.



GARDEN CITIES NO CONTEXTO DE UMA PANDEMIA

Jorge Ferro Piqué

O ano de 2020 tem sido muito difícil para as pessoas e também para as cidades. Nossa vida pessoal e nossa vida urbana foram transformadas do dia para a noite. A forma como ocupamos os espaços públicos, a maneira como nos deslocamos, os espaços de trabalho e de lazer, tudo foi alterado em nome da preservação das vidas. A pandemia recolocou uma série de questões sobre a forma que vivemos nas cidades, especialmente nas grandes cidades.

No passado, um fenômeno parecido ocorreu, quando grandes cidades, europeias, principalmente, enfrentaram uma saturação de problemas, inclusive problemas com doenças infecciosas, o que fez surgir uma série de novas soluções urbanas, algumas delas bem radicais, disruptivas, em relação a tradição anterior. Vamos apresentar rapidamente uma dessas soluções, talvez a que teve a maior continuidade no tempo, se mantendo como uma proposta prática, embora tenha sofrido uma série de alterações e atenuações com o tempo. Trata-se do Movimento Garden City.

Já havia uma retomada do conceito cidade-jardim nos anos 2000 e seus princípios estão na base de algumas soluções recentes, com outros nomes, e acreditamos que a partir de 2020 essa tendência será incrementada. Por isso, vale a pena conhecer um pouco mais sua origem e evolução, isso pode nos ajudar a entender melhor uma série de soluções apresentadas recentemente para o mundo pós-pandemia, que, na verdade, tem sua concepção original nesse movimento.

Garden City Movement

O *Garden City Movement* foi um importante movimento social, econômico e urbanístico, que teve grande repercussão mundial na passagem do século XIX ao XX, idealizado pelo pensador inglês Ebenezer Howard (1850 – 1928)². As razões para a sua emergência

² HOWARD, E. **Garden Cities of To-morrow**. London: Swan Sonnenschein. 1902.

exatamente nessa época e local se devem a causas históricas mais amplas.

A Revolução Industrial trouxe muitas indústrias para as áreas urbanas, o que se intensificou no séc. XIX. A consequente maior oferta de empregos urbanos atraiu levas de trabalhadores do campo, mas que não podiam pagar aluguéis para boas moradias. As grandes capitais europeias começavam a perder qualidade de vida. Proliferavam ruas estreitas, com muitas casas pequenas, baratas e de péssima qualidade. Eram pouco iluminadas, mesmo durante o dia, e a noite ficavam na completa escuridão. Havia uma superpopulação sem a infraestrutura necessária. Faltavam as condições sanitárias mínimas, casas sem ventilação, lixo na rua, poluição, poeira, falta de segurança e, finalmente, o pior, doenças infecciosas mortais.

Eram quase como favelas que se espalhavam por todas as grandes cidades e Londres, sem dúvida, era a cidade símbolo dessa situação. Portanto, tratava-se de uma situação muito parecida a que vemos, há décadas, nas grandes cidades brasileiras, e especialmente reforçada pela grave crise sanitária pela qual estamos passando, com sérias consequências econômicas em todo o mundo. Nos anos 1850 uma epidemia de cólera matou dezenas de milhares de pessoas em Londres, a doença era então associada aos mal-cheiros do esgoto não tratado e à negra fumaça industrial. Como consequência, houve nessa época toda uma reforma do sistema cloacal da cidade, o que diminuiu a taxa de mortes. Mas isso exigiu o aterro de uma parcela dos pântanos próximos, procedimento que foi seguido por cidades como Paris e Berlim, no final do séc. XIX. Foram essas novas amplas terras urbanas que permitiram depois a criação de longas avenidas imperiais e extensos parques públicos, que passaram a definir muitas capitais europeias modernas. Ao reagir a doenças infecciosas e seu contágio, as cidades tiveram que se reorganizar.

Naquela época, tão parecida à nossa, onde, ao lado de grande progresso econômico e tecnológico, a qualidade de vida parecia diminuir, vários pensadores sociais, políticos, filantropos, empresários, líderes religiosos, arquitetos, engenheiros e urbanistas, começaram a propor soluções para os males da cidade moderna industrializada. Em 1882, Arturo Soria y Mata, propõe a *Cidade Linear* para Madrid, em 1889, o austríaco Camillo Sitte, a *Cidade Artística*. Em 1904, Tony Garnier propõe a *Cidade Industrial*, e finalmente, em 1922, surge a *Cidade Modernista*, de Le Corbusier.

A questão de fundo para várias dessas propostas urbanas era a relação entre cidade e campo, devido à separação que aconteceu, nessa época, entre a agricultura tra-

dicional e a nova indústria. A preocupação com as doenças infecciosas levou a um desejo de cidades com mais espaço aberto e mais verde. Sem dúvida, o movimento que ficou mais conhecido e que teve a maior influência em todo o mundo, e tem ainda hoje em dia, foi a proposta de Cidades Jardim, de Howard. Sua solução radical era a ruptura completa, se afastar fisicamente da grande cidade vitoriana e seus problemas – poluição, cortiços, doenças e especulação imobiliária – e criar de forma planejada cidades de pequena e controlada dimensão no interior da Inglaterra, no campo.

A diferença do esquema cidade-jardim de Howard era que ele havia estudado todas as propostas anteriores, desde as mais radicais e revolucionárias às mais reformistas, e propôs um conceito completo, um modelo real para ser implantado de forma pragmática. A reunião e harmonização entre agricultura e indústria, entre cidade e campo, devia acontecer dentro de novas cidades, as cidades jardim. Na origem, a cidade-jardim não era apenas uma forma de urbanização, mas uma forma de vida, uma experiência sociopolítica para todas as classes sociais, que envolvia indústria, serviços e agricultura.

Seu ponto de partida era criar empregos nessas pequenas cidades no interior, que deviam ter no máximo cerca de 30.000 habitantes. Howard queria instalar ali a indústria, onde também haveria trabalho na agricultura. A cidade-jardim, para que funcionasse, devia promover a iniciativa individual, o empreendedorismo. Se fosse mais viável economicamente a organização pelo município, os habitantes decidiriam por essa solução, mas sempre haveria a possibilidade dos indivíduos apresentarem as suas propostas de oferecer serviços, como, por exemplo, abastecimento de água ou fornecimento de eletricidade.

Em resumo, a cidade deveria ter um contato maior com o campo e as atividades agrícolas, que formariam um cinturão verde (*green belt*) em torno a área urbana. A própria cidade deveria ter muitas áreas verdes públicas, jardins, grandes parques, onde a população poderia encontrar o lazer em esportes. As ruas deveriam ser extensamente arborizadas e com formato curvo, uma forma mais orgânica que as grades retilíneas de ruas que se encontram em algumas cidades planejadas. Em contraste com as ruas apinhadas e movimentadas de Londres, haveria pouca densidade de residências, com espaçamento entre elas, constituindo assim jardins de uso coletivo, criando uma atmosfera bucólica, tranquila, com segurança e muitas amenidades, em harmonia com a natureza.

O núcleo urbano administrativo, o “Centro”, seria rodeado por um grande parque central com áreas de recreação, quadras e parques infantis. Deveria haver um setor comercial com lojas de todos os tipos. No círculo mais externo da cidade, mas não distante,

os equipamentos com funções econômicas, como mercados, armazéns, leiterias, diferentes fábricas (alimentos, bicicletas, roupas, sapatos, mobiliário) e depósitos para madeira, carvão e pedras.

Toda a área urbana estaria circundada por uma estrada de ferro, que faria a conexão de pessoas e produtos com cidades próximas e distantes. Na área rural, grandes fazendas, pequenas propriedades rurais, parcelas rurais, pastagens, fazenda de gado leiteiro. Todas essas atividades econômicas deveriam tornar a cidade autossustentável, através de empreendedores individuais ou cooperativas. Howard foi precursor na proposta de utilizar lixo e esgoto urbano para a fertilização das terras agrícolas. Parte integrante do modelo é um sistema de transportes integrado e acessível, de forma as formas mais atrativas de transporte sejam a pé, de bicicleta e por transporte público.

Depois de um intenso trabalho de divulgação, Howard conseguiu o apoio de indivíduos e empresários, que viam na sua proposta um bom investimento. Como resultado, apenas alguns anos depois, em 1903, começou a construção da primeira cidade-jardim do mundo, Letchworth, a cerca de 50 km, ao norte de Londres. Outras cidades-jardim foram criadas, nos anos seguintes, no Reino Unido, na Alemanha, na Itália e mesmo no Japão. A grave Gripe Espanhola, de 1918, impulsionou muitas cidades a abraçarem os ideais de Howard nos anos 1920³.

Mas, devido às dificuldades práticas encontradas na implementação das ideias de Howard, apesar de todo o seu pragmatismo, houve uma transformação desse modelo no séc. XX para um formato que hoje é bem conhecido, os bairros-jardim e que foram mais duradouros. Em lugar de construir do zero uma cidade totalmente nova, com todo o setor industrial, agrícola, comercial e de serviços, mais a administração pública, a proposta era limitar-se a criar bairros novos, afastados do centro, com as características físicas da cidade-jardim, tais como, baixa densidade residencial, intensa arborização nas ruas, criação de amplos espaços verdes, em praças e jardins, públicos e privados, ruas sinuosas e bucólicas, com arquitetura residencial de qualidade.

Os primeiros bairros-jardim foram projetados, no início do séc. XX, em Londres, New York, e New Jersey. Depois de décadas, esse tipo de bairro acabou por se tornar um padrão, quase tradicional, mas suas origens haviam sido esquecidas. No Brasil, o primeiro

3 ZAHEER, A., JONES, D.S. Pandemic stricken cities on lockdown. Where are our planning and design professionals [now, then and into the future]? In: **Land Use Policy**, Elsevier. 2020.

projeto urbanístico desse tipo, foi Jardim América, em São Paulo (1917-19), pelo arquiteto Barry Parker, que ajudou Howard a planejar a primeira cidade jardim. Depois dessa primeira experiência brasileira foram projetados o bairro Pacaembu (1919), o Alto da Lapa (1921), o Jardim Guanabara, na Ilha do Governador, Rio de Janeiro (1925), e também as cidades-jardim Águas de São Pedro (1940), Maringá (1947), Pontal do Sul (1951) e Cianorte (1955).

A recuperação do conceito *Garden-City*

Entretanto, nos anos 80 e 90, houve a redescoberta e reexame do conceito de *Garden City* na Inglaterra e no mundo. A busca contemporânea de um estilo de vida verde, os problemas das grandes cidades, que começaram a se avolumar novamente, como trânsito pesado, poluição atmosférica e sonora, aridez urbana, caos, stress, violência e insegurança, trouxeram de volta o conceito no final do séc. XX e fizeram arquitetos e urbanistas se inspirar novamente nesse modelo. Pessoas saturadas das grandes cidades e que procuravam por comunidades mais orgânicas, com um estilo de vida mais simples estavam mais abertas ao caráter experimental e utópico inicial do movimento e dispostas inclusive a se deslocar para o campo.

Por outro lado, surgia o novo conceito de cidade sustentável, cidade verde, ou *ecocity*, que seria pensar uma cidade preocupada com seu impacto ambiental, através da minimização do gasto com energia, água, alimentação, com o destino do seu lixo e esgoto, com seu aquecimento, poluição de ar e águas, presença do verde no ambiente urbano, de forma muito semelhante ao proposto por Howard, mas agora em uma fase avançada da industrialização, onde a tecnologia tem um papel mais importante, com a Quarta Revolução Industrial. E da mesma forma como a partir do conceito Cidade-Jardim foram criadas soluções de tipo diferente, como o Bairro-Jardim, também surgiram no final do séc. XX os ecobairros em muitas cidades do mundo.

Mas foi no séc. XXI que se assumiu claramente a retomada de bairros-jardim e mesmo de cidades-jardim. Em 2014, no país onde surgiu esse modelo, o Governo Britânico começou a apoiar os esforços para a criação de uma nova geração de cidades-jardim. Esta seria uma maneira também de diminuir a enorme falta de moradia no Reino Unido, o que estava levando a uma inflação. Perdia-se, no entanto, muito dos elementos essenciais do modelo original.

Cidades pós-covid

Não sabemos ainda se as vacinas proporcionarão uma imunidade coletiva, que permitiria uma volta ao normal, ou se seremos obrigados, como os vitorianos foram, a redesenhar nossas cidades. De fato, não houve tempo hábil, nem mesmo na China, para construir novas cidades-jardim, nem sequer bairros-jardim. Por outro lado, essa pandemia muito provavelmente não será a última, nem a pior. Temos, portanto, que estar preparados em vários níveis de resposta e isso inclui uma resposta urbana aos desafios futuros. Quais seriam as maneiras de “vacinar” as cidades para se tornarem mais resilientes a novos ataques virais? Muitas das sugestões para mudanças urbanas, que já haviam sido propostas antes, e se intensificaram agora, tem as mesmas bases do Movimento Garden-City.

Por exemplo, na utopia proposta por Howard, as dimensões menores das cidades e a proximidades de outras cidades ainda menores, permitiria que os trabalhadores se deslocassem de bicicleta entre residências e as indústrias e mesmo até a área rural. Em 2020, vimos nas grandes cidades onde a pandemia impedia o uso de transporte coletivo uma explosão no uso de bicicletas. Alguns urbanistas propõem levar mais adiante essa tendência e criar nas cidades toda uma rede de autoestradas para bicicletas. O ideal do saudável ar puro que Howard procurava no campo, na grande cidade pode ser alcançado como consequência de uma diminuição do uso de veículos a combustão. No entanto, se trata agora de uma solução para grandes cidades, e não entregam a mesma experiência que uma cidade-jardim, ou mesmo um bairro-jardim, podem dar, onde temos um *mix* de experiências que envolvem tanto ciclistas, como pedestres, num ambiente mais variado e relaxado de se deslocar pelas ruas.

Outra proposta, igualmente com suas raízes nas garden-cities, é que se teremos que diminuir as aglomerações, em eventos, museus, casas noturnas, precisaremos de ruas mais aprazíveis, com mais árvores frondosas e mais próximas a experiência de um parque. A proposta seria criar cinturões verdes em miniatura entorno das residências, aproveitando também o enorme espaço destinado ao estacionamento de veículos a combustão. A pandemia tornou evidente a enorme necessidade de uma melhor distribuição dos espaços verdes.

A proposta urbana *15-minute city*, criada por Carlos Moreno e ultimamente defendida pela prefeita de Paris, Anne Hidalgo, apresenta alguns elementos do conceito de cidade-jardim e é considerada uma forte ruptura com o urbanismo moderno tradicional.

Conhecida também como *cidade policêntrica*, o conceito é de várias “cidades” pequenas, contidas em uma grande metrópole, nas quais houvesse um uso misto do solo, com atividades comerciais, sociais, culturais e oportunidades de trabalho, todas no mesmo bairro e próximas também de locais para moradia. De residências, comércio e inclusive indústria, mas agora uma indústria *soft*, que inclui empresas de tecnologia, e produção artesanal de alimentos, como padarias e cervejarias. Mesmo a agricultura poderia fazer parte desse *mix*, com fazendas urbanas. Essa diminuição das distâncias e, em consequência, do tempo de deslocamento estava já no conceito de cidade-jardim, menor e mais variada.

O objetivo desse projeto em Paris é reduzir a poluição, priorizar espaços para pedestres e a mobilidade sustentável e moldar uma cidade mais verde, segura e saudável, com mais espaço nas ruas para ciclistas e pedestres, o que levaria os cidadãos a resistir melhor a pandemias, como a Covid-19, e mesmo outros impactos climáticos e o aumento da poluição. A prefeita, reeleita em 2020, promete a remoção de 72% dos locais de estacionamento nas ruas de Paris. Essa proposta de cidade permite uma melhor reação a pandemias. Durante a Covid-19, a cidade anunciou planos para aumentar em mais 50 km o total de ciclofaixas rápidas, reduzindo assim a aglomeração nos transportes coletivos e prevenindo a expansão da contaminação. São ações objetivas que necessitam estabelecer novas prioridades na urbanização da cidade.

Essa visão de cidade policêntrica é também um descendente da proposta da cidade-jardim, do final do séc. XIX, mas com um outro formato e essa é uma característica dos demais desenvolvimentos que mencionamos anteriormente. Se comparamos o modelo da cidade-jardim original, radical e utópico, com suas derivações posteriores, podemos observar uma linha lógica de alteração de certos parâmetros, mais difíceis de manter, de carácter socioeconômico, e a manutenção de determinadas características nucleares, mais urbanísticas.

Esse núcleo que se mantém é constituído por uma diminuição das distâncias, baixa densidade residencial, arquitetura residencial de qualidade, uma ampliação de espaços urbanos abertos e ventilados (eventualmente com ruas sinuosas e bucólicas), muito verde espalhado por toda a cidade, seja por intensa arborização nas ruas, mais canteiros verdes, mais jardins, praças e parques, o que favorece a vida ao ar livre, saudável, próxima ao estilo de vida no campo. Assim a cidade-jardim foi a solução mais radical para os graves problemas das grandes cidades da Época Vitoriana, ou seja, uma total separação e absorção pelo entorno rural. Mas as dificuldades práticas da proposta original levaram a uma

série de adaptações nos últimos 100 anos, elas mesmas com suas próprias dificuldades, até uma progressiva reaproximação física e final diluição das características nucleares em todo o corpo da cidade.

Observando algumas das respostas urbanas à pandemia de 2020, vemos que o modelo da cidade-jardim pode nos oferecer ideias e caminhos para a construção de cidades e bairros mais resilientes no séc. XXI. Acreditamos que, inclusive, se criássemos projetos que retomassem a autonomia política e econômica das cidades jardim, teríamos mais ferramentas para atuar de forma mais rápida no combate a grandes desastres, ecológicos e epidemiológicos, e valeria a pena experimentar em projetos nos próximos anos.



AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA E SEU PAPEL NA TRANSFORMAÇÃO DAS CIDADES

Alexandre Conceição Neto

A agricultura urbana e periurbana (AUP) é um tema emergente tanto na academia, quanto no setor do agronegócio e aborda a prática de agricultura em centros urbanos e seus arredores. Esta atividade está conectada diretamente à economia e ao meio ecológico do sistema urbano em que está inserida, atuando no fornecimento de alimentos, na geração de empregos e na reciclagem de resíduos urbanos (AZEVEDO; PERXACS; ALIÓ, 2020).

O modelo de produção da AUP se dá de maneira intensiva, comumente em espaços urbanos ociosos, podendo ser implementada em formatos verticais ou horizontais, em ambientes internos ou externos. Sua atuação pode se limitar ao plantio e colheita ou compreender outras etapas da cadeia de produção de alimentos, como a compostagem, a transformação e a comercialização (FUZINATTO; SANTOS JUNIOR, 2020).

O desempenho de funções ambientais, sociais e econômicas é comum às diferentes iniciativas de AUP que vem crescendo em todo o mundo. Em centros urbanos mais desenvolvidos as práticas têm tomado destaque pelos benefícios à saúde e pelo auxílio na superação de problemas sociais dos envolvidos. Já em localidades carentes, o papel socioeconômico da agricultura urbana se destaca pelo acesso direto das comunidades a alimentos saudáveis, com preços razoáveis (AZEVEDO; PERXACS; ALIÓ, 2020).

Nesse sentido, pode-se observar que em cidades com índice de desenvolvimento humano (IDH) muito alto o principal interesse no desenvolvimento das AUPs são os jardins comunitários e benefícios como a socialização e interação da comunidade. Para cidades com IDH alto e médio, destaca-se a preocupação com a sustentabilidade e a agricultura orgânica, bem como seu papel no desenvolvimento urbano. Por fim, nas regiões com IDH baixo o surgimento da agricultura urbana se dá principalmente visando o incremento da segurança alimentar (PENSA CORRÊA et al., 2020).

A questão da segurança alimentar se configura na razão principal para que o tema da AUP esteja, cada vez mais, entrando na pauta do poder público. As políticas públicas,

então, buscam estimular a adoção de práticas urbanas de agricultura, por meio da difusão de conhecimento e da implementação de normativas que se adequem e viabilizem a atividade. Por parte da comunidade, a AUP costuma ser operacionalizada via associações locais de moradores.

Dentre os desafios enfrentados pelas cidades para o desenvolvimento da AUP, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) aponta a limitação territorial, dadas as proporções que as iniciativas vêm tomando; a baixa qualidade do solo em centros urbanos; e insegurança no suprimento de água, tanto em qualidade, quanto em quantidade, muitas vezes comprometida pela incidência de poluição. Assim, a FAO alerta que o desenvolvimento de políticas públicas deve considerar os riscos apontados (AZEVEDO; PERXACS; ALIÓ, 2020).

Em função da pandemia de COVID-19 que atingiu todo o mundo em 2020, a discussão do modelo de funcionamento as cadeias de produção, distribuição e comercialização de alimentos entrou em pauta em todas as esferas. Embora já fosse observada uma tendência crescente do consumidor final em valorizar aspectos como a origem e o manuseio dos alimentos, o contexto atual potencializou e acelerou tais preocupações. O papel da AUP na segurança alimentar, por sua vez, também ganhou relevância sob estes aspectos (LOKER; FRANCIS, 2020).

Em entrevista, Eliseu Alves Maciel, que atua no programa de agricultura familiar da Prefeitura Municipal de Curitiba, afirma que não observou impacto negativo com o surgimento da pandemia na AUP. Houve um trabalho de adaptação a protocolos de segurança, incluindo a implementação de escalas de trabalho alternadas nas 90 hortas comunitárias da cidade, possibilitando a manutenção da produção.

Percebeu-se, afirmou o entrevistado, um aumento no interesse pelo tema da agricultura urbana, seja para fins de ocupação do tempo no período de isolamento social, de trabalho, ou para obtenção de uma alimentação mais saudável.

Outro entrevistado, Joe Jonas Vogel, proprietário de uma *startup* que atua com fazendas verticais, teve uma percepção diferente. Para o empresário, o início da pandemia foi caracterizado pelo aumento da utilização dos serviços de tele-entrega de alimentos prontos para o consumo, impactando negativamente na agricultura urbana.

Com a persistência da crise, afirmou o empresário, a população passou a se preocupar mais com a qualidade e origem do alimento que vinha consumindo, aumentando a procura por produtos saudáveis, o que potencializou a AUP.

Quando questionado sobre a participação da agricultura urbana no mundo pós pandemia, Maciel projetou um aumento na demanda. Na cidade de Curitiba as comunidades estão se organizando e já há fila de espera para utilização de espaços vazios para implantação de novas hortas. O entrevistado ainda afirmou que “cabe ao poder público incentivar e oportunizar essa prática, fortalecendo as entidades associativas, buscando áreas próprias e financiamentos”.

Há uma perspectiva positiva para a agricultura urbana em todo o mundo, afirmou Vogel. O movimento de *local food* ganhou muita força com a pandemia, pois preconiza a descentralização da produção e tem na AUP um forte alicerce para o combate ao desperdício observado na cadeia logística tradicional, com grandes perdas no transporte e distribuição; acesso a alimentos mais frescos, evitando perda de nutrientes pela demora entre a colheita e o consumo; redução de uso de agrotóxicos, especialmente em cultivos controlados os quais dificultam o surgimento de pragas e fungos; e como fonte de empregos e renda em diferentes pontos da cidade.

Assim, pode-se afirmar que a prática da AUP tem proporcionado a criação de sistemas de produção de alimentos resilientes, com redução de desperdício, contribuindo para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável estipulados pela ONU (LAL, 2020).

Observa-se que, com a pandemia, o sistema industrial de produção de alimento teve suas fragilidades expostas, assim como novos problemas surgiram, a exemplo da redução da mão de obra disponível. Emerge, com isso, a necessidade de redesenhar modelos de produção, distribuição e comercialização focados na autonomia local e regional (LOKER; FRANCIS, 2020).

Tem-se então, que a crise instalada em todo o mundo pela pandemia do COVID-19 implicou em questionamentos acerca do acesso a alimentos. Com isso, a retomada da integração entre a agricultura e o meio urbano, que havia se perdido ao longo da história do desenvolvimento das cidades, foi potencializada como alternativa de renda e acesso a alimentos seguros e saudáveis, minimizando impactos ambientais.

Referências bibliográficas

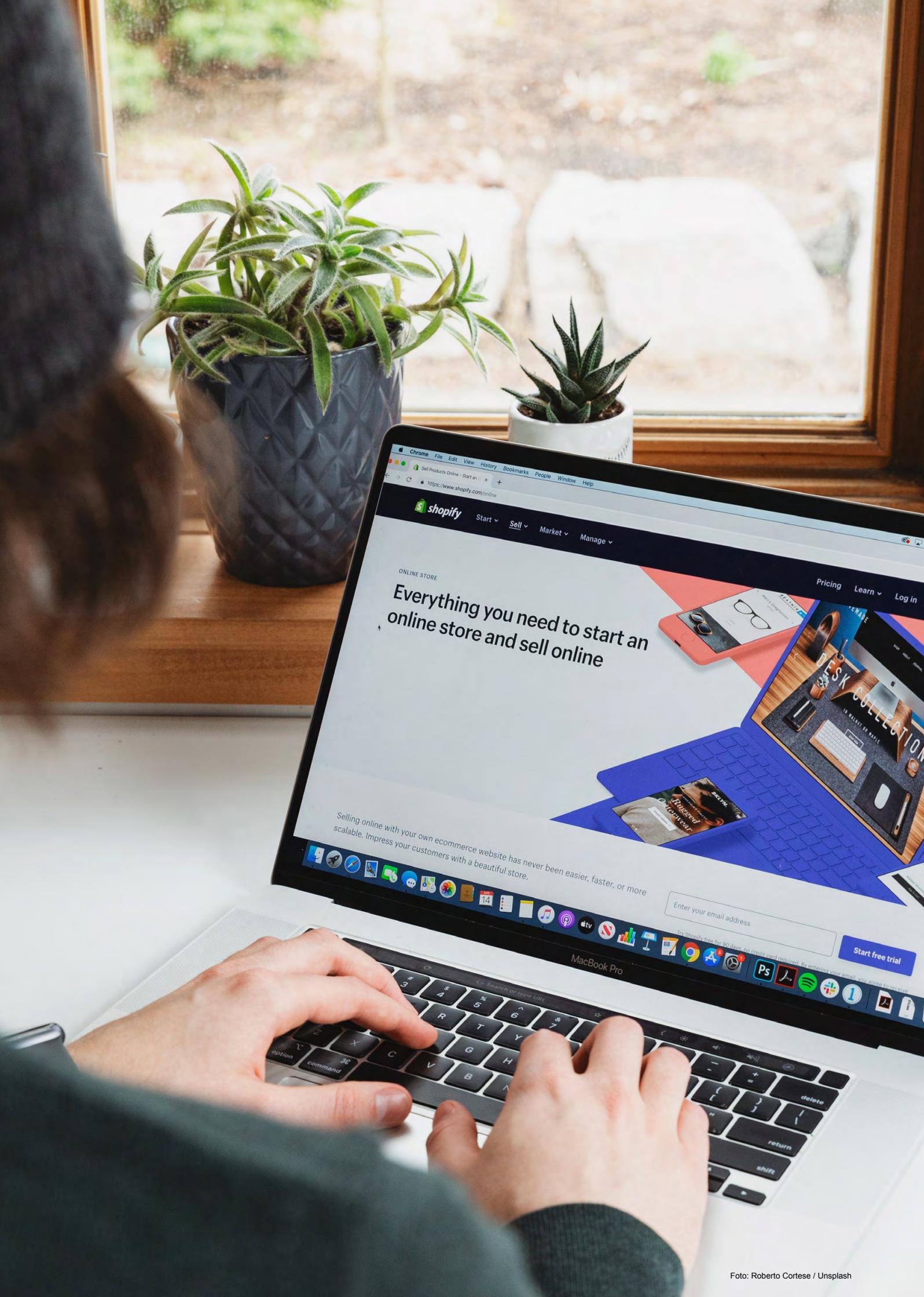
AZEVEDO, F. F.; PERXACS, H.; ALIÓ, M. A. Dimensão social da agricultura urbana e periurbana. **Mercator**, v. 19, n. 2, p. 1–16, 2020.

FUZINATTO, N. M.; SANTOS JUNIOR, S. Agricultura urbana como recurso competitivo em serviços alimentares: uma avaliação por meio da teoria da visão baseada em recursos. **Turismo - Visão e Ação**, v. 22, n. 1, p. 02-21, 2020.

LAL, R. Home gardening and urban agriculture for advancing food and nutritional security in response to the COVID-19 pandemic. **Food Security**, v. 12, n. 4, p. 871–876, 2020.

LOKER, A.; FRANCIS, C. Urban food sovereignty: urgent need for agroecology and systems thinking in a post-COVID-19 future. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 44, n. 9, p. 1118–1123, 2020.

PENSA CORRÊA, C. J.; TONELLO, K. C.; NNADI, E.; GUIDELLI ROSA, A. Semeando a cidade: Histórico e atualidades da agricultura urbana. **Ambiente y Sociedade**, v. 23, p. 0–2, 2020.



A PANDEMIA COMO ACELERADORA DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DAS CIDADES

Leandro Werner Ribeiro

Júlio Monteiro Teixeira

Não é novidade que a pandemia ocasionada pelo SARS-CoV-2 acelerou como nunca a transformação digital nas cidades. O que antes era um projeto distante para alguns negócios, agora já faz parte do dia a dia. Precisamos deixar claro, desde o início, que a pandemia não ocasionou a transformação digital, mas sim acelerou o processo que já vinha acontecendo de maneira natural.

Os consumidores estão cada vez mais conectados e almejam que suas necessidades sejam baseadas em experiências que envolvam sentidos digitais. Podemos admitir que existe uma mudança no mindset de como consumidores, empresários e governos passaram a enxergar esta transformação. Neste sentido pode-se entender que a maior transformação é justamente nesta mudança de modelo mental do que propriamente na transformação digital, afinal, são pessoas que transformam a cultura das cidades e dos negócios.

De acordo com uma pesquisa nacional realizada pela ITTrends, 92% dos executivos do país reconhece que a pandemia acelerou o processo de transformação digital em seus negócios. Em nível nacional a consultoria IFS indica que 70% das empresas aumentaram ou mantiveram os investimentos relacionados à digitalização no período de pandemia. Estima-se que as compras realizadas por aplicativos cresceram mais de 30% durante este período (Instituto Locomotiva) e quando o assunto é relacionado a alimentação, os números crescem ainda mais, cerca de 60% de acordo com a Superdigital.

Ao voltarmos um pouco na história podemos observar momentos importantes para esta aceleração. Em 2007 por exemplo mais da metade da população, que antes vivia em áreas menos urbanas, passaram a viver nas cidades. Dez anos antes disso, em 1996, foi criado o protocolo HTTP democratizando a internet e marcando o início das condições ideais para uma sociedade mais colaborativa (CUNHA et al, 2016).

É evidente que esta transformação que estamos vivendo afeta diretamente toda a cadeia de negócios, dentro e fora do país, mas existe algo maior por trás disso. Ao observarmos o comportamento das pessoas, vimos que a transformação não é somente digital e que, muito provavelmente, esta transformação é o resultado de uma série de acontecimentos e não o item causador. A maioria dos consumidores já sonhava e até mesmo vivia com este modelo. O problema não está na aceleração do universo digital, acredito que o maior problema esteja justamente na continuidade do serviço, uma vez que este mindset tende a ficar e muitas empresas ainda não estavam preparadas para este processo, ou seja, inseriram seus negócios no universo digital e ainda estão aprendendo a lidar com esta situação.

Este momento em que vivemos vem justamente para mudar a visão de negócio que se tem sobre empreendimentos. As cidades já vinham acompanhando este movimento, onde cada vez mais são moldadas para as pessoas. O conceito de smartcitys, onde você não precisa sair do seu bairro para realizar atividades rotineiras, como ir ao mercado ou ao banco, mostra justamente isso. Cidades mais criativas com espaços culturais ao céu aberto e que valorizem cada vez mais a cultura local, para Reis (2019, p.16) “a cidade, é claro, envolve muito mais do que as relações econômicas que nela se desenrolam”.

As experiências são dos consumidores

Ao observarmos as cidades, antes da pandemia, era improvável pensarmos que pequenos e regionais negócios teriam um aplicativo para entregar na sua casa. Nos tempos atuais estes negócios podem até não ter um aplicativo, mas a entrega está a uma mensagem de WhatsApp de distância. Isso porque os consumidores já desejavam que este processo acontecesse mas a experiência ainda não estava focada no consumidor e sim em um modelo tradicional existente a centenas de anos. A pandemia colocou ainda mais os consumidores no centro do processo e mostrou para as empresas que seus negócios dependem deles para sobreviver. A aceleração digital teve em grande parte um fator para manutenção da economia, no momento em que todos encontravam-se confinados em suas residências a internet pode aproximar novamente pessoas e negócios em suas cidades.

A partir deste momento existe um novo salto na era digital, onde os consumidores passam a ditar as regras com maior ênfase. Aumenta cada vez mais novas formas de organização em redes, que vão na contra-mão centralizada dos espaços e polos de decisão (CUNHA et al, 2016). Estes novos formatos de organizações em redes da sociedade ultrapassam as barreiras do distanciamento e são fomentadas por uma nova cultura digital que rompe barreiras convencionais e a verticalização de algumas hierarquias tradicionais. Para Cunha et al (2016 p.24) “a hiperconectividade, as alavancas da mudança digital e o impacto da sociedade colaborativa são algumas das principais dimensões dessa revolução digital.” Esta hiperconectividade alterou a forma como as cidades se desenvolvem, “as cidades inteligentes podem ser vistas como aquelas capazes de incorporar características específicas que incluem infraestrutura digital e utilização intensa das TIC” (WEISS 2019, p.244). Movimentos como “Consuma Local” que estimulam o consumo de pequenos produtores locais, só foram possíveis devido a estes movimentos de hiperconectividade.

Neste sentido surge um novo conceito, denominado de *smart everything*, para Cunha et al (2016, p.25) este conceito aumenta a conectividade de uma maneira mais completa e abrangente, onde tudo estaria conectado a todo momento, “smart everything (incluindo cidades, mas também redes de abastecimento de serviços públicos, residências, processos de negócios, energia, serviços de saúde, transporte e governo) e estão permitindo o empoderamento de cidadãos, organizações, empresas e sociedade como um todo”, alterando assim o formato como uma cidade se relaciona com seu meio, as tecnologias implementadas “devem ser capazes de conectar e integrar diferentes domínios e dimensões da dinâmica urbana, pessoas e organizações” (WEISS 2019, p.245). Para que este movimento ocorra existem quatro alavancas que o potencializam, estas seriam: mídias sociais, explosão do acesso móvel de banda larga e dos aplicativos de serviços, big data e o avanço da computação em nuvem (cloud computing).

Durante o período de pandemia, pode-se observar que as cidades conectaram-se cada vez mais, destacando o movimento de mídias sociais como um fator positivo para a criação de uma sociedade mais colaborativa. Movimento parecido com o que re-impulsionou o rádio nos anos de 1980 na região do Vale do Itajaí - Santa Catarina - que sofria com as recorrentes enchentes e tinha o rádio como um dos únicos veículos de conexão com o mundo exterior. A internet e a transformação digital que assim ocorreu segue um caminho parecido, porém em uma proporção ainda maior.

Uma sociedade mais colaborativa, que foi acelerada nos tempos atuais, faz com que outros fatores culturais sejam ainda mais expostos como o avanço da chamada classe criativa. De acordo com Florida «nós estamos embarcando numa era em que a criatividade permeia e domina todos os setores da economia e da sociedade» (FLORIDA, 2011, p.56). Com a aceleração digital a classe criativa ganhou ainda mais espaço e pode gerar ainda mais conexões, para Reis (2019, p.18) “se o mundo de cada um de nós fica maior – temos hoje acesso a mais informações, produtos, serviços e lugares e em tempo real, do que jamais imagináramos –, o mundo em si parece ficar mais próximo.”. Esta proximidade é que alimenta ainda mais os fatores culturais e transformacionais dentro de uma mesma cidade, aproximando cada vez a sociedade e contribuindo para o desenvolvimento local.

Smart cities

Fica evidente que um negócio também envolve algo além de relações econômicas. Esta relação entre cidades e negócios é descrito por Reis (2019, p.17). “Basta pensar que, ao longo dos séculos, sempre houve uma relação íntima entre a configuração urbana e o modelo econômico em vigor”, isto por que em ambos os casos as pessoas precisam ser o centro de todo o processo. As cidades estão ficando cada vez mais inteligentes e isso tem uma relação direta com a aceleração digital, uma vez que a internet além de ser uma conexão com o mundo, empedrou ainda mais a sociedade. Uma cidade inteligente melhora a qualidade de vida de seus cidadãos e cria ainda mais conexões. “A cidade inteligente precisa gerar compromisso com o cidadão. Uma aliança entre a cidade e seus grupos de interesse consegue que a cidadania se envolva e se comprometa ao ver sua cidade como um projeto comum” (CUNHA et al 2016, p.27).

O meio em que os negócios estão inseridos são capazes de mudar seus modelos já pré-estabelecidos (FLORIDA, 2011), a transformação digital veio justamente para adequar isso nas cidades. Uma prova disso é a adequação do sistema educacional proposto por muitas universidades e escolas, substituindo o modelo tradicional e presencial por um híbrido com mediações por tecnologias. Nesta aceleração nota-se um outro movimento muito importante, de que não existe uma fórmula pronta para a construção de negócios em uma cidade, o que passa a vigorar é uma visão pluralista e que precisa ser testada e

validade a cada dia. Por isso a aceleração digital torna-se um grande aliado do processo, onde a prototipação passa a ser mais rápida e assertiva.

Com o avançar dos anos, nota-se que a grande maioria dos negócios já nascem digitais, ou seja, já são totalmente construídos em um formato no qual toda a sua operação está baseada em um relacionamento digital com seus consumidores. Durante anos este movimento vem crescendo e todos passaram a aprender juntos, porém ainda existiam segmentos do mercado que não enxergavam que este movimento seria inevitável, mais cedo ou mais tarde isso iria realmente acontecer. Este movimento contribui para a visão de uma smart city, onde “uma smart city é aquela que utiliza a tecnologia para prestar de forma mais eficiente os serviços urbanos, melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e transformar a relação entre entidades locais, empresas e cidadãos, facilitando o modo de viver” (CUNHA et al, 2016, p.27). Outros exemplos surgem com o mesmo intuito, de facilitar e utilizar a internet como ferramenta de qualidade de vida para a cidade.

De acordo com Yuval Harari (2016), existem três principais razões para ocorrerem grandes mudanças no mundo, as guerras, a fome e as pestes. Guerras são muito caras para os governos e movimentam outros fatores ainda maiores. Provavelmente somos a primeira ou segunda geração que não precisa se preocupar em morrer de fome. As pestes, estas ainda são capazes de mudar o mundo.

A aceleração digital que tanto ouvimos falar é uma consequência justamente desta última razão, consequência e não o fio condutor. Precisamos começar a entender que a transformação digital já vinha ocorrendo em grande escala desde os anos 2000, o que vemos agora é uma aceleração deste processo. A tecnologia é utilizada para construir uma sociedade cada mais inteligente, e pode ser um fator disruptivo para isso (CUNHA et al 2016).

Mas também é preciso desmistificar um pouco esta temática, de que negócios digitais são rápidos e eficientes. Este novo cenário em que vivemos mostra cada dia mais que precisamos unificar os esforços digitais com tradicionais, ou seja, não se pode se dedicar totalmente a um processo ou outro, e sim a um processo e também ao outro, «mesmo que a digitalização seja um componente essencial da smart city, uma cidade inteligente não pode ser criada unicamente utilizando sensores, redes e análises de dados para melhorar a eficácia de seus serviços. O modelo da cidade inteligente implica uma nova forma de viver, gerir, conectar, consumir e desfrutar o espaço urbano” (CUNHA et al. 2016, p.27).

Com o afastamento social as pessoas estão cada vez mais necessitadas de outras formas de contato, a transformação digital é capaz de suprir isso, porém o contato humano ainda não pode e nem deve ser menosprezado. Existem etapas durante o processo que um robô ainda não é capaz de realizar. A transformação digital que está ocorrendo nas cidades deve ser encarada como um meio para criar um novo modelo de negócios, para ganhar maior nível de eficiência operacional e colocar novamente o usuário no centro do processo.

A transformação digital e as cidades mais criativas

Após o período mais conturbado da pandemia, que podemos considerar os meses de abril até junho de 2020, podemos ver um avanço em vários pontos cruciais para a formulação de cidades mais criativas. Foram as pessoas que promoveram estas mudanças e estes avanços, utilizando a transformação digital como ferramenta. As cidades estão sendo cada vez construídas pelas pessoas e para as pessoas. Novos formatos de interação surgiram e outros se consolidaram. Para um cidade aflorar ainda mais sua veia criativa “podemos destacar a busca por um modelo de organização urbana coerente com um paradigma socioeconômico em transição, do industrial para uma economia norteada pelo setor secundário” (REIS, 2019, p. 59-60), um dos setores mais afetados pela pandemia do corona vírus foi justamente o setor secundário que, após este período, conseguiu se reinventar por meio da digitalização dos serviços e alcançar novos patamares na economia criativa, aumenta assim o potencial criativo das cidades. Neste cenário pode-se acrescentar que, além de espaços urbanos para todos, as cidades criativas e inteligentes podem se mesclar e criar espaços urbanos digitais.

Uma vez que a criatividade é encarada como uma modalidade multidisciplinar e transversal as atividades econômicas e políticas públicas (REIS, 2019) um modelo que abrangesse a todos pode já nascer em um formato digital. Isso reforça ainda mais a tese de que as pessoas novamente estão nos centros dos processos, sejam eles digitais ou não. Este novo formato, que já está surgindo, “abrangendo agora todos os setores presentes na cidade, como forma de responder a seus desafios” (REIS 2019, p.62).

A transformação digital auxilia no processo de criação de cidades mais inteligentes e mais criativas, atuando como um elemento que, somado a criatividade, torna-se também

uma modalidade multidisciplinar e que aumenta o potencial de pluralidade sobre o debate de termos cidades, negócios e políticas públicas voltadas para as pessoas.

Referências bibliográficas

REIS, A. C. F. **Cidades criativas** (Memória e Sociedade). SESI-SP Editora. Edição do Kindle, 2019.

CUNHA, M. A.; Przeybilovicz, E.; MACAYA, J. F. M.; BURGOS, F. **Smartcities** [recurso eletrônico]: transformação digital de cidades – São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania - PGPC, 2016. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/18386>>.

WEISS, M. C. Cidades inteligentes: proposição de um modelo avaliativo de prontidão de tecnologias da informação e comunicação aplicáveis à gestão urbana. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 4, p. 243-265, 2019. Disponível em: <<https://rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/4857/814>>. Acesso em: 28 de out. 2020.

FLORIDA, R. **A ascensão da classe criativa**. Tradução: Ana Luiza Lopes. 1. ed. Porto Alegre: L&PM, 2011. 456p.

HARARI, Y. N. **Homo Deus: Uma breve história do amanhã**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2016.

16:43



Dados relativos ao boletim da DGS de:

20/4/2020, 11:00 AM

Casos Confirmados

20,863

Total de Recuperados

610

Total de Óbitos

735

Casos Suspeitos

198,355



DADOS PARA UMA GESTÃO PÚBLICA INTELIGENTE: A EXPERIÊNCIA COVID-19 COMO CATALISADORA DE INOVAÇÃO NA PREVENÇÃO DE EVENTOS EPIDÊMICOS

Jefferson Lewis Velasco
Júlio Monteiro Teixeira

A crise sanitária provocada pelo SARS-CoV-2 apresentou muitos desafios aos gestores públicos. O mais importante deles foi a preservação da vida. Contudo, cuidados com a economia, com a gestão de pessoal, com a imposição de medidas restritivas, dentre outros menos óbvios, também se mostraram importantes. Mas quais são as preocupações que deveriam persistir no médio e longo prazos na prevenção, monitoramento e combate à crises como a da COVID-19?

Christensen e Lægreid (2020) ao descreverem a experiência norueguesa no combate à COVID-19, citam duas questões cruciais para a atuação de governos em crises sociais e seu gerenciamento: 1) capacidade de governança (que consiste em capacidade analítica, coordenação, regulação e entrega) para prover um gerenciamento efetivo da crise; e 2) legitimidade (que se relaciona com a confiança da população em seus governantes, prestação de contas, apoio, expectativas e reputação) a fim de manter a adesão popular às medidas de enfrentamento (LÆGREID; RYKKJA, 2018).

Nenhuma das duas pode ser resolvida adequadamente sem o uso de dados confiáveis. Se a governança eficiente da crise depende do conhecimento do agente público sobre os fatos (DUAN et al., 2020), a legitimidade depende do grau de transparência a respeito da crise e das ações governamentais pois, na medida em que dados e ferramentas tecnológicas propiciam avanços na democracia participativa (COLOMBO, 2016), também aumentam as exigências sobre a qualidade destas informações.

Ante o exposto, o objetivo deste texto é demonstrar como um processo inovador de integração, gestão e inteligência de dados pode ser criado a partir das experiências do combate à COVID-19 em Santa Catarina, sugerindo a implementação de processos permanentes que permitam respostas mais rápidas e assertivas na atuação governamental frente a outras doenças com potencial epidêmico ou eventos de interesse para a gestão da saúde pública.

O problema presente

Em função da chegada dos primeiros casos de COVID-19 em Santa Catarina, o Governo do Estado criou o Núcleo Intersectorial de Inteligência de Dados para o enfrentamento à COVID-19 (NIIDC). Este núcleo reuniu atores da administração pública estadual, Judiciário, Ministério Público, municípios e sociedade civil e teve como objetivo propor soluções aos problemas de dados relacionados à COVID-19 no Estado (SEA, 2020).

Além da Secretaria de Estado da Saúde (SES), centro da produção de dados e gestão epidemiológica da crise - através da Diretoria Estadual de Vigilância Epidemiológica (DIVE) e do Centro de Operações em Emergências em Saúde (COES) - outras duas instituições se destacaram: a Controladoria Geral do Estado (CGE), mantenedora do Portal de Dados Abertos do Estado e o Centro de Informática e Automação do Governo do Estado de Santa Catarina (CIASC), estatal responsável por serviços de tecnologia do estado e mantenedora do *data lake* de governo, conhecido como Plataforma BoaVista.

Dentre os desafios diagnosticados pelo NIIDC os principais foram 1) o provimento de dados para: tomada de decisão, apoio operacional, alimentação de matrizes de risco e modelos preditivos, construção de conjuntos de dados abertos e construção de boletins informativos regulares; e 2) a distribuição dos produtos de dados definidos pelo NIIDC aos interessados (VELASCO, 2020).

Este esforço encontrou um ambiente descentralizado e complexo e coube ao CIASC implementar soluções de integração para a construção de conjuntos de dados que centralizam as informações que depois são distribuídas aos interessados na forma de painéis de inteligência públicos e restritos, *web services*, planilhas, dados geolocalizados e indicadores. À CGE coube divulgar o conjunto de dados abertos de casos confirmados (CGE, 2020) e a coordenação dos esforços de transparência junto ao NIIDC.

Se de um lado os painéis de inteligência de dados construídos pelo CIASC entregaram à SES, COES e DIVE instrumentos práticos para a gestão da crise e a previsão de seu comportamento, os painéis públicos e o conjunto de dados abertos permitiram à sociedade o acompanhamento transparente dos fatos. Neste contexto, Py (2019) questiona sobre o dilema entre a visualização interpretada ou a disponibilização bruta dos dados. Enquanto primeira é de fácil assimilação mesmo que contaminada pela interpretação do analista que a construiu, a segunda é mais eficiente para fins de auditoria e pesquisa

científica, requerendo, porém, maior qualificação técnica do interessado. Ambas foram disponibilizadas à sociedade.

Para que estes produtos fossem possíveis o CIASC capturou dados dos sistemas de gestão da SES que sintetizam as taxas de ocupação hospitalar e notificação de óbitos, do e-SUS Notifica (sistema de notificações do Sistema Único de Saúde, SUS), SIVEP-Gripe (sistema de informação de vigilância epidemiológica da gripe do SUS), processamento de exames realizados pelo Laboratório Central de Saúde Pública de Santa Catarina (LACEN), e Triagem Online. Também criou interfaces para receber as notificações de exames realizados na rede privada de laboratórios e farmácias, implementou algoritmos para tratamento de duplicidades e criou integrações com o sistema de recursos humanos do estado, com o sistema de administração prisional e com dados de afastamentos de profissionais de saúde nas redes pública e privada.

Diariamente uma complexa operação se inicia pela manhã com a coleta dos dados nas fontes. Eles são carregados em conjuntos de dados centralizadores e depois de identificadas possíveis duplicidades, são disponibilizados para a DIVE que avalia as correções necessárias junto às unidades de saúde responsáveis pela inserção dos dados. Depois desta validação se inicia o processo de entrega dos dados aos conjuntos especializados que alimentam os produtos de inteligência.

Este macroprocesso apresenta diversos aspectos inovadores como a utilização de uma rede de integração de dados dispersos correlacionados através de uma estratégia de captura de dados por *web services* que busca notificações dos municípios no e-SUS, reforçando a integridade do fluxo de informações entre município, federação e estado, para depois complementar o conjunto com notificações do LACEN e de instituições privadas.

Além disso, durante os primeiros meses da gestão da crise, boa parte dos esforços empreendidos pelas equipes do CIASC e DIVE se concentrou na compreensão do cenário, na construção dos processos e na validação dos dados. Posteriormente, a otimização destes processos levou a resultados cada vez satisfatórios. O uso de tecnologias de *big data* e a elaboração de painéis de inteligência também inovaram na apresentação dos resultados. Por fim houve inovação em processos de gestão operacional em várias esferas do governo, derivados do uso intensivo da inteligência produzida.

Desafios futuros

É discutível se os agentes públicos estavam preparados para o evento pandêmico causado pela COVID-19. Os números sugerem que abrangência e a propagação da doença não foram controladas com eficiência. Duas epidemias provocadas por cepas de coronavírus anteriores ao SARS-CoV-2, em 2002, 2004 (SARS) e 2012 (MERS), não foram capazes de provocar investimentos suficientes em ações prevenção capazes de evitar a pandemia que ora se apresenta.

Peeri et al. (2020) explicam que a avaliação de risco na China foi inadequada e influenciou a propagação rápida da doença pela Ásia. Comparada com as epidemias anteriores, COVID-19 se espalhou com mais velocidade, em parte, porque a cidade de Wuhan (epicentro da pandemia) é um ponto central de conexão na China continental, servindo de base logística para vôos nacionais e internacionais e para conexões de trens de passageiros destinados a todas as regiões do país. As conclusões do estudo sugerem que as lições não foram aprendidas e que dados sobre a propagação de doenças devem ser melhor monitorados com o uso de novas tecnologias.

No Brasil o Ministério da Saúde mantém uma lista de 48 eventos de saúde pública que devem ser obrigatoriamente notificados nas plataformas do Sistema Único de Saúde (SUS). Entre eles estão ocorrências de doenças infecto-contagiosas, acidentes e casos de violência, mas cuja análise nos estados e municípios é trabalhosa, esbarrando em dificuldades técnicas. A Portaria Nº 264, de 17 de fevereiro de 2020, onde se define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de Doenças, Agravos e Eventos de Saúde Pública (Anexo V) que altera a Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017 demanda que cada tipo de evento seja notificado com a periodicidade adequada ao seu agravo.

Com a estratégia já estabelecida para a COVID-19 é possível expandir o escopo das integrações a fim de criar serviços de capturas de dados para outros eventos de interesse e assim proporcionar um monitoramento mais eficiente dos riscos epidemiológicos identificados nas portarias citadas ou associados a outras doenças sazonais que impactam no sistema de saúde pública. Ferramentas adequadas e processos maduros podem otimizar as atividades das vigilâncias epidemiológicas para que foquem seus esforços na análise dos dados e não apenas na sua produção e validação, levando a estratégias mais

eficientes de prevenção, avaliação e mitigação de riscos (GARCIA et al., 2020) e a respostas mais rápidas na ocorrência de um novo evento epidêmico.

Conclusões

Se é desejável um futuro seguro, é necessária a construção de um caminho concreto que leve até ele. Esta construção passa por ações de impacto prático, como estas aqui propostas.

Sugere-se que outros dados, como os relacionados a mobilidade, densidade demográfica imediata e vulnerabilidade social localizada também sejam coletados através de iniciativas de IoT, parcerias público-privadas ou mesmo aplicativos com temática social. Assim podem ser monitorados e estudados para, em conjunto, possibilitar o pensamento de novas configurações de espaços urbanos, regramentos, acordos sociais e políticas públicas, sob o olhar da segurança epidemiológica.

Estas recomendações podem se apresentar como alguns dos elementos possíveis dessa construção, alguns dos tijolos a serem usados para pavimentar este caminho. Os primeiros passos foram dados. Basta seguir em frente.

Referências bibliográficas

BRASIL, Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 264, de 17 de fevereiro de 2020**. Acesso em: 17 de fev. 2020.

CHRISTENSEN, T.; LÆGREID, P. Balancing Governance Capacity and Legitimacy: How the Norwegian Government Handled the COVID-19 Crisis as a High Performer. **Public Administration Review**, v. 80, n. 5, p. 774–779, 2020.

COLOMBO, C. **Innovación democrática y TIC, hacia una democracia participativa?**. **Revista de los Estudios de Derecho y Ciencia Política de La UOC**. IN: Segundo Congreso sobre Internet, derecho y política: análisis y prospectiva (2006).

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO, CGE. **COVID-19 - Casos Confirmados - Dados Abertos SC**. Disponível em: <<https://bit.ly/3oA4Gx9>>. Acesso em: 28 de out. 2020.

DUAN, H. K. et al. Open Government Data (OGD) driven decision aid: a predictive model to monitor COVID-19 and support decisions in a Brazilian State. **Revista Do Serviço Público**, v. 71, n. Special, p. 25, 2020.

GARCIA, L. P. et al. **Adequação de protocolos de classificação de risco para COVID-19 às orientações da OMS: uma proposta de instrumento**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://bit.ly/2TFhGTH>>. Acesso em: 28 de out. 2020.

HESLEY, DA S. P. **Uma abordagem orientada a serviços para integração de dados dirigida a modelos de processos de negócios**. Rio de Janeiro/RJ, Abril de 2009.

LÆGREID, P.; RYKKJA, L. H. (EDS.). **Societal Security and Crisis Management: Governance Capacity and Legitimacy**. 1st ed. 2019 Edição ed. [s.l.] Palgrave Macmillan, 2018.

PEERI, N. C. et al. The SARS, MERS and novel coronavirus (COVID-19) epidemics, the newest and biggest global health threats: what lessons have we learned? **International Journal of Epidemiology**, v. 49, n. 3, p. 717–726, 2020.

PY, H. DA S. **Visualização por meio de mapas como recurso para a democratização dos dados e para a apropriação social da informação**. Rio de Janeiro/RJ: UFRJ, 2019.

SEA, SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO. **Ofício 020/2020**. Disponível em: <<https://bit.ly/31UR9GO>>. Acesso em: 28 de out. 2020.

VELASCO, J. L. **I workshop ABEP - palestra: Boa Vista - Gestão em tempos de Pandemia (CIASC)**, 28 ago. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/37PSWQY>>. Acesso em: 28 de out. 2020.



FLORIANÓPOLIS: AS PERSPECTIVAS DA GESTÃO DA CIDADE EM UM NOVO CENÁRIO URBANO

Silvia Ribeiro Lenzi

No mês de março deste ano, quando iniciamos a quarentena para fazer frente à pandemia do coronavírus, muitos de nós acreditávamos que num prazo, não maior que três meses, estaríamos retornando as nossas atividades rotineiras, evidentemente com alguns cuidados adicionais. Mas não foi o que aconteceu. Novas ondas de contaminação vem ocorrendo em diversas parte do mundo, e o que foi adotado como um rol de medidas provisórias, precisa ser reavaliado para se transformar em procedimento de caráter mais permanente.

Desde esse início, passamos a adotar protocolos rigorosos nas relações externas ao nosso mundo privado. Reduzimos nossos deslocamentos, evitamos aglomerações, optamos por compras pela internet, serviços de delivery e encontros virtuais. Nos colocamos de forma instantânea numa bolha, isolada dos lugares que frequentávamos, das pessoas conhecidas e dos nossos afetos. Ainda hoje, quem se sente ameaçado continua em casa. Mas uma parcela significativa da população, por necessidade ou por não levar em conta essa ameaça, voltou à “vida normal” convivendo com o potencial risco de contaminação.

Essas alterações de comportamento repercutiram também na vida das cidades, tradicionais lugares das trocas, dos encontros e das grandes celebrações, que tiveram os seus espaços públicos transformaram-se em lugares vazios. Espaços de ninguém.

Estas reflexões, mesmo que parciais, representam um dos inúmeros aspectos deste imenso desafio para as gestões urbanas, reféns dos impactos da pandemia que se somando às inúmeras mazelas pré-existentes, atingem principalmente as populações mais desassistidas.

A expectativa de encontrar soluções inovadores não exclui a necessidade de retomada de proposições já bastante conhecidas que, se forem aplicadas com relevância devida, contribuirão para a estruturação de um modelo e gestão equânime, e socialmente mais justo.

Prioridades a serem tratadas

A adoção dessas medidas deverá partir de uma abordagem fundamentada num Desenvolvimento Inclusivo voltado para o atendimento das necessidades básicas das pessoas, foco principal das políticas públicas:

1 - Abastecimento alimentar - Incluindo programas de horta comunitária, disponibilização de mudas e incentivo para a produção caseira, e opção pela produção microrregional, principalmente no que se refere à produção orgânica;

2 - Geração de renda - Apoio e incentivo às iniciativas de Banco Popular, Moeda Social, Feiras de Troca-Troca. Capacitação e suporte para criação de cooperativas e outras formas de associação voltadas para a produção artesanal;

3 - Saúde - Reforço à rede pública de saúde com a intensificação do atendimento preventivo domiciliar. Disponibilização de serviços de atendimento e grupos terapêuticos, inclusive com serviços on line, voltados para o atendimento da saúde mental;

4 - Inclusão digital - Disponibilização do o acesso à internet em lugares públicos, principalmente nas comunidades periféricas mais desassistidas, como forma de assegurar a sua inserção no mundo digital;

5 - Educação - Estabelecimento de programas extra-curriculares nas Escolas Públicas como forma de atrair e resgatar os alunos desmotivadas e afastados;

6 - Habitação adequada - Criação de um programa de habitação social voltado para pequenas reformas e adequações mínimas das casas para enfrentamento de situações da pandemia e de outras calamidades;

7 - Saneamento básico - Ampliação da rede de água e esgoto, coleta de lixo e visando o controle de vetores e a redução da proliferação de vírus inclusive do Corona Vírus;

8 - Rede de espaços públicos - Convenientemente tratados e interconectados, estabelecendo uma rede espacial que oferece alternativas de percursos seguros e confortáveis para deslocamentos a pé ou de bicicleta que dão suporte às atividades cotidianas;

9 - Reforço das centralidades dos bairros - Através de incentivos fiscais e isenções temporárias de impostos induzir a instalação de comércios e serviços inexistentes de primeira necessidade que atendam as necessidades cotidianas de uma dada comunidade através de deslocamentos até em caminhadas de até 15 minutos;

10 - Lazer, convivência e segurança pública - Integrando de forma complementar essas três atividades gerar condições para o resgate do convívio e da alegria das pessoas, promovendo eventos com respeito aos protocolos estabelecidos e com serviço de Segurança Pública amigável e protetora;

11 - Meio ambiente - Fortalecer as ações de educação ambiental, reciclagem, compostagem, lixo zero, e apoiar outras iniciativas já existentes colocando-as no patamar das prioridades a serem adotadas

Fortalecimento da gestão pública

A Gestão Pública Municipal precisa fortalecer sua atribuição de intermediadora entre distintas forças sociais e econômicas existentes no município, assegurando sempre o bem-estar comum.

A boa governança atua com a definição clara de competências e dos níveis de responsabilidade, detalhamento os procedimentos e integrando as distintas agendas políticas públicas. Sem a pretensão de esgotar a relação de todas as atribuições da administração pública municipal destacamos algumas que poderão contribuir para a requalificação da gestão:

1 - Prova de competência para o primeiro escalão e demais cargos comissionados relacionada com as atribuições a serem assumidas;

2 - Capacitação continua dos servidores municipais face ao aumento da complexidade das responsabilidades municipais;

3 - Criação de banco de dados com organização, compatibilização e atualização permanente dos dados municipais de forma séria e responsável, sem interferências

políticas e com critérios compatibilizados em nível municipal, estadual e federal;

4 - Adoção de indicadores e monitoramento das ações para e mensuração de alguns aspectos que direcionem e avaliem as tomadas de decisões e que orientem as revisões necessárias;

5 - Transparência das informações com a facilitação de acesso às informações das obras públicas a serem realizadas ou em execução e das propostas de governo, incluindo o programa de governo com o qual o Prefeito foi eleito;

6 - Adoção de tecnologia da informação como meio para organizar as informações e agilizar a atendimento humanizado às demandas da comunidade e dos cidadãos;

7 - Financiamento da cidade através do cadastramento e da boa gestão das Concessões e Permissões de Usos dos próprios municipais. Aperfeiçoamento dos instrumentos mais contemporâneos de gestão (Estudo de Impacto de Vizinhança-EIV, Parceria Público Privada- PPP) e criação de fundo próprio para a qualificação dos equipamentos e espaços públicos;

8 - Registro da memória urbana da cidade com o arquivamento adequado de estudos e projetos elaborados e o respeito à memória e a cultura da cidade e de cada uma de suas localidades;

9 - Capacidade de inovação apoiando e disseminando propostas inovadoras voltadas para o espaço urbano a partir das universidades instaladas, centros tecnológicos e também de iniciativas comunitárias;

10 - Questão regional compatibilizando as políticas municipais através de uma clara visão de sua responsabilidade com o desenvolvimento sustentável da região em que exerce influência

Gestão compartilhada com a sociedade

A pandemia evidenciou a capacidade de auto-gestão de comunidades e de grupos sociais que estabeleceram redes de solidariedade e protocolos para o atendimento das

suas necessidades mais imediatas. É uma oportunidade de os gestores municipais buscarem novas formas de gestão que inclua a articulação com essas iniciativas da sociedade civil organizada, num sistema de co-gestão, principalmente na escala dos bairros. Fundamental também é a geração de incentivos para as soluções inovadoras que ocorrem nessa menor escala. Para isso, algumas condições precisam ser ampliadas ou constituídas:

- 1 - Aperfeiçoar os canais de comunicação com o cidadão** facilitando o acesso e se comprometendo com a pronta resposta sobre a demanda encaminhada;
- 2 - Organizar grupos internos** na Prefeitura que recebam e discutam em conjunto as demandas da sociedade;
- 3 - Criar rotinas de discussão das grandes questões do município** com acesso irrestrito das decisões a todos os interessados;
- 4 - Fortalecer o papel dos conselhos municipais** e divulgar o resultado das discussões e encaminhamentos definidos;
- 5 - Fomentar a participação da sociedade** estimulando as pessoas a assumirem um papel pro-ativo sobre as questões da cidade;
- 6 - Engajar a população** através da criação de mecanismos de participação que estimulem o espírito comunitário;
- 7 - Reconhecer e apoiar iniciativas da comunidade** especialmente de grupos de mulheres e grupos minoritários;
- 8 - Valorizar e estimular iniciativas de grupos** jovens relacionadas, principalmente, como projetos culturais e melhor usos dos espaços públicos;
- 9 - Estabelecer parcerias com aposentados** oferecendo oportunidades de reconhecimento e aproveitando seus conhecimentos em prol da cidade.

Seguramente, com uma ampla união de esforços no sentido de recuperarmos a nossa capacidade de sonhar estaremos construindo uma Floripa ainda melhor a partir de um projeto coletivo de cidade.

Referências bibliográficas

ANGELIM, P. et al. **Live Arquitetos**: Um novo normal, ou uma nova arquitetura? Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pBm440JZpqc&feature=youtu.be>>. Acesso em: 04 de nov. 2020.

GESPÚBLICA: Indicadores de Gestão. Disponível em: <<http://www.gespublica.gov.br/indicadores-de-gest%C3%A3o>>. Acesso em 03 de nov. 2020.

MENDONÇA, A. 5 passos para tornar a gestão pública mais eficiente. Disponível em: <<https://www.colab.re/conteudo/5-passos-gestao-publica-eficiente>>. Acesso em: 03 de nov. 2020.

MORIN, E. Sentir mais do que nunca a comunidade de destino de toda a humanidade. Disponível em: <<http://agbcampinas.com.br/site/2020/entrevista-edgar-morin-sentir-mais-do-que-nunca-a-comunidade-de-destino-de-toda-a-humanidade/>>. Acesso em: 02 de nov. 2020.

SENNETT, R. As cidades na Pandemia (on line). Disponível em: <<http://agbcampinas.com.br/site/2020/richard-sennett-as-cidades-na-pandemia/>>. Acesso em: 02 de nov. 2020.



A CIDADE DE SANTA MARIA: UMA REFLEXÃO SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL E A ESTRATÉGIA PARA O PÓS-PANDEMIA

Silon Junior Procath da Silva

A pandemia que todos nós vivenciamos no ano de 2020 trouxe consigo muitos desafios em todas as áreas: desafios sociais, desafios pessoais, notadamente desafios na área da saúde pública, desafios na educação e como todos esses impactam fortemente a economia. Assim, apresenta-se nesse artigo algumas ideias para os desafios econômicos que estão sendo vivenciados pela cidade de Santa Maria e que devem ser enfrentados nos próximos anos. Contudo, o crescimento econômico não é dissociado das ações sociais, pois o crescimento contínuo de longo prazo só acontece onde se tem qualidade de vida alicerçada num projeto social robusto.

Nos dois anos como presidente do Corede Central e em seis anos como coordenador de empreendedorismo na UFSM acompanhamos vários projetos de desenvolvimento, tanto envolvendo o apoio a negócios tradicionais do meio urbano quanto do meio rural, pude acompanhar e fazer parte em algumas transformações.

Ações relacionadas ao ecossistema de inovação como estímulo geração de *startups* por meio de processos de pré-incubação, incubação, realização de eventos e imersão em outros ecossistemas de inovação. De todas as ações a maior lição e que, facilmente, pode ser seguida por qualquer gestor municipal é o fato de que os impactos mais importantes estão naquelas ações realizadas em parcerias. Por isso, realizamos nesse período eventos e imersões em parceria com CACISM, ADESM, SINDILOJAS, CDL, entre outros, exemplo disso, foram as duas viagens a Florianópolis para conhecer o ecossistema de lá e ver pontos que poderiam ser utilizados aqui. Dessas viagens surgiu o grupo de trabalho que colaborou decisivamente na mudança tributária para empresas do CNAE1 que tiveram seu imposto reduzido em 50%.

O apoio a consolidação de empreendimentos inovadores que ocorre pela imersão dos pré-incubados em ambientes de negócios conta com o apoio de mais de 40 pessoas da comunidade de Santa Maria que recebem os “startupeiros” em suas empresas para eventos, mentorias, etc. como realizado no Pulse Coworking, Lab1188, CACISM, entre

outros. Além disso, a mobilização interna na Universidade, como núcleo de excelência e pesquisa e geração do conhecimento é fundamental. Por isso, todo o processo de alavancagem de negócios inovadores que em dezembro de 2019 geravam quase 200 postos de trabalho conta, anualmente, com ações de mais de 50 professores, servidores distribuídos por laboratórios, cursos de graduação, pró-reitorias e demais unidades. A mensagem de tudo isso aos futuros gestores é que o trabalho transformador e de alto impacto é aquele realizado em rede feito pela parceria de muitos “cpf’s” pertencentes a variadas instituições e empresas, ou seja, os projetos devem ser construídos e realizados não por uma única hélice mas por todas. Deste modo, antes de partirmos para os projetos, vamos pensar quais os alicerces potenciais que temos na cidade, e aqueles que podemos criar como forma de gerar e atrair recursos:

- 1) Considerando-se todos os níveis de ensino Santa Maria tem uma das maiores densidades de estudantes do país, um dos maiores índices de doutores por 100 mil habitantes e uma grande quantidade de programas de pós-graduação qualificados, somando todas as instituições de ensino superior. Isso nos coloca em igualdade de condições com as regiões que possuem os melhores índices de crescimento nos últimos anos, altos índices de desenvolvimento humano e que são destaque no desenvolvimento nacional pela inovação;
- 2) Comparativamente, Santa Maria tem um tamanho relativo em número de habitantes e de mão-de-obra qualificada semelhantes a algumas das cidades mais desenvolvidas do mundo;
- 3) Nosso município tem instituições como a Agência de Desenvolvimento de Santa Maria e o Instituto de Planejamento com experiência comprovada em realizar bons projetos e pensar estratégias para o futuro da cidade;
- 4) O impacto de muitos pequenos empreendimentos sendo gerados constantemente ao longo do tempo é muito maior do que o de um grande empreendimento chegando de vez em quando (Frase de Jorge Audy idealizador do Tecnopuc).
- 5) O desenvolvimento econômico só ocorre onde se tem respeito à diversidade, à cultura e à história local, bem como liberdade econômica, educação de qualidade em todos os níveis, e toda a população conta com acesso à saúde.

Em adição a isso, trabalharemos com recursos financeiros escassos. Assim, além de focar no aumento das receitas municipais pelo estímulo da economia teremos que fazer as ações necessárias com baixo custo e buscando recursos externos. A partir dessas ideias e pressupostos iniciais podemos sugerir, entre ações de curto, médio e longo prazos, as seguintes:

- 1) Usar a estrutura da prefeitura em termos de talentos humanos e capacidade técnica para montar um Escritório de Captação de Recursos e elaboração de projetos qualificados, tendo em vista que em muitos anos sobram recursos em Brasília pela falta da apresentação de soluções consistentes junto aos ministérios;
- 2) Um projeto de Cidade Humana Inteligente e Sustentável, que vai muito além da ideia simples de Cidade Digital, embora a melhoria da infraestrutura seja imprescindível. Um projeto de cidade inteligente atua em várias frentes: digitalização de todos os documentos e processos relacionados ao município tornando-os mais ágeis e seguros, redução de custo das ações que tangem a gestão municipal e, principalmente, melhor atendimento do cidadão e maior qualidade de vida para todos;
- 3) Gestão Plena da Saúde para aumentar a capacidade do município não só do ponto de vista financeiro, mas também de gestão. Com a gestão plena coordenada com ações de governo digital as pessoas não precisarão mais enfrentar filas nos postos de saúde, pois poderão marcar sua consulta de casa pelo smartphone;
- 4) Na educação é imprescindível a adoção da escola de tempo integral, principalmente, naquelas comunidades mais carentes. Além disso, a implantação de disciplinas de atitude empreendedora, robótica e programação em conjunto com programas de esportes e cultura e aulas bilíngues. Por exemplo: no contraturno o estudante teria aula de teatro em inglês, tendo em vista que a deficiência no domínio da língua inglesa é, hoje, uma das principais causas da NÃO VINDA de empresas para Santa Maria.
- 5) Adoção do One Stop Shop: um único ponto de entrada de documentos na prefeitura para todo e qualquer empreendimento na cidade. Exemplo: caso queiramos abrir um empreendimento que precise de alvará de localização, alvará sanitário e alvará ambiental entraremos com a documentação toda uma única vez em um

único escritório, e essa documentação circula internamente na prefeitura via ferramentas digitais com prazo definido para resposta em cada instância. Esse tipo ferramenta já existe e foi implantada em vários municípios.

- 6) Foco no nosso principal negócio, em potencial, que é a indústria de tecnologia ou indústria da inovação e pelo qual somos reconhecidos, inclusive internacionalmente, concentrando esforços nas áreas em que somos mais fortes como as ligadas a tecnologias para o agronegócio e aquelas relacionadas a tecnologias educacionais. Além do nosso potencial, já instalado, para desenvolver essa indústria, outro fator que mostra nosso potencial é o comportamento que essa indústria vem apresentando nos últimos tempos em Santa Maria. Como exemplo, o número de empresas incubadas na AGITTEC/UFSM cresceu de 13, em 2016, para 39 considerando as que estão assinando contrato nesse momento, e isso representa um crescimento de 200% em 4 anos. Para ilustrar, a partir de caso concreto temos uma startup em Santa Maria que faturou, no primeiro mês de pandemia, o equivalente aos 19 meses anteriores somados. Além disso, as empresas de tecnologia e que fornecem equipamentos para o Agro vem apresentando crescimentos consistentes nos últimos meses trabalhando em seu máximo de capacidade.
- 7) Fusão das leis de incentivo ao empreendedorismo e simplificação dos processos relacionados a abertura de empresas e a construção civil, grande geradora de empregos. Santa Maria fez algumas leis no sentido de estimular o empreendedorismo, por exemplo, Lei de Inovação, Empreende Santa Maria e Lei da Vila Belga que foram importantes a seu tempo e alcançaram resultados de forma diferente. Contudo, atualmente, essas leis precisam uma revisão e o ideal é que sejam fundidas numa única lei que vá no sentido de tornar Santa Maria um parque tecnológico a céu aberto com seu coração localizado na área que compreende Gare, Vila Belga, Avenida Rio Branco, Vale Machado, Praça Saldanha Marinho, primeira e segunda quadra. Nesse grande projeto temos que prever revitalização do patrimônio histórico (nunca podemos esquecer que temos o segundo maior patrimônio em Art Déco do mundo), a inclusão da economia criativa e do turismo como ferramentas importantes para o desenvolvimento. Também, importante é a criação de um fundo municipal de inovação a exemplo de Porto Alegre, Florianópolis e muitos outros municípios, inclusive menores que Santa Maria e a recuperação da

infraestrutura física dos bairros da cidade com ruas sem buracos, postos de saúde com capacidade de atendimento de qualidade, creches com vagas suficiente e próxima à residência das famílias, entre outros.

- 8) Poucos sabem, mas Santa Maria tem uma escola técnica que conta, em seus quadros, com um corpo de professores de qualidade. A Escola Técnica de Aprendizagem Industrial que pode ter seu papel potencializado pela melhora de sua infraestrutura e por sua ampliação. Uma unidade de ensino técnico com robótica, programação, empreendedorismo e outros conteúdos localizados no Parque Tecnológico vocacionado para as indústrias do Distrito Industrial e atendendo as populações daquela região da cidade teria um propósito transformador para aquelas pessoas que poderiam se qualificar perto de sua casa em cursos de altíssimo nível.
- 9) Resignificação do Santa Maria Tecnoparque que além de uma infraestrutura mais aprazível com mais contato com a natureza, estacionamento, uso de energias sustentáveis, deve passar a atender prioritariamente as populações do entorno como Santa Marta, Tancredo Neves, Parque Pinheiro Machado focando no surgimento de empreendimentos que possam interagir com os já existentes no Distrito Industrial, por um sistema de qualificação empreendedora massivo nas escolas, interação com a escola técnica e com o IFF que já ocupa parte do Tecnoparque e com um sistema vigoroso de pré-incubação e incubação de empreendimentos focados naquela região da cidade.
- 10) Para termos um município que seja exemplo em qualidade de vida o desenvolvimento rural é tão imprescindível quanto o urbano. Assim, todas as melhorias pensadas para a cidade devem ser, também, levadas ao campo, principalmente quanto a conexão à rede mundial de computadores que cada vez mais é uma ferramenta de gestão e de qualidade de vida para o produtor rural. Contudo, melhorias na infraestrutura de transporte e de saúde são imprescindíveis, mas aquelas ações que serão transformadoras no campo para aumento da qualidade de vida e fixação das pessoas na zona rural estão ligadas à educação, valendo as mesmas ações quanto à inserção na grade curricular do interior de disciplinas de atitude empreendedora, robótica, programação e o ensino bilíngue.

Vale ressaltar que as sugestões contidas nesse artigo de forma resumida não contêm qualquer crítica a nenhuma gestão municipal de Santa Maria, afinal se temos um potencial incrível é porque muitas boas ações foram feitas e muitos bons projetos construídos. As propostas aqui apresentadas não são um olhar para o passado e sim um olhar para o futuro baseado no potencial de Santa Maria que pode se tornar, num curto espaço de tempo, uma referência internacional em inovação ao lado de várias outras cidades do Brasil e do mundo.



AS SAMPAS DA NOSSA ERA: CIDADES INSENSÍVEIS, CIDADES CONTINGENCIADAS

Lucas Berdague Corrêa

Caetano Veloso havia voltado ao Brasil há alguns anos quando lançou a música *Sampa* no ano de 1978. Depois de ter sido preso pela ditadura militar em 1969, ele havia ficado exilado em Londres até seu retorno definitivo ao país em 1972, período em que gravou canções que retratam com tom melancólico sua estadia fora de sua terra natal. *London London* (1971) retrata uma normalidade que, numa interpretação livre, parece ter sido imposta e anestesiante.

Tanto *Sampa* quanto *London London* são representações poéticas de percepções de lugares feitas pelo mesmo artista, num intervalo de tempo de menos de uma década. Suas experiências de mudanças de ambiente sociocultural são carregadas de sensações que se traduzem nas letras e nas melodias. Nas duas músicas estão presentes elementos de decodificação, familiarização e estranhamento, apontados por Canevacci (2004), ao citar Capanzano (p.29-30), como parte do processo que envolve o chamado “Dilema de Hermes”, em que o antropólogo busca afastar de si aquilo que lhe é familiar, pressuposto, anterior, e tenta tornar familiar o que lhe era até então estranho.

Em *Sampa*, Caetano trata da sua experiência de familiarização com a cidade de São Paulo desde que se mudou para lá na década de 1960 com sua irmã, Maria Bethânia:

A vida provinciana que conheceu nessa época na capital se diferenciava bastante das experiências que havia tido na Bahia e no Rio de Janeiro (ANJOS, 2004). O compositor relatou que havia uma energia criativa seguida de uma inocência, o que fez com que se apaixonasse pela cidade. Isso pode ser percebido enquanto se escuta a música. O tom melancólico vai dando espaço para algo mais extasiado após os primeiros versos. Ao final, ele parece mais tranquilo, como se estivesse em casa. (CORRÊA; BOSCO E SILVA, 2019)

A construção de uma ideia de lugar, baseada numa interação entre afetos e usos de um espaço, seu contexto e sentidos que preenchem os vazios relacionais até então existentes, ela está presente na sensibilidade da canção. A música torna-se uma representação da percepção do autor sobre um espaço, que se constrói idealmente enquanto lugar pela força do conjunto simbólico com a qual ele passa a se relacionar:

Caetano se mostra um *flaneur* num novo ambiente, que vai adaptando sua narrativa conforme a variação temporal e imersiva de sua experiência. A percepção da cidade como um todo se mistura à percepção do lugar, uma vez que os sentidos físicos são locais, mas o referencial pode ser mais abrangente. De início, algo absolutamente estranho e sem condições de refleti-lo. Posteriormente, algo fascinante e que o permite expressar sua criatividade em um novo ritmo que já lhe era “o avesso do avesso do avesso do avesso”, aquilo que ele havia depressa aprendido a chamar de realidade. Ele, inclusive, menciona em suas entrevistas as referências que utilizou para elaborar a letra da música. Outras canções, artistas locais, apelidos e adjetivos populares da cidade, dentre outras. E assim construiu uma narrativa de lugar que conta sua experiência de lugar. (CORRÊA; BOSCO E SILVA, 2019)

Já em *London London*, Caetano traz elementos mais genéricos sobre a relação dele com aquele espaço, com as pessoas que nele vivem e das sensações que lhe são despertadas. Expressa sensação de segurança, ao mesmo em tempo que demonstra uma resignação à situação incomum e nada familiar na qual se encontrava. “Um registro da depressão”, teria dito o artista em entrevista ao jornalista John Lewis (2010). Caetano não tratava Londres como um lugar de estar, de ficar, apesar de dizer gostar de pequenas coisas que observava no cotidiano de seu exílio e de ter a companhia de seu grande amigo Gilberto Gil durante esse período. Talvez sua relação com a cidade fosse mais de espaço do que de lugar.

A pandemia do novo coronavírus trouxe consigo uma forma de exílio para todos os países com os quais teve contato. Um exílio no interior de nossas residências e nas dinâmicas de nossos cotidianos, em que o essencial passa a ser entendido como aquilo que garante recursos suficientes para a sobrevivência fisiológica e a manutenção dos processos produtivos que sustentam as economias de mercado. O essencial se articula na objetividade do ter, do consumir e do sobreviver. Perdem-se, por consequência do vírus

e por medo da doença, as outras formas subjetivas de articular os sentidos, sejam eles sensoriais ou do campo das ideias, daquilo que é essencial para uma vida digna.

Na perda temporária da possibilidade de articular subjetivamente os sentidos que regem as relações entre pessoas, grupos e os espaços que as recebem, seja pelo impedimento de exercer a aproximação dos corpos, pela limitação do desejo de transitar de um local para o outro, ou mesmo pelo mero temor de furar a quarentena e causar dano a si ou a outrem, os lugares e a própria sensação de lugaridade acabam por restar precarizados. É que falta o elemento familiar ou familiarizante da relação entre o sujeito, que é corpo em razão e sensibilidade, e aquele espaço externo a sua casa que agora lhe é estranho e que pode lhe causar angústia ou representar perigo.

Mesmo dentro de casa, as pessoas passaram a reinventar suas noções de lugaridade, suas normas e formas de convivência com o mundo externo. Quartos, salas e outros cômodos tornaram-se escritórios provisórios ou de caráter definitivo, atendendo demandas de *home office*. A partir das relações digitais, em algumas situações, o que se vestia em lugares de trabalho tornou-se parcialmente dispensável. Visitas aos familiares tornaram-se mais raras e mais curtas. Há estranhamento até mesmo entre aqueles com quem se convivia diariamente, mas sem a intensidade que as novas rotinas impuseram.

E os espaços públicos de lazer, onde o costume das aglomerações poderia até mesmo ser incentivado antes da pandemia? Tornar-se-ão vazios urbanos por força do tão noticiado “novo normal”? As notícias vindas de países da Europa, do próprio Brasil e de outros lugares que realizaram aberturas com menos rigor do que em países asiáticos como a China e o Japão, por exemplo, apontam para um comportamento interessante, que reforça a percepção da situação de pandemia como algo semelhante ao exílio de Caetano em Londres. A população nesses países tem buscado retornar aos espaços públicos e vive-los como antes da chegada do vírus. O aumento recente de casos, entre setembro e outubro, em países como França, Espanha e Itália, após meses de controle dos números de contágio e de mortes, mostra que as pessoas relaxaram dos cuidados necessários para prevenir a proliferação da doença.

Deseja-se a vacina e também a cura para esse mal que afeta nossa era, a fim de que se possa novamente aproveitar dos afetos sem receio da moléstia. Mas pouco se sabe sobre o novo vírus e o tempo da ciência não pode ser apressado pelos anseios da subjetividade. O tempo de exílio dos isolados e quarentenados é também um tempo de luto. Luto esse pelo fim de uma relação interacional com seus espaços de afeto, com seus

lugares e sentidos que eram despertados por eles. Relações essas que terão de ser refeitas ou substituídas em consequência das mudanças e das necessidades. Fomos presos pela ditadura de um vírus. Um inimigo da nossa liberdade que não podemos ver, mas que pode ser letal, enquanto somos impotentes diante de sua pequenez e estranheza.

Talvez familiarizaremos com ele um dia, como Caetano deixou de achar São Paulo feia depois que ela refletiu sobre ele suas possibilidades. Talvez não. Pode ser que nos acostumemos a cumprimentar o vírus e as outras pessoas com a distância londrina descrita pelo cantor em *London London*, em que todos deixavam o caminho aberto para dar passagem a quem estivesse com pressa e diminuir o contato. O que nos reserva o futuro das cidades quando tivermos conhecido o novo coronavírus e suas variações transeuntes? Precisaremos deles? Encararemos o vírus e o chamaremos de mau gosto, ou reconheceremos o difícil começo, e, como quem vem de outro sonho feliz de cidade, aprenderemos depressa a chamá-lo de realidade?

Veremos surgir seus poetas? Como serão cantadas as nossas cidades? Será algo com novos lugares e sentimentos digeridos como *Sampa* ou uma profunda depressão resignada como a de *London London*?

As respostas virão com o tempo. Este é o momento das perguntas. Para que as cidades não fiquem contingenciadas, será necessário viver esse período de luto e recolhimento. De lembrar-se dos seus sentidos e das sensações, boas ou ruins. Que seja esta a hora de pensarmos as cidades como lugares, e que lugares são feitos por pessoas, não por objetividades. Que as cidades não percam os sentidos por nossas contingências.

Referências bibliográficas

CANEVACCI, M. **A Cidade Polifônica**: Ensaio sobre a Antropologia da Comunicação Urbana. 2. ed.. São Paulo: Studio Nobel, 2004.

CORRÊA, L. B.; BOSCO E SILVA, L. Um cruzamento como lugar de turismo: o encontro das Avenidas Ipiranga e São João no bairro República, em São Paulo, placemaking e o lugar da cultura. In: **ASOCIACIÓN DE ESCUELAS Y FACULTADES PÚBLICAS DE ARQUITECTURA DE AMÉRICA DEL SUR**, 2019, Belo Horizonte. Anais eletrônicos... Campinas, SP: Galoá, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/arquisur-2019/papers/>

um-cruzamento-como-lugar-de-turismo--o-encontro-das-avenidas-ipuranga-e-sao-joao-
-no-bairro-republica--em-sao-paulo--plac?lang=pt-br. Acesso em: 24 set. 2020.

LEWIS, J. Gilberto Gil and Caetano Veloso in London. **The Guardian**. Londres, 15 jul.
2010. Disponível em: [https://www.theguardian.com/music/2010/jul/15/gilberto-gil-caetano-
-veloso-london](https://www.theguardian.com/music/2010/jul/15/gilberto-gil-caetano-veloso-london). Acesso em: 30 out. 2020.

VELOSO, C. **London London**. [S.l.]: 1971, Mídia digital, acervo pessoal.

_____. **Sampa**. Rio de Janeiro: CBD Phonogram: 1978. Mídia digital, acervo pessoal.



CENTROS COMUNITÁRIOS DA PAZ (COMPAZ) EM RECIFE: UM MODELO DE SUCESSO INSPIRADO NAS INTERVENÇÕES DE URBANISMO SOCIAL DE MEDELLÍN

Murilo Cavalcanti

A pandemia do coronavírus no mundo inteiro e, particularmente, no Brasil escancarou uma realidade que uma parte da sociedade civil teimava em não enxergar: os pobres e periféricos ausentes de políticas públicas no seu cotidiano. Não por acaso são os principais atingidos pela COVID-19. Elementar: onde não há as mínimas condições de saneamento básico, renda mínima e morada digna, o vírus chegou de forma devastadora.

Estabelecer políticas públicas que reduzam a distância entre a cidade formal (a cidade dos ricos, dos serviços públicos de qualidade), da cidade periférica (a cidade dos pobres, onde são negados o acesso aos serviços essenciais: água, saneamento, escola, transporte digno) é o grande desafio. Embora o vírus não escolha os que serão infectados, não precisa ter bola de cristal para saber que são os mais pobres que estão pagando um preço muito elevado diante dessa pandemia, seja em números de mortes e/ou de leitos ocupados na rede pública de saúde.

No Brasil, já morreram quase 160 mil pessoas vítimas do Coronavírus. É muita gente. É muita dor. É muito sofrimento. A vida é sagrada, embora para o atual governo federal “todos vamos morrer”, como se não importasse nem com a forma, nem com as condições. Nesse cenário, é urgente e necessário, portanto, que traga para o debate políticas públicas eficientes que reduzam essa distância entre pobres e ricos, que integre a cidade formal à cidade periférica, que estabeleça nos territórios mais vulneráveis perspectivas concretas de vida e cidadania. É possível? Sim. O prefeito da cidade do Recife, Geraldo Julio, tem feito um esforço enorme para reduzir essa distância. Encurtar as desigualdades entre duas realidades tem que ser um esforço coletivo de todos, principalmente do Governo Federal, que dispõe dos recursos necessários.

EXEMPLO - Os Centros Comunitários da Paz, os COMPAZ, foram inspirados nas intervenções em Medellín, segunda maior cidade colombiana, que investiu em políticas públicas educacionais e urbanas para combater a desigualdade social.

É preciso destacar alguns pontos de mudança na cidade do país vizinho que durante as décadas de 1980 e 1990 foi considerada a mais violenta do mundo: eram 395 homicídios por 100 mil habitantes (em São Paulo são 9,5 por 100 mil habitantes, segundo o Atlas da Violência 2018).

As mudanças acontecerem a partir dos anos 2000 quando uma série de medidas foram tomadas. Destaco quatro. Primeira estratégia adotada foi o investimento em educação, com foco na primeira infância, a segunda foi a presença do Estado nas periferias, com criação de espaços de convivência em espaços públicos, a exemplo das Bibliotecas Parques, com foco em atividades lúdicas e cidadãs.

Ao mesmo tempo, Medellín investiu em mobilidade urbana para conectar a cidade, com implementação de teleféricos e escadas rolantes dentro das comunidades. Esses equipamentos não funcionam isoladamente. Há no entorno escolas, centros culturais, museus e parques. E em quarto, espaços públicos foram ressignificados. A exemplo das UVAS (Unidades de Vida Articulada), tanques de água convertidos em centros de esporte e cultura.

Baseado nessas ações nasce o conceito dos COMPAZ. Os Centros Comunitários da Paz são o exemplo de segurança cidadã, onde as pessoas exercem seus direitos e deveres, liberdade e justiça. Em um mesmo local, são oferecidos esportes, oportunidades de aprendizados, capacitações, biblioteca e fortalecimento comunitário. Neles os recifenses podem exercer seus direitos. Mediação de Conflitos, PROCON, CRAS, Assistência Judiciária entre outros serviços em um mesmo endereço.

São três em funcionamento na capital pernambucana. Todos em periferias, situados em bairros de extrema vulnerabilidade social. Os COMPAZ são exemplos de sucesso de transformação na vida. Promovem cultura de paz e acesso à cidadania aos que mais precisam. Segurança começa com prevenção. Se Medellín pôde, as cidades brasileiras também podem.



MORTALIDADE POR COVID-19 E OBESIDADE: GESTÃO DAS CIDADES E AS DESIGUALDADES EM SAÚDE URBANA

Érico Pereira Gomes Felden
Rubian Diego Andrade
Giselly Cristiny Moreira
Mateus Augusto Bim
Andreia Pelegrini
Thaís Silva Beltrame

Evidências epidemiológicas apontam que o vírus SARS-CoV-2, causador da doença respiratória aguda grave chamada COVID-19, se alastrou pelos países ocidentais a partir de janeiro e fevereiro de 2020. O primeiro caso reportado no Brasil deu-se em 26 de fevereiro de 2020 enquanto a primeira morte no dia 17 de março de 2020 (DELATORRE et al., 2020). Apesar disso, o vírus foi detectado no esgoto de Florianópolis, em amostras coletadas em 27 de novembro de 2019, indicando a presença do vírus meses antes do primeiro caso reportado (FONGARO et al., 2020).

A COVID-19 levou a mudanças sociais profundas trazendo insegurança para todos, principalmente para quem trabalha na linha de frente dos serviços de saúde. Desde o começo da pandemia¹ há discussões, nos mais diferentes setores, a respeito dos reflexos do isolamento social e do fechamento de escolas, lojas e outros serviços na organização social das cidades. Estas discussões trazem à luz a intrincada relação entre saúde e economia, incluindo questões como os serviços em saúde pública ofertados e os auxílios necessários para as populações de baixa renda e desempregados. De acordo com Barata (2009) questões como classe social e saneamento são fundamentais em qualquer discussão de políticas públicas voltadas para a saúde o que nos revela a importância das desigualdades neste setor.

O conceito de desigualdade em saúde veio à tona nas discussões da mídia e foi usado de forma indevida por governantes e políticos para justificar a abertura do comércio. Ao contrário do que foi alardeado, os estudos sobre desigualdades em saúde nos mostram que as populações mais pobres, incluindo os trabalhadores assalariados dos diversos setores, são grupos de risco para diversas doenças e deveriam ser assistidos e

protegidos pelo Estado a partir do conhecimento dos fatores que levam a maior adoecimento e aumento da mortalidade.

Apesar de difícil mensuração, em termos globais, a mortalidade² e a letalidade³ por COVID-19 gira em torno de 1%. Em adultos com menos de 60 anos, estima-se que este percentual seja inferior a 0,2%. Além da idade avançada, a composição corporal também vem sendo relacionada com as taxas de letalidade por COVID-19. No estudo de Huang et al. (2020) foi identificado que os pacientes com sobrepeso e obesidade apresentam complicações da doença 9,2 vezes maior quando comparados aos pacientes eutróficos.

Diante destas estatísticas diversas interseções com a discussão das desigualdades em saúde podem ser feitas, mas chamaremos a atenção para um ponto, que parece passar despercebido, que é o fato da obesidade e do sobrepeso terem aumentado nas últimas décadas, especialmente nas classes sociais mais baixas o que está inserido num fenômeno epidemiológico chamado transição epidemiológica da obesidade.

A obesidade traz várias consequências negativas para a saúde e é considerada um importante fator de risco para o desenvolvimento de diabetes mellitus, hipertensão arterial, doenças cardiovasculares, problemas psicossociais e câncer (SHEKAR; POPKIN, 2020). As prevalências de obesidade vêm crescendo nas últimas décadas em diversos países, incluindo todas as faixas etárias. No entanto, ao contrário do que era verificado há algum tempo, o crescimento das prevalências vem sendo maior nas classes sociais mais baixas. Diversas causas são apontadas para este fenômeno como a diminuição da atividade física, um consumo maior de alimentos calóricos e ultraprocessados e mesmo situações de desnutrição na infância que levariam a modificações metabólicas na vida adulta.

A transição epidemiológica da obesidade foi impulsionada pela urbanização e pela globalização, que resultaram na redução das prevalências de desnutrição e em aumentos expressivos da prevalência de sobrepeso e obesidade no mundo todo, no decorrer das últimas décadas. A urbanização reflete diversas mudanças como o transporte moderno, a maior quantidade de empregos, salários mais altos, acesso às tecnologias modernas por parte das fábricas, comunicação moderna, infraestrutura pública, entre outros. Atrélada a esse contexto, a globalização foi responsável por aumentar o fluxo de mercadorias (destaque para o comércio de alimentos ultraprocessados), serviços e tecnologia. Consequentemente a urbanização e a globalização impactaram na riqueza dos países, o setor varejista de alimentos modernos e o marketing de alimentos ultraprocessados, infraestrutura de transporte, mudanças tecnológicas e no estilo de vida, os quais favoreceram o aumento de

ingestão de energia e a redução do gasto de energia (POPKIN; EWERBEIN; OKAMURA, 2020).

Os mecanismos que explicam as maiores taxas de mortalidade por COVID-19 em pessoas com sobrepeso e obesidade ainda estão sendo investigados. No entanto, sabe-se que a obesidade acarreta uma série de mudanças no organismo que o predispõe à diversas doenças incluindo alterações no sistema imune, aumento da inflamação e coágulos e capacidade cardiorrespiratória diminuída.

Diante deste contexto nos deparamos com um ciclo, dentro da pandemia, que nos leva a uma reflexão. A COVID-19 é mais mortal em pessoas obesas, e como as prevalências de obesidade são crescentes nas populações mais pobres, estas pessoas passam a somar fatores de risco. Além disso, o acesso a serviços de saúde de qualidade e de uma rede protetiva, incluindo a possibilidade de isolamento, tornam a população de baixa renda ainda mais vulnerável. Os crescentes ataques ao Sistema Único de Saúde (SUS), incluindo as possibilidades de terceirização e privatização, exatamente no período de pandemia, são sinais claros da urgência de melhor organização da população tendo em vista a necessidade de se evitar retrocessos.

As soluções para as diversas problemáticas apresentadas certamente não são fáceis e devem acontecer de forma intersetorial incluindo o importante papel das cidades e de governantes realmente preocupados com a qualidade de vida da população. Este enfrentamento deve ser coletivo e perpassa por questões complexas de organização do espaço das cidades e políticas em saúde e infraestrutura. Além disso, passa pela valorização da educação e dos educadores que estão buscando formas inovadoras de ensino e que terão papel fundamental no pós-pandemia.

Como forma de combater e prevenir a obesidade, atingindo a maior quantidade possível de indivíduos, devem ser elaboradas políticas públicas de saúde. Visando a redução das prevalências de sobrepeso/obesidade e a adoção de estilos de vida saudáveis, essas políticas públicas podem se basear em ações como: programas de prevenção de base escolar (buscando controlar o sobrepeso/obesidade desde cedo, oferecendo alimentação saudável e atividades físicas); acesso a alimentos saudáveis (priorizando a agricultura familiar) e incentivo ao consumo desses alimentos; criação de leis e regulamentações sobre marketing e propaganda (restringir a publicidade de alimentos ultra processados na televisão, em horários de programas familiares ou infantis), bem como a identificação da qualidade nutricional dos alimentos nos rótulos das embalagens; educação alimentar; e a

promoção da prática de atividades físicas (construção de parques e campos esportivos e desenvolvimento urbano que oportunize o transporte ativo para a escola ou trabalho, além de atividades físicas de caminhada/corrida ou pedalada no lazer) (OPAS/OMS, 2018; POPKIN; EBERBEIN; OKAMURA, 2020).

No âmbito da saúde coletiva, parece claro que o fortalecimento e aprimoramento do SUS, no que tange à recursos, à gestão e à logística, é uma das principais ações a serem priorizadas. No entanto, outras intervenções, mais específicas, como o programa Saúde da Família, ou no âmbito corporativo, Saúde do Trabalhador, podem ser estratégias iniciais importantes nesse momento em que ainda não possuímos uma vacina eficaz para a COVID-19. Numa visão mais ampliada, outras ações precisam ser focadas já na infância. Mudanças comportamentais, de crianças e adolescentes, especialmente no que tange ao consumo excessivo de alimentos de baixa qualidade nutricional e hipercalóricos devem ser priorizadas. Além disso, minimizar as restrições e inserir a população em prática de atividades físicas, oportunizando locais adequados para a prática, devem ser pautas das discussões nos Conselhos Municipais de Saúde e estar inseridas nas políticas nas esferas municipais, estaduais e federal.

No âmbito educacional, enfrenta-se um momento de desafios e reformulações na educação. A desigualdade social existente, reflete muito mais que em outros tempos, pois, sabe-se que todas as medidas para a segurança da saúde na escola, não alcançam a maioria dos estudantes quando relacionada às dificuldades de aprendizagem no ensino à distância. Nem todos os estudantes possuem equipamentos adequados, acesso à internet e uma família preparada para dar o suporte na ausência de um professor.

Ainda outros fatores, como a saúde mental e física compõem preocupação numa situação do aumento do tempo em isolamento, com a falta do contato social no convívio da escola, a constante preocupação da contaminação, as condições do conforto em casa com o espaço reduzido, tornando os estudantes menos ativos fisicamente (MAIA; DIAS, 2020). Diante desses apontamentos, é necessário e urgente que seja estudada uma forma de compor a educação por meio das políticas públicas num futuro, incluindo ações que modifiquem a forma do ensino estruturado até antes da pandemia. Para a Unesco a solução passa por repensar uma dinâmica apropriada que traga a união do ensino remoto com o ensino presencial nas escolas (UNESCO, 2020).

No contexto da educação, e a título de conclusão, destacamos a relevância da escola, da educação e da política no contexto da saúde, incluindo ações para diminuição

da obesidade em crianças e adolescentes e melhor gestão das cidades. Além disso, precisamos repensar conteúdos e sistemáticas tendo em vista a urgência de uma educação mais cidadã que contribua para que as pessoas tenham melhor consciência de classe, valorizem sua saúde e os direitos dos trabalhadores.

Notas

¹ O termo epidemiológico pandemia define um dos piores cenários e indica a presença em larga escala de determinada doença em níveis mundiais. No entanto, acredita-se que o termo sindemia seria mais adequado para o momento atual, pois indica uma situação na qual diversas doenças epidêmicas interagem. Poderíamos citar, por exemplo, a COVID-19 e a obesidade.

² Mortalidade se refere a quantidade de pessoas que morreram por uma doença em relação à população total de um determinado lugar.

³ Letalidade se refere a quantidade de pessoas que morreram por uma doença em relação à quantidade de infectados por ela.

Referências bibliográficas

DELATORRE, E.; MIR, D.; GRÄF, T.; BELLO, G. Rastreando a data de início da disseminação do SARS-CoV-2 na comunidade nos países ocidentais. **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**, v. 115, e200183, 2020.

FONGARO, G.; STOCO, P. H.; SOUZA, D. S. M., GRISARD, E. C.; MAGRI, P.; ROGOVSKI, M. A.; SCHORNER, F. H.; CHRISTOFF, P.; OLIVEIRA, L. F. V. D.; BAZZO, M. L.; WAGNER, G.; HERNÁNDEZ, M.; RODRIGUEZ-LÁZARO, D. **SARS-CoV-2 in human sewage in Santa Catalina, MedRxiv**, 2020.

HUANG, R.; ZHU, L.; XUE, L.; LIU, L.; YAN, X.; WANG, J.; ZHANG, B.; XU, T.; JI, F.; ZHAO, Y. Clinical findings of patients with coronavirus disease 2019 in Jiangsu province, China: a retrospective, multi-center study. **Plos Neglected Tropical Diseases**, v. 14, n. 5, p. e0008280, 2020.

UNESCO. **COVID-19 impact on education**. Disponível em: <https://en.unesco.org/covid19/educationresponse>. Acesso em: 2 out 2020.

MAIA, B. R.; DIAS, P. C. Ansiedade, depressão e estresse em estudantes universitários: o impacto da COVID-19. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 37, e200067, 2020.

OPAS/OMS. **Políticas y programas alimentarios para prevenir el sobrepeso y la obesidad**: Lecciones aprendidas. 2018. Disponível em: <<https://iris.paho.org/handle/10665.2/34941>>. Acesso em: 19 de out. 2020.

POPKIN, B.; EBERWEIN, J., D.; OKAMURA, K., S. Factors Affecting Overweight/Obesity Prevalence. In: SHEKAR, Meera; POPKIN, Barry (org). **Obesity**: Health and Economic Consequences of an Impending Global Challenge. World Bank Group, 2020.

BARATA, R. B. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.



VIVÊNCIAS LGBTQIA+ NO CONTEXTO DE DUAS PANDEMIAS: HIV/AIDS E COVID-19

Cristina Besen Müller

Em 2020, enfrentamos uma pandemia: o COVID-19. De contágio rápido, se alastra pelo mundo e afeta quem contrai o vírus com males respiratórios. Para evitar a contaminação, determina-se o isolamento social. Famílias inteiras são impedidas de sair de casa, tendo que conviver com as diferenças de seus pares. Nesse contexto, muitos de nós, LGBTQIA+, vemos nossas identidades apagadas. A vida social, principal refúgio na busca por aceitação, nos é retirada. Somos forçados a voltar para o armário – mesmo que parcialmente – quando submetidos ao ambiente heteronormativo representado pelo núcleo familiar patriarcal. Assim, o COVID-19 nos impacta fortemente, principalmente no âmbito psicológico. Mas qual será o resultado disso na vivência urbana LGBTQIA+ pós-pandemia?

Não é a primeira vez em que nós, LGBTQIA+, fomos atingidos por uma pandemia que nos abalou. A partir da década de 1980, proliferou-se uma enfermidade, o HIV/AIDS, que foi pejorativamente chamada de “peste gay”. Este estigma, fruto de uma sociedade profundamente preconceituosa, motivou um recrudescimento da LGBTQIA+fobia e um retorno brusco para o armário, além da limitação de nossa vida urbana.

Nesse ensaio, exploro as diferenças sentidas por nós, LGBTQIA+, comparando dois momentos históricos: a pandemia de HIV/AIDS, a partir do início dos anos 1980; e a pandemia do COVID-19, a partir de 2020. Assim, estruturo-o de tal modo: começo por um estudo geral de como o HIV/AIDS atingiu a comunidade LGBTQIA+; prossigo para explorar o impacto do isolamento social da COVID-19 em pessoas LGBTQIA+; para concluir, reflito sobre a diversidade no panorama urbano e social pós-pandemia de COVID-19.

Parte I – O antes

Nas décadas de 1960 e 1970, o ocidente passou por um período de intensos conflitos sociais na exigência por direitos das minorias. A conjuntura política era de busca por

igualdade racial, de gênero, de sexualidade, além dos movimentos hippie que pregavam uma vida livre. O movimento feminista, ao pautar o fim a repressão sexual de mulheres, também lutava pelo fim da opressão de LGBTQIA+ (HOOKS, 2015).

É no contexto da liberação sexual que surgimos como movimento organizado. Nos EUA, ocorrem manifestações pró-LGBTQIA+ como a Revolta de Stonewall⁴ e as *White Night Riots*⁵. No Brasil, os movimentos LGBTQIA+ emergem no final dos anos 1970, com o fim do AI-5 e o início da redemocratização. Um exemplo bastante significativo é o Somos, fundado em 1979, considerado o primeiro grupo de afirmação LGBTQIA+ no Brasil. Já o levante ao Ferro's⁶, em 1983 em São Paulo, é um marco na luta LGBTQIA+ pelo direito à cidade.

Este é o cenário em que se inicia a década de 1980. Em 1981, registrou-se nos EUA uma ocorrência anormal de doenças comuns em pacientes com imunossupressão, como pneumonias e sarcomas de Kaposi (CARTA... 2019). Em 1982, descobriu-se ser uma infecção sexualmente transmissível, e cunhou-se o nome: síndrome da imunodeficiência adquirida, a AIDS. O HIV/AIDS atingiu fortemente a comunidade LGBTQIA+. À época, o mal afetava principalmente homens cis gays e bissexuais e mulheres trans e travestis. Deste modo, a reação social foi de extremo preconceito: à doença deu-se os apelidos cruéis de peste gay ou câncer gay. Ao HIV/AIDS foi atribuído um fator moralizante, que o considerava uma punição à devassidão, ao sexo, à existência LGBTQIA+ (TREVISAN, 2018). Fomos obrigados a voltar para o armário, em um ato de autopreservação. E assim houve agravamento da violência LGBTQIA+fóbica, como uma caça às bruxas (ou às bichas).

Assim a sociedade ocidental mudou em diversos âmbitos, tornando-se mais conservadora. Na moda masculina evitava-se qualquer peça que parecesse afeminada: as roupas que nos anos 1960 e 1970 eram coloridas, curtas e justas, tornaram-se peças largas, de cores neutras. Quanto à forma física, a magreza lida como *fashion* nas décadas

4 A Revolta de Stonewall foi um levante LGBTQIA+ ocorrido em Nova Iorque, em 29/06/1969, em resposta a uma ação policial violenta no Stonewall Inn. O protesto é considerado o marco inicial do ativismo LGBTQIA+ contemporâneo.

5 As *White Night Riots* foram uma série de revoltas sucedidas em São Francisco, em 21/05/1979. Ocorreram em resposta à decisão judicial de abrandar a pena de Dan White, que assassinou Harvey Milk, primeiro LGBTQIA+ assumido a ser eleito nos EUA

6 O Levante ao Ferro's Bar foi uma manifestação sucedida em São Paulo, em 19/08/1983. Ocorreu em resposta às atitudes de violência lesbofóbica da equipe do Ferro's Bar contra as ativistas do Grupo de Ação Lésbico-Feminista.

prévias, passou a ser desprezada, ligada à AIDS. O novo padrão era o corpo musculoso, másculo, que conotava saúde e heterossexualidade. Assim, representações midiáticas também se adaptaram para reforçar os novos padrões físicos e estilísticos (BOWSTEAD, 2018).

No contexto das cidades, a pandemia de HIV/AIDS causou grandes impactos na sociabilidade urbana. Trevisan (2018) registra diversos casos de violências urbanas LGBTQIAfóbicas, como um caso de uma travesti negra que andava na rua quando ouviu gritos de “Cai fora, Satanás! Sai pra lá, peste gay”; ou do rapaz afeminado que saiu do transporte coletivo, e provocou um diálogo entre dois homens: “não senta aí que você pega AIDS”. Farmácias, consultórios e hospitais se recusavam a atender LGBTQIA+, e nossa vida urbana sofreu uma grande queda. Negócios comandados ou voltados para LGBTQIA+ – salões de beleza, bares, boates, saunas, cinemas – foram levados a fechar suas portas. Todo um tecido socioespacial cartografado pela comunidade LGBTQIA+ nas décadas de “liberação” anteriores – liberação não apenas sexual, mas também política – foi sendo fragmentado e rasgado por uma nova onda de preconceito catalisada pelo estigma do HIV.

Com o tempo, a atuação de ONGs e a militância fez com que o Brasil se tornasse um dos expoentes na luta contra o HIV/AIDS (GALVÃO et al, 2012). Estas instituições surgiram a partir de 1985, tanto na forma de grupos de prevenção e educação, quando em grupos de acolhimento a portadores do HIV/AIDS. Tiveram papel fundamental na busca por direitos civis, como a garantia da saúde pública a todos os cidadãos brasileiros.

O temor representado pelo primeiro momento da pandemia HIV/AIDS atenuou e percebeu-se que a doença atingia, também, a população heterossexual e cisgênera. Assim, o estigma sobre a doença foi parcialmente desconstruído. Ainda há uma longa batalha antidiscriminatória a soropositivos, mas devemos reconhecer as vitórias. Atualmente, o Sistema Único de Saúde brasileiro (SUS) oferece de forma gratuita e universal não só métodos preventivos tais quais preservativos e a PReP e a PeP, mas também o tratamento de saúde completo para portadores de HIV/AIDS.

Parte II – O agora

A comunidade LGBTQIA+ tem uma sociabilidade bastante específica. Como saímos do espectro da família tradicional – nuclear, patriarcal, composta por marido, esposa

e filhos –, frequentemente sofremos opressão em nosso ambiente doméstico de origem (PERUCCHI et al, 2014). Assim, para nós, LGBTQIA+, as relações sociais externas ao núcleo familiar são essenciais na construção identitária: vemos em nossa comunidade uma segunda família, escolhida e acolhedora de nossas vivências.

O COVID-19, doença respiratória que pode levar ao óbito, gerou a necessidade de distanciamento social para achatar a curva de contágio. O confinamento aos limites do próprio lar, para muitos LGBTQIA+ que ainda vivem com suas famílias, de certa forma representa uma volta para o armário. Nossa existência nesse contexto é como um “panóptico patriarcal”: somos presos em celas transparentes, vigiados de todas as perspectivas pelos guardiões da moral e dos bons costumes, que fiscalizam nossos atos e assim nos obrigam a esconder quem realmente somos. Por isso, o isolamento causa desordens psicológicas sérias. É verdade que o distanciamento se aplica a todos, mas quem precisa esconder suas individualidades somos nós, LGBTQIA+ (MATTEI et al, 2020).

Impedidos de vivenciar nossa sociabilidade urbana pelo efeito da pandemia, muitos de nós perdem a autonomia de demonstrar gênero e sexualidade às suas maneiras. Controlam-se os afetos, as estéticas, os trejeitos, e precisamos encontrar novas formas para expressar nossas identidades. Nessa conjuntura, fazemo-lo no ambiente virtual. Criamos redes de apoio online entre pessoas LGBTQIA+, já que o ciberespaço que possibilita a comunicação com outras pessoas com vivências mais próximas às nossas sem medo de rechaço (ENCARNACIÓN, 2011). A internet se torna um espaço de escape do controle patriarcal, um “refúgio social” que reproduz o papel antes desempenhado pelos territórios urbanos LGBTQIA+. O virtual abre uma fresta de projeção e afirmação da identidade, permitindo, assim, nossa autopreservação dentro de um contexto por natureza opressor.

Parte III – O depois

O isolamento, como mencionado, impacta a todos. Entretanto, no caso das comunidades LGBTQIA+, apresenta uma característica singular, pois o confinamento não é apenas social, mas identitário. Deste modo, em oposição ao confinamento patriarcal doméstico, o espaço urbano é um “refúgio social” da comunidade LGBTQIA+. Assume uma importância existencial singular, porque representa a possibilidade da expressão identitária-

ria plena dentro de uma comunidade. Esta importância singular do espaço urbano para a pessoas LGBTQIA+ levará, num contexto pós-pandemia, a uma forma de “retomada” vibrante destes espaços, ao contrário do que vivemos com a pandemia do HIV/AIDS.

Esta nova retomada do espaço também se dará em outros âmbitos da cultura urbana, em particular a moda. Notamos que o público jovem buscou formas de criar peças únicas durante a pandemia. O resultado disso é uma moda mais criativa, vibrante, baseada fortemente no faça-você-mesmo e na customização de vestes existentes. As tendências pré-COVID-19 já eram essas, mas a quarentena acelerou o processo (MAGUIRE, 2020).

A crise econômica decorrente do *lockdown* fez com que diversos bares e boates fossem à falência (SAVAGE *et al.*, 2020). Inicialmente, a vida noturna será afetada por isso. Acredito que com o tempo, entretanto, o lazer se reconstruirá nos espaços públicos. Para nós, a volta às ruas vai representar mais do que apenas o fim do distanciamento social. Será uma retomada da vida comunitária para um grupo social que precisa de sua comunidade para viver. Aqui, podemos rir, chorar, brincar, desmunhecar, ser nós mesmos como quisermos. Estar novamente entre pessoas LGBTQIA+ será um verdadeiro grito de liberdade, um reencontro bastante esperado com nossa família escolhida.

Esse não é um momento apenas de lazer, mas também de luta. A volta às ruas é uma oportunidade de organização política. Na busca por direitos, devemos visar a união de minorias sociais, fortalecer pautas comuns e trabalhar de interseccionalmente. O fim da pandemia deve ser um ponto de virada na luta por equidade racial, de gênero, de sexualidade, anticapacitista. É buscando inclusão social que afirmamos nossa cidadania.

Referências bibliográficas

BOWSTEAD, J. M. **Menswear Revolution**: the transformation of contemporary men's fashion. Londres: Bloomsbury Visual Arts, 2018.

CARTA Para Além dos Muros. Direção de André Canto. 2019. (93 min.), son., color.

ENCARNACIÓN, O. G. Latin America's Gay Rights Revolution. **Journal of Democracy**, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 104-118, 2011. Project Muse.

GALVÃO, J. et al. The Brazilian Response to AIDS from the 1980s to 2010 - Civil Society Mobilization and AIDS Policy. **Global Health Governance**, New Jersey, v. 6, n.1, Dez. 2012.

HOOKS, B. **Feminist Theory**: from margin to center. Nova York: Routledge, 2015. 179p.

MAGUIRE, L. **With Gen Z under lockdown, DIY fashion takes off**. 2020. Vogue Business. Disponível em: <<https://www.voguebusiness.com/fashion/with-gen-z-under-lockdown-diy-fashion-takes-off>>. Acesso em: 04 de mai. 2020.

MATTEI, G. *et al.* The COVID-19 recession might increase discriminating attitudes toward LGBT people and mental health problems due to minority stress. **International Journal of Social Psychiatry**, [S.L.], p. 1-2, 26 set. 2020. SAGE Publications.

PERUCCHI, J. et al. Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. **Estudos de Psicologia**, v. 19, n. 1, p. 67-76, 2014.

SAVAGE, R. *et al.* **We'll die'**: **Gay bars worldwide scramble to avert coronavirus collapse**. Disponível em: <<https://reuters.com/article/idUSKBN22P1Z5cle/idUSKBN22P1Z5>>. Acesso em: 25 de out. 2020.

TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018. 726 p.



EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Cristiane Dall' Cortivo Lebler

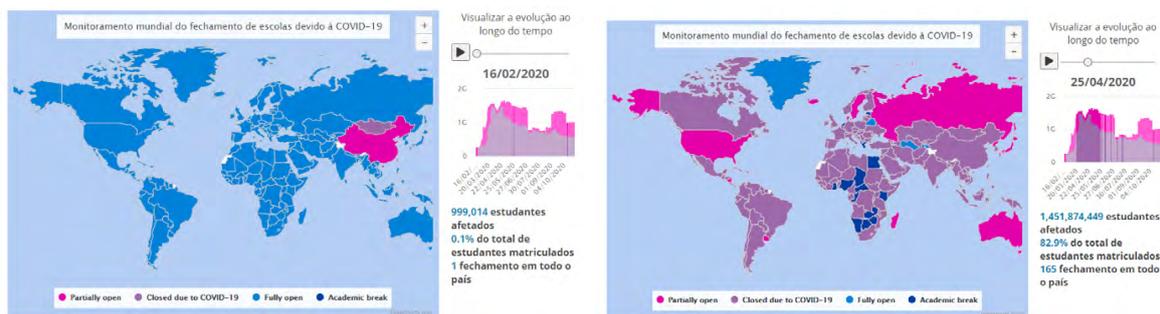
Assim como tantos outros setores da sociedade brasileira, a educação tem passado por inúmeros desafios desde que o Comitê de Emergência da Organização Mundial da Saúde, em 11 de março, passou a classificar como “pandêmica” a transmissão do chamado “novo coronavírus”, agente biológico altamente contagioso causador da Covid-19⁷.

Essa situação obrigou à adoção de medidas de contenção do vírus, entre elas a suspensão das atividades pedagógicas presenciais e a sua respectiva substituição por “aulas em meios digitais”, autorizada pela Portaria n.º 343, de 17 de março de 2020 (BRASIL, 2020). Essa substituição impactou de inúmeras formas instituições públicas e privadas de educação, básicas e superiores, assim como docentes, estudantes e gestores.

De acordo com o *Monitoramento mundial do fechamento de escolas devido à Covid-19*, disponível no site da Unesco, como ilustrado na figura a seguir, é possível observar que, em fevereiro de 2020, antes de a transmissão do vírus ser considerada pandêmica, apenas as escolas da China e da Mongólia haviam sido afetadas pela situação de pandemia. Pouco mais de dois meses depois, por exemplo, em 25 de abril, quase que a totalidade dos países já haviam suspenso as atividades pedagógicas presenciais em suas escolas e universidades, as quais passaram a adotar, de forma progressiva, atividades pedagógicas não presenciais de forma substitutiva.

7 Discussões têm surgido em torno do gênero gramatical da palavra “Covid-19”, como em Deoclécio (2020), Braga e Módolo (2020) e RAE (2020). Para esses autores, embora se possa aceitar o gênero masculino, em que, por metonímia, o nome da doença provém diretamente do nome dos vírus, ou, ainda, pelo amplo uso da palavra acompanhada do artigo “o”, o mais adequado seria usar o gênero feminino “a Covid-19”, tendo em vista que se trata da doença causada pelo vírus, observável na composição do seu nome: Corona Vírus Disease.

Figura 1 – Situação das escolas no mundo – fevereiro e abril.



Fonte: <https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse>

Vários desafios se impuseram a todos os envolvidos no setor: adaptação do planejamento pedagógico previsto para acontecer de forma presencial para a forma remota, capacitações de docentes para o uso das TDIC aplicadas à educação, execução das aulas de forma remota, adequação dos processos avaliativos e da tomada da frequência escolar, adequação de projetos pedagógicos de curso ao novo sistema, entre inúmeros outros. Além das ações de planejamento pedagógico, outras iniciativas tentaram assegurar aos estudantes a universalidade do acesso às redes e ao acompanhamento das aulas, como a distribuição de equipamentos eletrônicos, modems de internet móvel e a disponibilização de materiais impressos para serem retirados presencialmente, nas escolas.

Tendo em vista esse cenário, trago reflexões acerca da relação entre educação e pandemia a partir de dois movimentos que se mesclam de modo contínuo: os desafios impostos e as perspectivas abertas.

Uma das palavras-chave quando se trata dos processos de ensino-aprendizagem é a interação em suas diversas facetas: interação professor-aluno, interação entre os próprios estudantes, entre professores e gestores, entre professores, estudantes e conhecimento. É por meio da relação recíproca entre os diversos atores do contexto educacional que se torna possível a construção do conhecimento. A adoção do ensino remoto impactou profundamente esse aspecto nuclear do processo: professores passaram a conversar com uma tela e a interagir usando diferentes linguagens e dispositivos; nunca aplicativos de celular e plataformas de comunicação instantânea foram tão utilizadas e uma nova forma de cômputo da carga horária passou a ser considerada. O papel, a caneta, o quadro e o giz foram substituídos por dispositivos, e os dedos, que antes se esforçavam para registrar tudo em uma boa caligrafia, tiveram de se tornar ágeis na interação com teclados.

Para além do impacto nas formas de interação, a adoção compulsória e quase que instantânea das atividades remotas não presenciais evidenciou uma lacuna a ser preenchida: a da precariedade do letramento digital e da necessidade do desenvolvimento de habilidades que dessem conta do uso das novas tecnologias com finalidades educacionais. Isso expôs a importância da formação para o uso das TDICs para professores, pelo uso de múltiplas plataformas com diferentes finalidades: habituados ao uso do Moodle apenas como repositório de materiais, tiveram de se capacitar para orná-lo uma sala de aula virtual; foram obrigados a aprender a gravar e a editar videoaulas, podcasts, a preparar conteúdos digitais e a diversificar as metodologias de ensino-aprendizagem, que, pela natureza dessa nova forma de interação, precisaram ser readequadas.

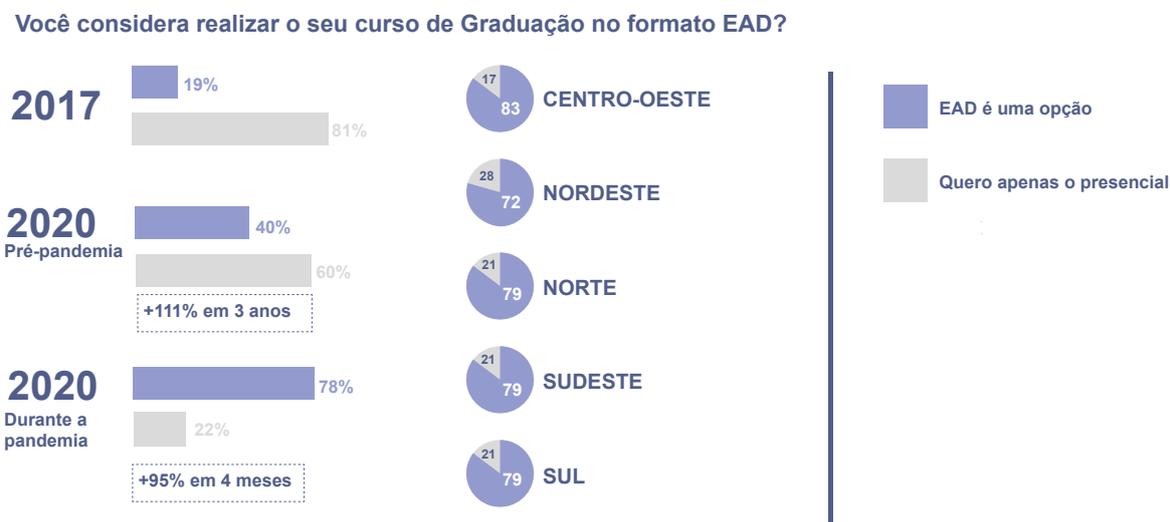
A exposição da necessidade de capacitação para o trabalho remoto também trouxe consigo o debate em torno da apropriação crítica das tecnologias: não apenas a transposição do presencial para o remoto, do conteúdo do quadro para o slide ou para o texto em tela, mas a discussão em torno daquilo que se costuma chamar de ética hacker, a reflexão sobre a importância do respeito ao direito autoral, da circulação livre de conhecimento, da necessidade dos softwares livres, do letramento digital e da conscientização quanto à manipulação digital e ao controle das informações de caráter pessoal.

O ensino remoto possibilitou, ainda, que novas luzes pudessem ser lançadas sobre a discussão em torno da educação a distância e do ensino híbrido, tidos como formas “menores” no universo educacional. Muitas disputas em relação à semântica de termos foram realizadas, o que contribuiu sobremaneira para que distinções terminológicas fossem feitas e se definisse adequadamente o emprego das palavras: a adoção das atividades remotas não se configurou como uma substituição do ensino presencial pela educação a distância, visto que esta apresenta características, desde a sua origem, que a configuram como tal, o que inclui formas singulares de planejamento e de execução das aulas e de acompanhamento dos estudantes, além de acontecer sob uma legislação específica. Já o ensino remoto emergencial, por sua vez, “propõe usos e apropriações das tecnologias em circunstâncias específicas de atendimento onde outrora existia regularmente a educação presencial” (ARRUDA, 2020, p. 265). Ou seja, o ERE não foi proposto em substituição ao ensino presencial, mas se apresentou como uma forma alternativa para que as atividades de ensino pudessem ser realizadas e por um período determinado.

A pandemia também acelerou alguns processos. A respeito da opção entre a educação a distância e o ensino presencial, pesquisa realizada pela Associação Brasileira

de Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES) evidenciou que a intenção pelo ensino a distância cresceu em quatro meses o equivalente a três anos, conforme figura 2.

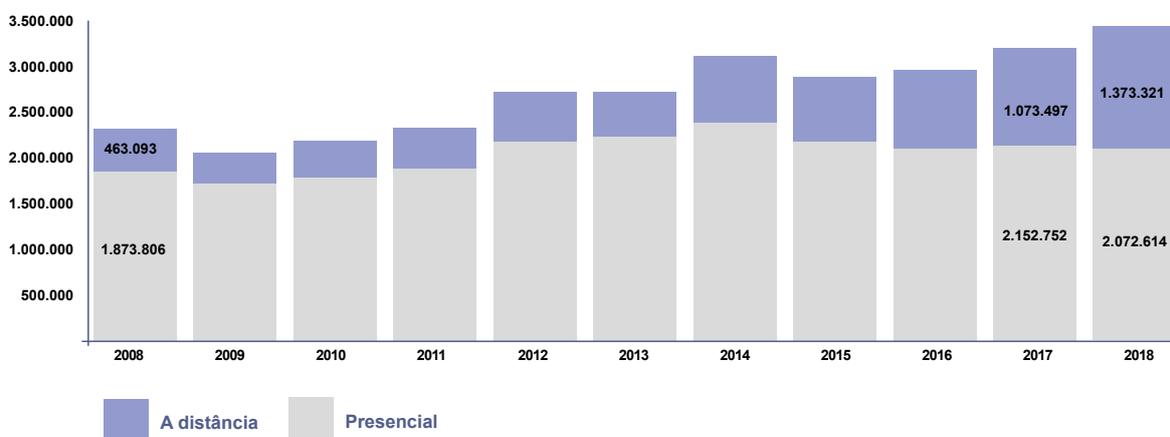
Figura 2 – Intenção pelo EaD e pelo presencial.



Fonte: ABMES (2020).

Resultados como esses, além de outros já publicados pelo Censo da Educação Superior (BRASIL, 2019), conforme. Figura 3, mostram crescente opção pela modalidade e sua respectiva expansão, o que pode ajudar gestores a planejar ações que contemplem esses interesses.

Figura 3 – Número de ingressantes em cursos de graduação por modalidade de ensino – 2008/2018.



Fonte: Brasil (2019, p. 15).

Além disso, novas formas de produção e de circulação do conhecimento passaram a ser praticadas, por meio de videoconferências com especialistas de inúmeras áreas, acessíveis em tempo real para um sem número de espectadores. Como exemplo, cito o projeto *Abralin ao Vivo: Linguists online*, que promoveu, juntamente com outras organizações de mesma natureza de diversas partes do mundo, conferências com os grandes nomes da Linguística dos séculos XX e XXI, as quais constituem, hoje, um rico acervo online e gratuito sobre os estudos da linguagem.

A adoção do ensino remoto emergencial, de forma gradual e amplificada, sem dúvidas transformou a educação do século XXI, desde a educação infantil até a pós-graduação. Contra esse fato não há argumentos. O desenvolvimento de competências digitais, previstas por alguns especialistas para a próxima década, foi antecipado em razão da pandemia (CEIA, SEARA, 2020, no prelo). Por outro lado, essa antecipação e o modo como essa transformação atingiu a todos não foi sem consequências. Assim, esse novo cenário e os seus impactos devem ser objeto de reflexão contínua, de forma a cada vez mais aprimorar e potencializar as possibilidades que o ensino mediado pelas tecnologias pode oferecer aos seus usuários, sobretudo neste momento, em que ele acontece de forma compulsória. Esse uso não deve ser aligeirado, tampouco acrítico. Nesse sentido, universidades, entidades governamentais e não governamentais terão um papel fundamental na promoção contínua da reflexão em torno desse tema.

Por fim, cabe o registro de que este texto não encerra o debate em torno dessa temática, apenas o inicia. Outros tantos assuntos relacionados ao campo educacional ainda permanecem no horizonte e devem ser objeto de pesquisa e de discussão, tais como a ampliação das desigualdades no acesso à educação; a exclusão digital; as novas formas de trabalho docente; a precarização das condições de trabalho; a indissociabilidade entre vida pessoal e profissional, já que nossas casas se tornaram espaços híbridos; o papel da família nos processos de ensino-aprendizagem; o impacto da interação por meios digitais na aprendizagem; os possíveis impactos do ensino remoto emergencial nas avaliações governamentais em larga escala; os impactos na formação de profissionais de nível ensino superior; a sustentabilidade das instituições privadas de educação; entre inúmeros outros que circundam este vasto universo que é o da educação, especialmente hoje, em que não há tempo para experimentar, testar previamente ou ensaiar: tudo acontece ao mesmo tempo, aqui e agora.

Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DO ENSINO SUPERIOR. **Velocidade de Crescimento da EAD supera o presencial em 2023?** 27 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://abmes.org.br/arquivos/pesquisas/velocidade-crescimento-ead-27102020.pdf>>. Acesso em: 02 de nov. 2020.

ARRUDA, E. P. Educação Remota Emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. **EmRede – Revista de Educação a Distância**, v. 7, n. 1, p. 257-275, 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2018**: notas estatísticas. Brasília, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Diário Oficial da União, Edição 53, seção 1, p. 39, 18 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>>. Acesso em: 02 de nov. 2020.

CEIA, C.; SEARA, I. R. Entrevista. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 46, n. 85, *no prelo*.

DEOCLECIO, C. E. “O” Covid-19 ou “A” Covid-19? Fatos linguísticos em tempos de pandemia. **Blog da Parábola Editorial**, 03 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.parabola-blog.com.br/index.php/blogs/o-covid-19-ou-a-covid-19>>. Acesso em: 02 de nov. 2020.

MÓDOLO, M.; BRAGA, H. Covid tem gênero? **Jornal da USP**, 15 jun. 2020. Disponível em jornal.usp.br/?p=329388. Acesso em 02 nov. 2020.

Real Academia Española. **Crisis del COVID-19**: sobre la escritura de «coronavirus». 19 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.rae.es/noticia/crisis-del-covid-19-sobre-la-escritura-de-coronavirus>>. Acesso em: 02 de nov. 2020.



EDUCAÇÃO PARA UMA ARQUITETURA E URBANISMO PÓS-PANDEMIA

Christian Krambeck

Qual é o “desenho do século XXI?”, essa pergunta, formulada pelo professor da Escola da Cidade⁸, Paulo Brazil, pairou no ar durante o evento realizado em Pomerode, Santa Catarina, em 2008, o 1º Encontro de Arquitetura, Moda e Design⁹. Quais são as reais necessidades e expectativas das pessoas neste início de século? Alguns pararam para refletir, mas a velocidade e aceleração da vida cotidiana nos impediu de compreender a relevância da pergunta, da provocação de então. Doze anos após, somos atingidos pela maior pandemia dos últimos 100 anos, essa desaceleração brusca, parada absoluta, nos impele a voltar aquela pergunta seminal. Mas seremos capazes de escapar, ao que Virilio chama de “imbricamento entre a aceleração dos transportes e das comunicações”, e construir rupturas efetivas na forma de viver, produzir e vivenciar o mundo capitalista atual?

É por meio desta perspectiva que Virilio situa a velocidade no cerne de sua análise. Seu interesse principal reside no que ele chama de velocidade de transmissão, isto é, a resultante do imbricamento entre a aceleração dos transportes e das comunicações. E, deste prisma, sua ênfase recai no modo como a velocidade – tanto a aceleração como a desaceleração – afeta as diversas dimensões da realidade social: a percepção humana (“metamorfoseia as aparências”), a vida cotidiana, o espaço, as relações de poder e, fundamentalmente, a conduta da guerra...” (PAUL VIRILIO apud MARIUTTI, 2020, p.3).

Como olhar a realidade, interpretá-la, além de nossas bolhas sociais e culturais, físicas e digitais, se a própria realidade está em transição, se transformou, midiática e instantânea, num panóptico¹⁰ virtual onipresente e onisciente de tudo que fazemos e pensamos. Nem nos piores pesadelos, Foucault, quando escreveu Vigiar e Punir (1975) ima-

8 A Escola surgiu da união de arquitetos, intelectuais, artistas e técnicos comprometidos com a melhoria da realidade brasileira. Disponível em: <<https://escoladacidade.edu.br/>>.

9 Ver mais informações nas redes em <<https://www.design.com.br/orbitato/>>.

10 O panóptico é uma estrutura complexa (que permite ao observador ver sem ser visto), mas o cerne da questão é o conceito de vigilância e acima de tudo o poder que ela exerce. Pois a ideia de vigilância tende a exercer sobre a sociedade controle (leia-se poder).

ginou que a sociedade e os mecanismos de controle e autocontrole atingiriam tal grau de refinamento e complexidade. É preciso evitar o desespero e o pessimismo, senão não sobreviveremos. O curador da adiada Bienal de Veneza (de 2020 para 2021), Hashim Sarkis nos ajuda nessa árdua tarefa quando fala sobre “como viveremos juntos?”, explorando o tema da Bienal:

Cada geração se sente compelida a perguntar a si mesma e a responder à sua maneira. Esta geração, ao contrário das anteriores, movidas pela ideologia, insiste que não existe uma fonte única de onde possa vir a resposta. A pluralidade de fontes e a diversidade de respostas só enriquecem nossa convivência, não a impedem (SARKIS, 2020).

Mas, está cada vez mais claro que a “pluralidade de fontes” precisa participar de verdade do processo, ter canais de acesso e comunicação válidos, ser ouvida, incluída e considerada. Os excluídos, a maioria da sociedade brasileira e global, precisam estar em todas as equações e processos a serem construídos no pós-pandemia. Não existe mais modelo, conclusão, desenho ou solução válida e legítima se não for participativa, inclusiva, igualitária, sustentável e democrática! Ok, essa realidade se impôs de forma dramática durante a pandemia, as desigualdades são nosso maior problema contemporâneo, junto com o aquecimento global, ninguém mais pode escorar sua consciência na desinformação ou na ignorância, todos sabemos. Resta-nos agir!

Além de inclusiva, qualquer solução precisa ser interdisciplinar e ir além das estratégias e políticas públicas, precisa considerar e tratar das transformações físicas, do desenho urbano e ambiental das cidades, onde vivem já quase 90% da população brasileira. A cidade é o mais complexo artefato já idealizado e construído pela humanidade, não pode ser estudado e melhorado por uma única área ou profissão, mas o arquiteto e urbanista exerce, ou deveria exercer, um protagonismo considerável. “Enquanto os arquitetos não fazem política, os políticos fazem arquitetura!”, não gosto desta frase, mas ela representa a realidade das cidades brasileiras e requer um reposicionamento dos profissionais, mas principalmente das escolas de arquitetura.

Estamos perguntando isso aos arquitetos porque, claramente, não estamos felizes com as respostas que estão vindo atualmente da política. Estamos perguntando aos arquitetos porque estes sabem como ninguém convocar diferentes participantes e especialistas no processo de construção. Estamos

perguntando aos arquitetos porque nós, arquitetos, estamos preocupados em propor os espaços em que as pessoas vivem juntas e porque podemos imaginar esses ambientes de forma diferente daquela imposta pelas normas sociais (SARKIS, 2020).

É evidente que precisamos ressignificar nossas escolas de arquitetura¹¹, mas em qual direção? A pesquisa inédita realizada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e pelo Instituto Datafolha em 2015 nos dá algumas pistas: a grande maioria, quase 86%, da população economicamente ativa que fez algum tipo de obra ou reforma, não contratou nenhum profissional, nem engenheiro, nem arquiteto. Isso mostra que precisamos, junto com nossos estudantes, criar processos de aprendizagem e experiências voltados para a maioria da sociedade que jamais teve acesso à nenhuma orientação técnica ou acompanhamento profissional. A arquitetura de interesse social, que segundo o arquiteto catarinense carioca Dietmar Starke, é apenas arquitetura, deve ser voltar para os problemas reais do povo brasileiro, das favelas, periferias, territórios de baixa renda.

Existem várias batalhas que precisam ser ganhas e várias fronteiras que precisam ser expandidas para que a qualidade do ambiente construído e, conseqüentemente, a qualidade de vida das pessoas melhore. Mais e mais pessoas no planeta estão em busca de um lugar decente para viver e as condições para alcançá-lo estão tornando-se cada vez mais difíceis. Qualquer tentativa de ir além dos negócios como encontros habituais resiste à inércia da realidade e qualquer esforço para abordar questões relevantes tem de superar a crescente complexidade do mundo. [...] (ARAVENA, 2016).

As duas últimas bienais de Veneza, junto com a próxima, em 2021, cumprem seu papel de ser vanguarda do pensamento e ação da arquitetura contemporânea, trazendo temas e debates alinhados com a transição de eras que vivemos e antecipando rupturas necessárias para a próxima década. Desde que Alejandro Aravena foi escolhido o primeiro arquiteto do hemisfério sul para a curadoria da 15ª Bienal (2016), e trouxe o tema “Reportando do front...”, que buscou “fomentar a discussão e a reflexão em torno do papel dos arquitetos na batalha cotidiana por melhorar as condições de vida dos mais variados contextos políticos, geográficos, sociais e econômicos”, entramos numa espiral de ama-

11 Somos o país do mundo com maior número de escolas de arquitetura.

durecimento e aceleração da percepção da realidade. Este é o fulcro da questão, não apenas a “percepção da realidade”, mas a habilidade de interagir com ela, compreender os problemas e construir soluções com os próprios atores desta realidade, a comunidade.

Logo depois, as primeiras mulheres curadoras da 16ª edição, 2018 (tema: Freespace), Yvonne Farrell e Shelley McNamara, declaram:

Freespace descreve a generosidade de espírito e um senso de humanidade no centro da agenda da arquitetura. Freespace encoraja a revisão das formas de pensar, as novas maneiras de ver o mundo e de inventar soluções onde a arquitetura preveja o bem estar e a dignidade de cada cidadão deste frágil planeta.

O que muda no ensino de arquitetura e urbanismo ao longo do tempo? Além das pequenas evoluções, adaptações e atualizações isoladas e pontuais. Quais são os fatores, acontecimentos ou acúmulos capazes de gerar uma mudança de paradigma, uma transformação acelerada, uma inovação disruptiva e até uma ruptura? Vivemos momentos tensos, estamos ansiosos, confusos, exaustos e com medo, prestes a ceder demais nossa liberdade em troca de mais segurança, o que é muito perigoso, conforme nos lembra Baumann (2017). Por que nos sentimos assim? Polarizados, manipuláveis e inadaptados? Entre outras coisas, talvez porque ainda estamos nos adaptando e desenvolvendo habilidades para suportar e conviver com uma transformação digital tão ampla, profunda, voraz e arrebatadora. Forma, seminal para a arquitetura, mas a função e o conteúdo são os elementos chave do século XXI, ou seja, o que acontece além da nossa bolha de realidade? Como pensam, o que sentem, precisam e desejam este contingente da sociedade brasileira¹², que jamais terá acesso à serviços técnicos de arquitetura? Como vive os 50% de trabalhadores brasileiros que vivem mensalmente com menos de 1 salário mínimo?

Como produzir, ensinar e aprender arquitetura num dos 5 países mais injustos, desiguais e concentradores de renda do mundo? Não ensinamos nada sobre a realidade brasileira porque não a conhecemos, com algumas exceções¹³. Como romper o ciclo de privilégios e controle imposto desde 1536 pelas “elites dirigentes”? Dependência ainda não superada e descrita em detalhes por Darcy Ribeiro, Celso Furtado, Milton Santos e vários outros. Como ser arquiteto e urbanista em cidades fragmentadas, territórios di-

12 Mais de 90% da sociedade brasileira que jamais tiveram acesso à profissionais da arquitetura e urbanismo ao longo da vida. Isso é mais de 190 milhões de pessoas.

13 Ver Escola da Cidade, em São Paulo. Disponível em: <<https://escoladacidade.edu.br/>>.

vididos, bairros conflagrados, reflexo do comportamento colonialista, escravista e submisso dos especuladores imobiliários e seus cúmplices e capatazes? O que dizer à um estudante diante de dois tipos de tecido urbano, sobre os quais ele jamais terá a mínima influência ou protagonismo? De um lado os espaços residuais, periféricos, precarizados, sem infraestrutura e atenção pública, onde vive a maioria da sociedade e o Estado quase não chega; do outro, áreas centrais e bairros nobres, valorizados e prioritários para o poder público, iniciativa privada e sociedade civil organizada, onde as regras são escritas e impostas pelo mercado imobiliário e uma enorme rede de “colaboradores”, entre eles políticos, empresários, intelectuais, marqueteiros e até organizações do terceiro setor, além de alguns professores.

Diante de tão ampla, profunda e dura realidade - a doce ilusão é apenas isso, uma ilusão - faz sentido ensinar boa técnica, novas tecnologias, metodologias inovadoras, desenho, empreendedorismo, estética, estilo e habilidades específicas para disputar os mesmos clientes e atender apenas 5% da população brasileira? A pandemia escancarou a desigualdade brasileira e ampliou a percepção de que não é possível evoluir, avançar e construir soluções efetivas e sustentáveis para nossas cidades sem uma ampla convergência em torno desse desafio. Não há novo normal, nenhum fetiche sobre novas configurações habitacionais, espaços urbanos especializados pós covid, novos desenhos urbanos, materiais e superfícies antivírus, se sustenta, nada disso vai impactar na vida real de 90% da população. Nada mudou, nada mudará para estes 180 milhões de brasileiros.

Precisamos parar de tentar responder bem perguntas erradas! Qual @ arquiteto@ e urbanista estamos formando? Qual é o profissional que a sociedade brasileira precisa? Quais são as verdadeiras necessidades e expectativas das pessoas? Qual é o desenho do século XXI? Quais mudanças precisam acontecer em nossas cidades, no planejamento urbano, na mobilidade, habitação de interesse social, lei de assistência técnica, legislação urbana?

Vamos ser cúmplices do “*status quo*”, do sistema, ou seremos agentes indutores da ruptura que nossas cidades e sociedade tanto precisam? Como professores e estudantes de arquitetura quanto estamos realmente dispostos e preparados para construir um mundo verdadeiramente normal, muito diferente deste atual, mais inclusivo, igualitário, justo, sustentável, democrático, inovador e integrado?

Referências bibliográficas

SARKIS, H. Sarkis fala sobre “como viveremos juntos?” Explorando o tema da Bienal de Veneza de 2021. ARCHDAILY, 17 out 2020. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/949197/hashim-sarkis-fala-sobre-como-viveremos-juntos-explorando-o-tema-da-bienal-de-veneza-2021?utm_medium=email&utm_source=ArchDaily%20Brasil&kt=328,111>. Acesso em: 25 de out. 2020.

MARIUTTI, E. B. Nota sobre o pensamento de Paul Virilio: guerra, imagem e velocidade. Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 381, maio 2020. Acesso em: 25 de out. 2020.

CAU BR. O maior diagnóstico sobre arquitetura e urbanismo já feito no Brasil. Pesquisa Datafolha, 2015. Disponível em: <<https://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/>>. Acesso em: 30 de out. 2020.

FARREL, Y.; MACNAMARA, S. Freespace: liberdade é tema da Bienal de Veneza 2018. Site Casa Claudia: 8 jun 2017. Disponível em: <<https://casaclaudia.abril.com.br/arquitetura/freespace-liberdade-e-tema-da-bienal-de-veneza-2018/>>. Acesso em: 20 de out. 2020.

ARAVENA, A. Bienal de Veneza 2016 (um panorama preliminar). **Archdaily**, 2016. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/788091/bienal-de-veneza-2016-um-panorama-preliminar>>. Acesso em: 20 de out. 2020.

BAUMAN, Z. **Segurança e/ou liberdade**. Fronteiras do Pensamento. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Q3TdhIjBW5Q>>. Acesso em: 20 de out. 2020.



BELEZA E ESTÉTICA DAS CIDADES COMO ELEMENTOS CIVILIZATÓRIOS

Sandra Makowiecky

A pandemia do Covid 19 no ano de 2020 me fez pensar novamente em questões propositivas para a cidade, que considero fundamentais para estabelecer relações para resistir à lógica individualista, perturbadora que domina as interações de quem nela vive. Defendendo a cidade como obra de arte, entendo que também existem qualidades estéticas nas formas de interação que os habitantes podem desenvolver e ampliar. Talvez tenha chegado a hora dessa oportunidade, pois o isolamento nos privou da cidade e das relações que com ela estabelecíamos. Se desejo é falta, pensei o quanto beleza e estética me fazem falta na cidade.

Em diversas pesquisas artísticas da atualidade, a cidade se apresenta múltipla e se desvenda em outras cartografias. Do mesmo modo que as normas, as relações sociais também podem ser espacializadas: nos tempos atuais, o espaço passou a ser fundamental para a compreensão da sociedade. Num interessante exercício de aproximação da cartografia e do direito, Boaventura Sousa Santos, em 1988, afirmou que o espaço parecia pois, transformar-se no modo privilegiado de pensar e agir do fim do século XX e alertava que é fundamental entender que as representações sociais do espaço adquirem cada vez mais importância e realidade analíticas.

Uma das características da cultura pós-moderna é a atenção dada ao espaço e à particularização dos espaços. A análise dos fenômenos e das representações sociais pode, pois, beneficiar-se da ciência (ou da arte?) que nos tem ensinado a ver o espaço: a cartografia (SOUZA SANTOS, 1988, p. 139).

Essa dimensão e perspectiva de análise da cartografia, entretanto, não é tão evidente na produção geográfica e seus conceitos diferem, conforme a área de conhecimento. Assim, a cartografia pode ser compreendida a partir da abordagem tanto na forma objetiva, da produção e pesquisa de mapas, quanto na forma simbólica, como ferramenta de compreensão do espaço, das relações sociais e, por fim, da paisagem. Discuti-la epistemologicamente é condição para a compreensão dos processos de formação da paisa-

gem urbana. Os mapas, para além das cartografias mais técnicas e tradicionais, servem também para expressar como percebemos e concebemos nossa cidade. Uma cartografia da experiência urbana estaria comprometida a entender como cada cidadão estabelece distintas relações com os seus lugares, construindo imagens e percepções próprias da morfologia e paisagem da cidade.

A cidade que se percebe criticamente é a cidade que se opõe ao olhar totalitário e disciplinador a partir de um único ponto (panóptico) e assume-se no desconhecido, na falta e na permanente e necessária construção de novos sentidos. Assim, seja pela preocupação com a crise do espaço público, na nova malha de circulação simbólica, nos processos que anunciam um colapso da urbe moderna e nas discussões contemporâneas da arte, podemos investir em cartografias na forma simbólica.

Lefebvre (1991) diz que a cidade pode ser investigada por diferentes perspectivas, resumidas grosso modo, da forma que segue: como campo de forças, a cidade torna-se palco e protagonista das forças de interação social; como artefato, a investigação se detém sob seu aspecto físico envolvendo elementos de sua topografia e geografia; e como imagem remete ao conjunto de ideias, expectativas e valores que constituem o imaginário urbano. Uma reflexão iniciada pelos gregos permitiu descobrir o que une, embora em sua diversidade, imagem, nome e mito: o fato de estarem situados para além do verdadeiro e do falso. É uma característica que a nossa cultura estendeu à arte em geral. Mas as ficções artísticas, assim como as ficções jurídicas, falam da realidade. O importante é compreendermos que mesmo não tendo consequências práticas evidentes, a arte é processo real e participa do processo de constituição do sentido da realidade. Ao invés de almejar a verdade universal, o consenso ou a solução para os problemas da humanidade, a grande contribuição da arte para a vida pode ser exemplificada pelo desvio e pela possibilidade de invenção de novos sentidos. A obra nos ensina a ver e a pensar como nenhuma obra analítica pode fazê-lo. Segundo Hillman (1993), a consciência crescente das realidades subjetivas, essa sofisticação da alma resultante de mais de cem anos de psicanálise, tornou-se incomensurável em relação ao estado atrasado da realidade exterior, que se deslocou durante os mesmos cem anos a uma uniformidade brutal e a degradação da qualidade. Ainda, segundo este autor, uma das ideias de alma que estão refletidas na cidade é a noção de relações humanas. A relação entre os seres humanos ao nível do olhar é uma parte fundamental da alma na cidade. As faces das coisas, suas superfícies, suas aparências, seus rostos, como lemos aquilo que vem ao nosso encontro ao nível do olhar,

como nos olhamos. Assim é que se dá o contato da alma. A cidade precisa de lugares de encontro. Em outras palavras, enfatiza-se o lugar da intimidade dentro da cidade, pois intimidade é crucial para a alma. O pensamento sobre a cidade e sua alma, deveria estar no centro de nossas preocupações cotidianas, visando salvar a cidade.

Grosso modo, pode-se falar de duas grandes tendências quando estamos tratando de cidades: os que partem de um ponto de vista racional e universalista para ver e analisar a cidade propondo soluções técnicas para resolver os problemas equacionados, e os que, em oposição a esta vertente, defendem um ponto de vista que leva em consideração a dimensão cultural e histórica das cidades, sua singularidade e marca diferenciadora enquanto comunidade específica.

As cidades brasileiras são construídas, entre outras bases, na herança dos traçados do urbanismo barroco, na hierarquização dos espaços e vias monumentais da passagem do séc. XIX ao XX, nas experiências modernas do urbanismo, nas estratégias urbanas de resistência política e na circulação do capital globalizado dos shopping centers. Entre tantos vetores, percebemos hoje uma indefinição entre espaços públicos e privados, territorialidades que exilam camadas da população de baixa renda, geografias subjetivas dos afetos e redes de informação e tele-presença que se sobrepõem às redes urbanas. Vivemos numa cidade vertiginosa, constituída sobre fluxos complexos de significação.

Desta feita, cabe expor uma entrevista imaginária com o educador, escritor, artista, José Monir Nasser, falecido em 2013, que foi também grande crítico do sistema educacional brasileiro. Nesta entrevista imaginária, tendo por base as aulas do professor Monir, publicada em 2018, Monir responde à pergunta formulada por Paulo Brigue: “Por que a beleza é importante para a nossa existência”? Ao que ele responde:

Os gregos identificaram uma doença chamada *apeirokalia*. Significa ‘abstenção de coisas belas’. Quando você não convive com a beleza, você pega *apeirokalia*. Se você deseja produzir a compreensão da verdadeira cultura, rodeie-se do que é belo. No Brasil, nós temos a falsa ideia de que o bonito é o caro, é o chique. Não é verdade. Com pouco dinheiro, você pode fazer uma casinha maravilhosa [...]. Por isso, vale a pena ensinar as pessoas a fazer coisas bonitas: uma bela horta, um belo jardim, uma bela casa... O brasileiro precisa se acostumar a conviver com os padrões elevados. Uma das causas da nossa inviabilidade civilizatória é que nós desistimos de nos rodear de es-

tímulos belos. E isso é *apeirokalia*. A recuperação do senso de estética deve ser uma das nossas prioridades (MONIR apud BRIGUET, 2018).

A frase acima pode ser percebida na figura 1, uma imagem captada do *instagram*. A casinha é maravilhosa, singela, um belo jardim, flores. Em volta dela, tudo limpo. Quem vive em um lugar assim, irá tentar manter essa harmonia. Ninguém cuida do que não gosta.

Concordando plenamente com este ponto de vista, percebo muitos arquitetos e urbanistas que defendem a beleza e estética das cidades como elementos civilizatórios. O urbanista Clóvis Ultramari (apud MOSER, 2012) afirma que o morador urbano não quer apenas viver; quer viver bem.

Figura 1 - Luíza Nichett. Adorável casinha velha. Faça do seu lar, um paraíso.



Fonte: < <https://instagram.com/nichettiluiza?igshid=1n17i865erijh>>. Siga@adoravelcasinhavelha

Isso demanda não apenas uma moradia, emprego e transporte público. Viver bem exige uma boa paisagem urbana, uma boa arquitetura e grandes espaços de convivência. No entanto, para ele quase não há debate público a respeito da estética na cidade. Há um receio em se discutir o assunto, uma sensação de culpa. Ultramari afirma que aqueles que defendem a redução de gastos na qualidade de projetos arquitetônicos, em favor de investimentos sociais, não percebem que no longo prazo os cuidados estéticos trazem retorno social, cultural e financeiro. Como exemplo, citou que se tivessem feito o cálculo do déficit habitacional no Paraná no momento de aprovar a construção do Museu Oscar Niemeyer, em Curitiba, hoje privaríamos milhares de pessoas que o utilizam como local de lazer. *“Esse tipo de comparação entre o social e a beleza é infeliz; não pode ser a única diretriz de um gestor”* (apud MOSER, 2012).

Lembro de uma aula em meu doutorado, no início do século XXI, em que falávamos da cidade de Paris e veio o assunto dos jardins de Luxemburgo. Criados em 1612, os Jardins de Luxemburgo são os jardins mais centrais, populares e bonitos de Paris, tanto para os parisienses como para os turistas, que podem encontrar um lugar de descanso entre as numerosas estátuas e esculturas que habitam o espaço. É um local de encontro, belo, agradável e útil para a saúde física e psíquica. Na hora do debate, um aluno argumentou:

“Mas para que esse investimento em um jardim, se o povo passava fome?”. Ao que meu professor, o sociólogo Franz Joseph Brüseke respondeu e lançou o problema: “Investimentos assim são necessários ao coletivo em uma cidade. Os jardins são públicos. Pessoas pobres não tem direito à beleza?”. Eu nunca esqueci dessa passagem e reconheço que esse debate é ainda um tabu.

Voltando a Ultramari (apud MOSER, 2012), o urbanista entende ainda que, nos últimos tempos, o poder público tem dado ênfase excessiva aos custos na hora de definir as intervenções. Se essa postura tende a baixar as despesas, o efeito colateral é que estão sendo privilegiados projetos muito simples e padronizados, nem sempre agradáveis esteticamente ou funcionais. Sabemos também que a beleza pode estar em pequenos detalhes que demandam mais capricho do que recursos financeiros. Ultramari defende que cabe ao poder público zelar pela história arquitetônica das cidades e que é desejável que a prefeitura oriente a iniciativa privada na elaboração de projetos que tenham mais relação com a identidade histórica da cidade ou de determinados bairros.

Na linha das sugestões, apelo também para uma coisa bastante simples: a limpeza. Essa limpeza deve se estender para mais paredes pintadas e preservadas limpas, para mais paredes verdes, menos desenhos, pichações e até mesmo grafites. O exagero em tudo, é prejudicial aos olhos, cansa a vista, exaure os sentidos, torna-se poluição visual. Mesmo que muitos defendam que esse tipo de intervenção expressa as inquietações, tristezas e alegrias de uma parte dos moradores, existem manifestações que estão sempre no limite entre a manifestação cultural legítima e o vandalismo. Opto pelas paredes repletas de plantas verdes e pelas paredes limpas.

Não é de hoje que defendo que a história da arte é uma das disciplinas que nos habilita em termos civilizatórios. Lembro de um texto em que o autor se refere a Ernst Gombrich, onde diz que o historiador realizou mudanças na forma de tratar com exclusividade a estética e a aproximou mais das pessoas, defendendo que arte e estética eram assuntos que deveriam ser do conhecimento de todos, ao mesmo tempo em que era um grande defensor da cultura. *“Sua obra cristaliza a atitude de uma época desaparecida em que a arte era parte da mobília mental das pessoas civilizadas”* (ESTENSSORO, 2002, p. 22), e tentava aproximar mais a cultura das pessoas, defendendo o acesso à arte para todos. Assim defender a recuperação do senso de estética e compreender beleza e estética das cidades como elementos civilizatórios, é tratar da cidade como obra de arte, que é para todos. É um conceito inclusivo. Jorge Coli (2018) diz que pela história da arte, pela cultura, pelas humanidades, damos sentido às coisas. É graças a elas que o conhecimento e a ciência deixam de ser meros instrumentos para integrarem um processo humanístico.

George Simmel (in FORTUNA, 2003), ao escrever sobre Roma, Florença e Veneza, em textos do início do século XX, atribui ao espírito da cidade e à dimensão urbana um estatuto singular, arquetípico da excepcional riqueza e complexidade da vida humana. A cidade, como objeto artístico em Simmel, só pode ser compreendida enquanto totalidade. Mas sempre que aspira a enunciar a natureza estética da cidade enquanto totalidade, o modelo de do autor engloba, além da obra de arte, também a própria sociedade, enquanto experiência estética. Deste ponto de vista, a cidade de Simmel, tanto a cidade histórica, como a metrópole moderna, na sua plenitude, constitui-se em categoria alegórica da sociedade mais ampla. Compreende-se deste modo a validade da opção de Simmel pela cidade como obra de arte. Ao contrário de outros seus contemporâneos que, otimistas, se rendem perante a chocante beleza da fealdade das metrópoles, ele mostra-se cauteloso e ambíguo. A estética da metrópole moderna resultará da capacidade dos sujeitos para

resistirem à lógica individualista, calculista, anônima e mesmo psicologicamente perturbadora que domina as interações na grande cidade. O que é o mesmo que sustentar que, para Simmel, a beleza da metrópole moderna será aquilo que for a qualidade estética das formas de interação que nela os sujeitos sejam capazes de forjar.

Como os gregos, defendo que para não sofrer *apeirokalia* - abstenção de coisas belas – para vivermos em cidades civilizadas, precisamos da qualidade estética das formas de interação que nela os sujeitos sejam capazes de forjar, como diz Simmel e assim, quem sabe, tenhamos a compreensão da verdadeira cultura. A pandemia do Covid 19 reavivou título do texto de Moser (2012): “*As cidades feias que me desculpem, mas estética é fundamental*”.

Referências bibliográficas

BRIGUET, P. Conversa com mestre Monir. Uma entrevista imaginária com o professor e escritor José Monir Nasser (1957-2013). 2018. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/blogs/paulo-briguet/conversa-com-mestre-monir-1000762.html>>. Acesso em: 23 de out. 2020.

COLI, J. História da arte ensina a lidar com o não dito e a incerteza constante. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/jorge-coli/2018/05/historia-da-arte-ensina-a-lidar-com-o-nao-dito-e-a-incerteza-constante.shtml>>. Acesso em: 27 de mai. 2018.

ESTENSORO, H. A equação Gombrich. **Bravo!** São Paulo, ano v, n. 54, p. 20-23, 2002.

FORTUNA, C. Dossier Simmel: a estética e a cidade. Simmel e as cidades históricas italianas – Uma introdução. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 67, p. 101-127, 2003.

HILLMAN, J. **Cidade e alma**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

LEFFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

MOSER, S. As cidades feias que me desculpem, mas estética é fundamental. *Jornal gazeta do Povo*, Curitiba, Paraná, edição de 22.09.2012. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/as-cidades-feias-que-nos-desculpem-mas-beleza-e-fundamental->>. Acesso em: 23 de out. 2020.

NUNES, M. B. Cartografia e paisagem: o mapa como objeto de estudo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. n. 65, p. 96-119, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742016000300096>. Acesso em: 23 de out. 2020.

SANTOS, B. S. Uma cartografia simbólica das representações sociais: prolegómenos a uma concepção pós-moderna do direito. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 24, p. 139-172, 1988. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Cartografia_simbolica_RCCS24.PDF>. Acesso em: 23 de out. 2020



A REPROGRAMAÇÃO ESPACIAL E A NECESSIDADE DO ESPAÇO DE CURA

Murilo Serafim Trevizol
Edgar Pereira

Assim como nós, as palavras têm uma história. Cura vem do latim e está ligada ao ato de cuidar. Esse mesmo radical dá origem da palavra curador, como aquele que é responsável por um acervo ou instituição, por exemplo, e cuidado. Bom, se a cura é um processo de cuidado que tem como objetivo resgatar nossa integridade, podem os espaços serem construídos para curar? Ou ainda, os espaços podem contribuir para os processos de cura?

Na antiguidade ocidental temos diversos relatos de práticas de purificação, os templos da Grécia clássica com pias e tanques de imersão, os Astecas com suas saunas conhecidas como *Temazcal*, para se livrar dos males do espírito e do corpo havia esses espaços. Entretanto na cidade de Paris em 1696, é fundado o Hopital Geral, instituição que tem como objetivo receber todos aqueles vistos a-sociais, transformando-se no destino correcional de toda imoralidade que viesse a perturbar o silencio dos virtuosos. Segundo Michel Foucault esses estabelecimentos eram uma espécie de morredouros ou espaços para esperar a morte, é a partir do século XVIII que a prática médica se aproximará daquela que conhecemos hoje e é neste momento em que a estrutura hospitalar se medicaliza e surge o conceito de *nosocômio* (do grego *nósos*- doença + *komeu*- curar) ou espaço para cura de doentes.

É exatamente nesse elo perdido dos templos gregos que se iniciará a revolução manicomial, que nós buscamos encontrar a trincheira filosófica do que realmente é esse espaço de cura. Que faça uma radioestesia no indivíduo visitante ao invés de só ser mais um local que o hospede até a morte, sem a repressão da Igreja que abominava a medicina alternativa, as práticas de botânica e a consciência quântica. Como transformar os leitos de hospitais em instalações como da artista Marina Abramovic criando camas com travesseiros de cristais pros pacientes?! Asilos e hospícios que tenham uma dinâmica de exercícios que motivem as células a continuarem vivas, ao invés de um eterno descanso a

base de sedativos. Apartamentos que já nascem tumbas espalhadas pelo centro da cidade, carregam o privilégio de conseguir acessar essas tecnologias no conforto do lar, além de instituições também criamos uma egrégora de energia renovada em espaços públicos.

A composição do espaço físico e a percepção do ser

O mundo contemporâneo exige uma transformação espacial condizente com a evolução dada ao passo da humanidade. O fluxo da mudança ocorre na velocidade da transformação do comportamento e da evolução cultural da sociedade. O urbanismo, bem como a arquitetura contemporânea apresenta uma aproximação, cada vez mais visível, entre o conforto, a tecnologia e a sua interação no espaço, tanto físico como digital. Desde os primórdios, a humanidade se ancora de uma maneira cíclica em elementos materiais e imateriais para geração e providência do conforto, seja ele físico ou emocional. Espaços-lugares que conectem as pessoas e que proporcionem o ato de despertar da consciência humana se mostram como novas opções para a geração de cidades mais próximas da natureza do planeta, e por consequência, do ser humano e das espécies que habitam neste plano. Projetos de arquitetura e urbanismo, buscam na tendência da transformação cultural e da natureza, as novas formas da configuração espacial. Conforme Jeff Bezos, CEO da Amazon, é necessário inovar e criar soluções baseadas nos aspectos que não irão mudar nos próximos anos. Hábitos, desejos e anseios, que desde o reconhecimento da sociedade, são carregados e transferidos por gerações. A arquitetura, em sua forma-função, deve ser reconfigurada com formas que estimulem as funções de uso material e imaterial.

O momento pandêmico que estamos vivenciando neste ano de 2020, acelera a transformação do espaço físico condicionada por uma dinâmica altamente veloz. Os espaços, antes superlotados, hoje se esvaziam e ao mesmo tempo, os espaços residenciais residuais do mundo particular, recebem novas configurações, atividades e sentimentos. Novos usos, novos espaços, novos aprendizados. Um novo eu e uma nova humanidade. É importante ter o entendimento, de que o processo de transformação e adaptação não altera de fato a nossa natureza, não altera a nossa composição material. Sendo assim, pode-se inferir que a transformação física é apenas um resultado gerado a partir de uma reconfiguração interior de cada indivíduo. Pode-se assim dizer que reflexo da transformação

do espaço físico provém da composição de uma nova percepção do homem sobre si mesmo e seu entorno.

Espaços de cura e a necessidade da reprogramação espacial

É instigante buscar respostas para o mundo novo que se abre e se transforma durante o processo da pandemia. O impacto globalizado da doença impulsiona a sociedade em busca de conhecimento para providenciar a CURA, seja ela física e/ou emocional. A pandemia reforça e nos condiciona ao isolamento social, e esta condição potencializa e estimula o contato do ser com a sua própria natureza. O isolamento permite, em sua privacidade, que as pessoas possam descobrir novas alternativas, novos caminhos, novos conhecimentos e processos curativos. Na história da humanidade, principalmente no ocidente, a medicina baseada no tratamento fármaco, transformou o que se tinha, que eram os espaços de cura, em espaços de tratamento da saúde apenas através da medicalização. Como dito anteriormente, a medicina científica se especializou em tratar, não em curar.

Esta mudança de percepção sobre o que é tratar, o que é curar, o que é doença e o que é enfermidade possivelmente está relacionada com as pandemias. É dito isto pois o processo de tratamento de doenças contagiosas como a COVID-19, afasta e isola os que sofrem com a doença e as submete aos erros e acertos da ciência. É sabido que processo de cura não é composto apenas por tratamentos a base de fármacos. É histórico o uso de elementos da natureza e da espiritualidade para a cura completa. A busca humana por ar puro, por contato com a natureza, o conhecimento, a relação com o mundo esotérico e a aproximação das pessoas com a arte e a cultura acabam por ser os meios encontrados e utilizados pela humanidade para promover a transformação positiva e o reestabelecimento do equilíbrio energético ao longo de gerações.

Sabe-se também que a cidade agrupa e condensa pessoas em diferentes condições. Espaços geradores de enfermidades e traumas são comumente encontrados nos grandes centros. A falta de acesso a moradia inviabiliza para muitos, uma reconfiguração espacial. Os espaços públicos de uso comunitário são providos, quando são, de infraestruturas não humanizadas. Como cita o cantor Edgar, na música O amor está preso: *“Alas de hospitais e corredores de escolas são todos bem parecidos”*.

Sendo assim, a instigação da programação dos espaços urbanos da cidade deve carregar não apenas o desejo do homem, mas serem compostos para despertar o sentimento humano. Se antes a racionalização da arquitetura compunha-se de elementos e programas de necessidades que organizassem o espaço físico, apenas para a ocupação e uso “eficientes”, agora se torna necessário a introdução da tecnologia e do conhecimento universal. A composição de espaços de forma e função físicos já não bastam quando a sociedade anseia por mudança e equilíbrio pleno. A arquitetura e o espaço urbano, agora devem estar planejados e estruturados com o intuito de despertar a cura social. A reprogramação espacial deve transmitir conhecimento curativo, que permita que determinada sociedade possa receber do espaço urbano a cura e o cuidado para diferentes dores, sejam físicas ou emocionais. Se torna necessário a composição de espaços públicos abertos que permitam uma rotina de exercícios, o contato com elementos da natureza, a implantação de objetos, como os cristais e plantas, que ajudam a equilibrar e reestabelecer o alinhamento entre o nosso corpo físico, corpo etérico, corpo astral e corpo mental. O uso de cores, do som, de materiais e elementos naturais em um determinado espaço físico podem auxiliar e despertar este processo de autocuidado e autocura. A programação do espaço físico neste momento, segue na tendência de conectar o elo perdido na história, onde a materialização da arquitetura busca fornecer a humanidade o que ela precisa, e não necessariamente o que ela deseja. Busca-se então estratégias da composição e programação do espaço aberto, público e democrático com poder curativo. Apresentamos aqui, um arranjo espacial composto por elementos e formas com potência curativa no espaço urbano.

Reprogramação da cidade: a composição de programa de necessidades curativos em espaços urbanos

A composição espacial do arranjo proposto permite que o programa de necessidades curativo se adapte aos diferentes cenários urbanos, sendo possível reorganizar o espaço físico a partir da estrutura conceitual do alinhamento dos chakras e de elementos que buscam despertar os sentidos como Tato, Som, Olfato, Paladar e Visão. O programa de necessidades com intuito de promover a cura, envolve a utilização de materiais que estimulem estes sentidos e que trabalhem na oferta de diferentes possibilidades da

transformação do ser e que proporcionem ao mesmo o desbloqueio da auto-cura e do auto-cuidado. Através de um arranjo formal, introduzimos os elementos poderosos dos cristais relacionados aos chakras humano, a cromoterapia, a fitoterapia, a terapia sonora, a tecnologia e a sustentabilidade. Além disto, o programa é parametrizado para poder ocupar espaços residuais, sejam eles urbanos ou não.

Reprogramação do espaço urbano curativo

- 1) **Rede cristalina para alinhamento dos chakras:** escultura metálica cristalina com cristais dos sete chakras alinhados e posicionados sobre um espelho d'água;
- 2) **Cromoterapia:** a composição da paleta de cores chakrais (violeta, azul índigo, verde água/azul claro, verde, amarelo, laranja e vermelho) será utilizada na pintura de pisos e paredes, bem como na iluminação noturna do espaço.
- 3) **Fitoterapia:** arranjo de espécies com poder de cura orgânica com cultivo de chás e plantas com poder de cura e estímulo, visual, olfativo e paladar.
- 4) **Terapia sonora:** composição metálica que permite a interação sonora com emissão dos sons relacionados a cada um dos chakras.
- 5) **Tecnologia e sustentabilidade:** piso drenante; Ponto de conectividade; Geração de energia sustentável; Produção de Biofertilizantes; Tintas ecosustentáveis.

Metodologia de estruturação cristalina no ambiente urbano

Usando de exemplo empresas como a Vale do Rio Doce que está espalhada como um câncer no estado de Minas Gerais, percebemos como tem sido destrutiva as relações do ser humano com a terra, as pretolíferas, as mineradoras e todas outras que fazem um papel de bicho parasita “*ecofriendly*”, apenas limitando os recursos naturais e desconfigurando o equilíbrio ecológico, logo assim sucessivamente o equilíbrio dos indivíduos que se relacionam com o habitat. Enfim é notório perceber que quando a estrutura é afetada o todo sofre as consequências. A metodologia da composição formal do espaço de cura

contemporâneo deve conter essencialmente a intenção curativa e a busca pelo estado de elevação do ser. A organização CRISTALINA é a base para estruturação do espaço de cura, seja ele no ambiente urbano ou na sua casa. O cristal, diferencia-se do vidro devido a sua perfeita estruturação. A rede que o compõe é cristalina, como nós, seres humanos. É no corpo cristalino onde está a pureza, afastada de todas as doenças físicas e mentais. O tempero aqui é a cura. É projetar o ambiente com o intuito de servir, de cuidar, de curar. Escolher um conjunto de sabedorias e conhecimentos milenares, carregadas por gerações até o momento presente, e se utilizar disto, das coisas não passageiras, para compor um espaço de plenitude que despertem alternativos processos curativos necessários no mundo, esteja ele em meio de uma pandemia ou não.



A PANDEMIA E AS INQUIETANTES CIDADES METAFÍSICAS

Luana Maribele Wedekin

Nos primeiros meses da chegada do coronavírus ao Brasil, muitos moradores da cidade de Florianópolis receberam através das redes sociais um vídeo realizado pela *048 Filmes*, “Covid 19 – Florianópolis, O dia em que a Terra parou 22/03/2020”¹⁴. Imagens captadas por um drone sobrevoavam pontos da cidade que, em geral estavam apinhados de gente como o Mercado Público e a rua Felipe Schmidt, mas que no vídeo apareciam totalmente vazios, sem pedestres, assim como vias importantes da cidade foram registradas sem carros. Uma bonita música de fundo amplificava a sensação de estranhamento e até de angústia. Era a primeira semana do *lockdown* decretado pela Prefeitura da Capital – sem a força coercitiva de sua imposição nos países europeus – mas que marcava o impacto tremendo da chegada da pandemia entre nós.

Imagens semelhantes e, não menos impressionantes, foram veiculadas no concerto de Páscoa produzido pela BBC no qual o tenor italiano Andrea Bocelli cantava em frente à Duomo de Milão, totalmente sozinho.¹⁵ O filme seguia com cenas de grandes cidades igualmente vazias: Florença, Veneza, Roma, Varsóvia, Paris, Londres, Nova Iorque, Cidade do México, Cape Town, São Paulo, Buenos Aires, Los Angeles, Beijing. Grandes destinos turísticos, ou mesmo cidades extremamente populosas, ganharam ares de cidades-fantasma.

Podemos associar tais imagens com as cidades-fantasma produzidas no cinema. Nos filmes, em geral, as cidades-fantasma são cenários distópicos. Para mencionar só alguns títulos populares: “*Vanilla Sky*” (2001); “O dia depois de amanhã [*The day after tomorrow*]” (2004); “Eu sou a lenda [*I am legend*]” (2007), “Ensaio sobre a cegueira” (2008). Nestes filmes, os protagonistas vagam solitários ou em pequenos grupos em grandes cidades semidestruídas ou abandonadas, sempre pelos motivos mais aterrorizantes: uma

14 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=z0PtVHUSHKI>>.

15 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bpXwOSHTwsY>>.

imaginação artificialmente programada, uma grande catástrofe ambiental, um vírus que torna as pessoas zumbis ou uma doença inexplicável que cega a população...

Mas as cidades-fantasma não existem somente na ficção. E, de fato, os motivos pelos quais foram abandonadas não são apaziguadores. O fotógrafo Chris McNab reuniu no livro de fotografias “*Ghost Towns*” (2018) registros de cidades abandonadas por motivos diversos: catástrofes naturais como terremotos (Balestrino, na Itália; Kayakoy, na Turquia), inundações (Chaitén, no Chile; Tamerza, na Tunísia), erupções vulcânicas (San Juan Parangaricutiro, no México); tragédias provocadas pelo homem – o exemplo mais pungente seria Pripyat, na Ucrânia, esvaziada devido ao acidente nuclear de Chernobyl; conflitos (Polyana, na Abecásia/Geórgia; Agdan, no Azerbaijão); declínio econômico (assentamentos nas minas de Animas Forks, no Colorado/EUA; Pyramiden, na Noruega). No Brasil temos cidades-fantasma também: Fordlândia, no Pará, fruto do projeto fracassado de Henry Ford na Amazônia no fim da década de 1920; ou o distrito de Bento Rodrigues, em Mariana, devastado pelo desastre ambiental de 2015.

Em março de 2020, repentinamente, o isolamento social no início da pandemia havia tornado real o imaginário da cidade-fantasma. As cenas que vimos das cidades vazias – em vídeos ou de nossas janelas - apresentavam um paradoxo: eram cenários familiares numa condição de estranheza pelo despojamento do elemento humano. Tais contornos remetem a uma categoria apresentada por Sigmund Freud em texto de 1919: *Unheimlich*, traduzida sem consenso para o português como inquietante, estranho, inquietante estranheza, mais recentemente, “infamiliar”. Bennet e Royle descrevem a categoria:

O inquietante [*uncanny*] tem a ver com uma sensação de estranheza, mistério e sinistro. Mais particularmente diz respeito a uma sensação de estranheza que aparece no seio do familiar, ou ainda, uma sensação de familiaridade que aparece no cerne do estranho. O inquietante não é só uma questão de estranho ou assustador, mas tem mais especificamente a ver com uma perturbação do familiar (BENNET; ROYLE, 2004, p. 34).

Esta categoria aparece na literatura – Freud menciona a novela “O homem de areia” (1817), de E.T.A. Hoffmann (1776-1822) como exemplo. O inquietante se apresenta em situações de *déjà vu*, e também quando, no caso o objeto de estudo de Bennet e

Royle,¹⁶ a literatura e o real se fundem: “a estranheza pode ser definida como ocorrendo quando o ‘real’, cotidiano, de repente assume uma perturbadora qualidade ‘literária’ ou ‘ficcional’” (2004, p. 35). Bem, é exatamente o caso, pois quando vemos as cenas das cidades vazias devido à pandemia, parece que estamos num filme distópico ou no cenário de um enigmático conto de Jorge Luís Borges:

Esta Cidade” (pensei) “é tão horrível que sua mera existência e perduração, ainda no centro de um deserto secreto, contamina o passado e o futuro e de certo modo compromete os astros. Enquanto perdurar, ninguém no mundo poderá ser corajoso ou feliz (2008, p. 15).

Nas artes visuais, é no surrealismo e no dadaísmo onde podemos constatar frequentemente a presença marcante do inquietante, especialmente ao representar ou criar objetos familiares em contextos estranhos. Interessa-nos aqui o imaginário da cidade-fantasma, e, ao contemplar as cidades desertas devido à pandemia, temos a sensação de sermos lançados nas pinturas metafísicas de Giorgio de Chirico¹⁷. Tomemos a obra “O enigma de um dia (II)”, pertencente ao acervo do MAC-USP, como exemplo representativo. (Figura 1).

16 Bennet e Royle (2004), a partir de Freud, sintetizam as situações nas quais o inquietante pode ser identificado: repetição (*déjà vu* ou o duplo/*doppelgänger*); estranhas coincidências; animismo; antropomorfismo; automatismo; uma sensação de incerteza radical acerca da identidade sexual; o medo de ser enterrado vivo (mas também trancado, num recinto ou em confinamento); silêncio; telepatia; morte, como algo “ao mesmo tempo familiar e absolutamente estranho, impensável, inimaginável” (p.38).

17 O curta metragem “Enigma de um dia” (1996), de Joel Pizzini, cria situação análoga: o vigia de um museu contempla a obra de De Chirico e mergulha em cenários semelhantes aos criados pelo artista.

Figura 1 - Giorgio de Chirico, “O enigma de um dia (II)”, 1914. Óleo sobre tela, 83 x 130 cm. MAC-USP, São Paulo.



Fonte: <https://acervo.mac.usp.br/acervo/index.php/Detail/objects/16374>

Podemos identificar na obra os elementos fundamentais das pinturas metafísicas do artista: a estátua, as arcadas, o trem, a torre, a chaminé, a praça quase deserta plena de sol e suas sombras projetadas em negro. A atmosfera de vazio e silêncio, potencializada pelo estranhamento da escala que contrapõe minúsculas figuras humanas em relação à vastidão da praça quase deserta e a grandeza dos elementos arquitetônicos, causa perturbadora sensação de tempo suspenso. Argan (1992) afirma sobre De Chirico: “A arte é pura metafísica, não possui vínculos com qualquer realidade natural ou histórica, nem mesmo para transcendê-la. (...) Como uma esfinge, coloca enigmas fáceis e insolúveis aos homens que creem saber tudo” (p. 372). Sobre a dimensão misteriosa de sua obra, De Chirico escreveu na moldura de um autorretrato de 1911: “E o que devo amar, senão o enigma?”.

As cidades que vimos em registros ou de nossa janela no começo da pandemia parecem acolher diversas das situações associadas à categoria do inquietante: a repetição ou o duplo (é minha cidade mas não é minha cidade, não a reconheço: é a mesma e outra); a angústia do confinamento (a cidade está deserta porque estamos todos confi-

nados); o silêncio (devido à ausência do humano); a morte – a cidade vazia é o medo do prenúncio de uma pandemia que vai dizimar toda a população. Das imagens de De Chirico, as cidades desertas ou povoadas de figuras misteriosas, também fazem pensar na incerteza das condições atuais de vida. Poucas ou nenhuma cidade mais estão desertas: as ruas estão novamente tomadas de pessoas – agora mascaradas – mas este impulso quase irrefreável para a “normalidade” não nos consola. Ao contrário, traz a sensação de medo de que o afrouxamento do isolamento nos leve à morte, ou à doença, ou, muito provavelmente, nos encaminhe para ainda mais tempo de confinamento. Instigante escrever este ensaio quando ainda vivemos a interrogação. Mas, ao contrário de pensadores contemporâneos que rapidamente lançaram veredictos definitivos sobre a experiência desta pandemia, apresentamos aqui, através da arte, os caminhos do não dito, do incerto, a vista inquietante/enigmática da cidade metafísica.

Referências bibliográficas

ARGAN, G.C. **Arte moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BENNET, A.; ROYLE, N. **Introduction to Literature, Criticism and Theory**. Harlow: Pearson Education, 2004.

BORGES, J.L. O imortal. In: **O Aleph**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 7-25.

D'ALFONSO, M. **De Chirico: O sentimento da arquitetura**. Porto Alegre: Fundação Iberê Camargo, 2012.

FREUD, S. O inquietante. In: **História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”): além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p.328-376, 191.

McNAB, C. **Ghost Towns**. London: Amber Books, 2018.



Foto: Ryoji Wata / Unsplash

A CIDADE PÓS PANDEMIA: PROPOSTAS PARA O FORTALECIMENTO DA MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL

Tainá Souza Pacheco

Os deslocamentos das pessoas nas cidades acontecem utilizando (i) modos ativos, (ii) transporte público coletivo, (iii) transporte individual motorizado próprio, ou (iv) transporte individual motorizado por aplicativo.

A mobilidade ativa, fortemente dominada por trajetos a pé, representa quase 40% dos deslocamentos nas cidades (ANTP, 2020 p. 10). Ainda que as cidades venham experimentando um crescimento expressivo e sustentado nas viagens de bicicleta, esse modo de transporte ainda é pouco presente nos deslocamentos diários.

A chegada da pandemia do COVID-19 acelerou a tendência de declínio no número de passageiros(as) nos sistemas de transporte público das cidades brasileira. Cidades no exterior também vivem crise semelhante. Dados da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU, 2020) mostram que o total de passageiros(as) equivalentes transportados(as) e a quilometragem rodada pelos ônibus nas principais capitais brasileiras vem em queda desde pelo menos 2013. Em alguns meses de 2020 o volume de pessoas transportadas chegou a 20% do normal.

Do outro lado, o transporte individual motorizado está em franco crescimento. Dados do Observatório das Metrôpoles (2019) indicam que a taxa de motorização (número de automóveis para cada 100 habitantes) passa de 26,1 em 2008 para 38,3 em 2018. Ou seja, 4 em cada 10 pessoas possui um automóvel nas áreas metropolitanas brasileiras. A mesma tendência se observa na motorização de motocicletas, que passa de 5 para 8,9 no mesmo período.

O crescimento das viagens por aplicativo também foi expressivo nos últimos anos. Entre 2016 e 2018 a Uber mais do que triplicou sua receita no Brasil (UBER, 2019, p. 69). Apesar da liderança de mercado por 99 e Uber, outras empresas de viagens por aplicativo têm surgido no Brasil para preencher lacunas regionais deixadas pelas multinacionais, de forma que o transporte por aplicativo não está restrito apenas aos grandes mercados.

Por mais que os dados já indicassem a existência de uma crise nos transportes públicos, a pandemia escancara e aprofunda essa crise em menos de seis meses. A redução das necessidades de deslocamentos, aliada ao medo de contágio em aglomerações pode acelerar o padrão de esvaziamento dos transportes públicos que já se observava antes, ou pode ser uma oportunidade para que as cidades inovem na maneira como planejam os transportes e o espaço urbano.

A reversão da crise dos transportes públicos passa por entender quem são as pessoas que abandonam o transporte coletivo e o que as motiva a escolher outros modos, como novas tecnologias de transporte podem ser usadas para a construção de um sistema de transporte público atrativo e como financiar esse sistema.

A escolha por outros modos que não o transporte público pode ser motivada pelo custo da tarifa, pela baixa qualidade do serviço, por medo (agora é forte o medo de contágio, por mais que não existam evidências concretas de que o contágio é maior nos transportes públicos). As pessoas podem, ainda, realizar menos deslocamentos com a expansão do teletrabalho. Em um sistema de tarifa fixa, muito comum na realidade brasileira, as pessoas que fazem trajetos mais curtos subsidiam indiretamente a viagem daquelas que fazem trajetos mais longos. Com isso, os(as) moradores das regiões centrais (normalmente de maior renda e de ocupações mais aderentes ao teletrabalho), subsidiam os(as) moradores das regiões periféricas. Se os sistemas passarem a perder proporcionalmente mais passageiros das zonas centrais do que das periféricas, será inevitável que enfrentem déficits financeiros. Como as cidades irão equilibrar esses déficits? Aumento das passagens ou redução da quilometragem rodada apenas alimenta um círculo vicioso de mais perda de passageiros(as), e o aumento do subsídio sem fonte clara de financiamento prejudica a capacidade de investimento em e de custeio de outras áreas também importantes.

Ao desestimular o uso do automóvel, a implantação de um pedágio urbano pode ser uma solução para barrar a perda de passageiros(as), ao mesmo tempo que gera caixa para o investimento no transporte público coletivo. Essa é uma solução adotada em cidades como Londres e Singapura há diversos anos para reduzir, com sucesso, seus níveis de congestionamento e poluição. A capital britânica está, inclusive, discutindo a possibilidade de ampliar a área pedagiada pós pandemia¹⁸. É preciso tomar esses exemplos como inspiração.

18 Disponível em: <<https://www.theguardian.com/politics/2020/oct/24/why-the-row-over-congestion-charge-expansion-could-tear-london-apart>>.

Por mais que seja uma solução eficiente, políticas de pedágio urbano são raras devido a barreiras políticas para sua implementação. Existem pelo menos duas maneiras indiretas de instituí-la em menor escala: taxaço pelo uso das vias por Operadoras de Tecnologia de Transporte Credenciadas (OTTC) e taxaço por estacionamentos em vias públicas.

A cidade de São Paulo, na regulamentação dos transportes por aplicativo, passou a cobrar pelo uso do viário urbano¹⁹. Assim, instituiu um pedágio urbano para essas viagens, com um mecanismo de preços que varia conforme a demanda (o preço é mais alto quando mais viagens estão sendo feitas no mesmo momento (CIDADE DE SÃO PAULO. Decreto n. 12)) e também conforme a região na cidade e horário, tornando viagens na periferia e fora do horário de pico mais baratas (CIDADE DE SÃO PAULO. Decreto n. 14). Essa é uma regulação a ser seguida por outras cidades e os preços podem ser manipulados com maior frequência de forma a inibir viagens em certas localidades e horários. Os fundos arrecadados com essa taxa podem ser utilizados para subsidiar o transporte público coletivo, reduzindo a tarifa para todos(as). Assim, passageiros(as) de maior renda que optam por não utilizar o transporte público continuam contribuindo para financiá-lo ao realizarem corridas nos aplicativos.

Para além de regulamentar as tecnologias que já existem hoje em dia, as cidades precisam estar prontas para discutir a regularização das tecnologias que surgirão. Recentemente alguns centros urbanos começaram a discutir e implementar o transporte sob demanda, um híbrido de transporte público coletivo e transporte por aplicativo (Goiânia e Fortaleza são exemplos de cidade no Brasil que já operam a modalidade). O surgimento de novas tecnologias e serviços não deve ser barrado pelas cidades, e sim incentivados com a regulamentação correta para que sejam mais uma engrenagem em um sistema de transporte público coletivo que atraia a todos(as). A regulamentação do transporte público coletivo sob demanda é algo que precisa estar na pauta das cidades para os próximos anos. Se esses serviços contribuírem com uma taxa pelo uso do viário urbano e forem integrados às opções já existentes dentro da rede de transporte público, podem fortalecer os sistemas públicos ao invés de esvaziá-los.

¹⁹ Toda a documentação sobre a regulação paulistana pode ser encontrada no portal da prefeitura. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/transportes/acesso_a_informacao/index.php?p=227570>.

Outra opção de pedágio urbano indireto é dificultar o estacionamento em vias públicas, seja pela redução do número de vagas seja pela cobrança do espaço. Carros e motos ficam 95% de suas vidas estacionados (SHOUP, 1997), e permitir que o estacionamento seja feito gratuitamente nas ruas das cidades é abrir mão de dar outros usos ao espaço. Em regiões de comércio e serviços, as vagas de estacionamento podem ser transformadas em extensões de restaurantes com mesas ao ar livre, em mini praças para que as pessoas observem a rua e interajam umas com as outras, e em ciclovias. Diversos estudos mostraram que o faturamento dos comércios não é reduzido com a exclusão de vagas de estacionamento, pois pessoas a pé e de bicicleta são mais propensas a consumir do que pessoas de carro (SADIK-KHAN; SOLOMONOW, 2017). Além disso, a cobrança pelo estacionamento aumenta a rotatividade das vagas, o que é benéfico para o comércio. Alguns estudos sugerem a implementação de um sistema dinâmico de preços que garanta ocupação máxima de 85% das vagas, para que haja espaço para emergências ou parada para compras de última hora (SHOUP, 2007).

O pedágio urbano, direto ou indireto, é uma solução para expulsar as pessoas dos carros, mas como garantir que os outros modos de transporte sejam atrativos? De Londres também vem uma inspiração para a melhoria na qualidade do serviço de ônibus. Ao contrário da maioria das cidades no mundo, a capital britânica viu o número de passageiros no sistema de ônibus aumentar nos últimos anos. Estudos mostram que esse crescimento foi influenciado por um avanço no nível de serviço, principalmente na confiabilidade (GÓMEZ-LOBO; BRIONES, 2013). Isso foi possível graças a contratos por qualidade do serviço, nos quais a remuneração da empresa operadora da linha está vinculada a parâmetros de confiabilidade, e não de quilometragem ou número de passageiros (TRANSPORT FOR LONDON, 2015). Atrasos e viagens não realizadas são fortemente penalizadas, incentivando as operadoras a ganhar eficiência na sua operação. Com um serviço pontual, as pessoas passaram a confiar nos ônibus e a demanda cresceu.

Esse tipo de contrato só teve êxito pela priorização do ônibus no viário da cidade – algo que precisa estar na agenda das cidades brasileiras. Faixas exclusivas, quando possível em corredores à esquerda, fazem com que as viagens de transporte público ganhem velocidade, atraindo passageiros(as) (ARBEX; DA CUNHA, 2016). Além disso, reduzem atrasos e permitem que mais viagens sejam feitas com o mesmo número de veículos, diminuindo as lotações sem aumento de investimento pelas empresas.

Para além das faixas de ônibus, repensar o desenho do viário urbano será fundamental para a retomada da qualidade de vidas nas cidades brasileiras. O desenho que existe hoje em dia foi pensado com foco no automóvel; é preciso trazer o foco para as pessoas que estão na rua. Como grande parte das vias urbanas foram construídas com larguras de faixa baseadas nas larguras de faixas de estradas, existe oportunidade de fazer alterações profundas sem suprimir faixas para os carros. Faixas mais largas são um incentivo para que motoristas dirijam mais rápido, pois passam uma sensação maior de segurança, contribuindo para que acidentes de trânsito sejam a principal causa de morte de jovens entre 5 e 29 anos (OMS, 2018). As ruas brasileiras precisam passar por uma dieta: faixas mais estreitas fazem motoristas dirigir mais devagar, ao mesmo tempo que criam espaço para ciclovias e ampliação de calçadas, protegendo quem está mais vulnerável.

O incentivo ao transporte ativo por bicicletas passa, para além da construção de ciclovias em traçados que respeitem as linhas de desejo, pela construção de bicicletários em locais estratégicos. A existência de bicicletários próximos a estações de metrô, trem, BRT ou mesmo grandes corredores de ônibus e polos locais de comércio, garante que o início ou fim da viagem possa ser feito com esse modo. O uso diário da bicicleta contribui para a saúde da população e incentiva a integração modal com o transporte público e o comércio local.

A pulverização do comércio local também será um fator determinante para a qualidade das cidades pós pandemia. Se as pessoas não vão sair das cidades, passarão a se deslocar menos e a viver mais em seus bairros, incentivando o desenvolvimento de novos comércios e serviços ou fortalecendo os já existentes. É preciso se inspirar em cidades como Paris, pioneira em lançar uma campanha pela “cidade de 15 minutos”²⁰, e criar condições para que isso se torne realidade aqui no Brasil. Tal visão passa pela revisão de zoneamento em algumas áreas, para permitir bairros de uso misto, e pela reconfiguração das linhas de transporte para atendimentos de demanda bairro-bairro, e não apenas bairro-centro.

O futuro saldável das cidades não depende de carros voadores sem motoristas, mas de um transporte público coletivo de qualidade, confiável, que seja financiado por

20 Disponível em: <<https://www.weforum.org/videos/paris-is-planning-to-become-a-15-minute-city-897c12513b>>.

todos(as) para todos(as), de um desenho urbano que privilegie as pessoas, evitando mortes e incentivando a mobilidade ativa, e do fortalecimento das comunidades locais. Que saibamos usar a crise como um momento catalisador para mudanças que promovam o aumento da qualidade de vida em nossas cidades.

Referências bibliográficas

ANTP. Associação Nacional de Transportes Públicos. Sistema de Informações da Mobilidade Urbana da Associação Nacional de Transportes Público -SIMOB/ANTP: Relatório Geral 2018. Maio, 2020. Disponível em:

<<http://files.antp.org.br/simob/sistema-de-informacoes-da-mobilidade--simob--2018.pdf>>.

Acesso em: 28 de out. 2020.

ARBEX, R. O., DA CUNHA, C. B. Avaliação das mudanças nas velocidades das linhas de ônibus da cidade de São Paulo após a implantação de faixas exclusivas através da análise de dados de GPS. **Transportes**, v. 24, n. 4, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.14295/transportes.v24i4.1008>>. Acesso em: 28 de out. 2020.

CIDADE DE SÃO PAULO. **Decreto n. 12, de 10 de outubro de 2016**. Altera o preço público dos créditos de quilômetros do regime de uso intensivo do viário urbano para exploração da atividade econômica de transporte individual remunerado de passageiros de utilidade pública, São Paulo, SP, out 2016. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/resolucao12_2016-progressivo_1482508643.pdf>. Acesso em: 28 de out. 2020.

CIDADE DE SÃO PAULO. **Decreto n. 14, de 01 de março de 2017**. Regulamenta a política de incentivo ou desincentivo do uso do viário para a exploração da atividade econômica de transporte individual remunerado de passageiros de utilidade pública, São Paulo, SP, mar 2017. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/resolucao-14-2017-politica-incentivo-desincentivo_1490708691.pdf>. Acesso em: 28 de out. 2020.

GÓMEZ-LOBO, A.; BRIONES, J. Incentive Structure in Transit Concession Contracts The Case of Santiago, Chile, and London, **Clean Air Institute**. Janeiro, 2013. Disponível em: <<https://ppp.worldbank.org/public-private-partnership/library/incentive-structure-transit-concession-contracts-case-santiago-chile-and-london-england>>. Acesso em: 28 de out. 2020.

NTU. Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos. Anuário NTU 2019 – 2020. Disponível em: <<https://www.ntu.org.br/novo/upload/Publicacao/Pub637375719747836003.pdf>>. Acesso em: 28 de out. 2020.

SADIK-KHAN, J.; SOLOMONOW, S. **Streetfight**: Handbook for an urban revolution. Penguin, 2017.

SHOUP, D. C. Cruising for parking. **Transport Policy**, 2007.

SHOUP, D. C. The high cost of free parking. **Journal of Planning Education and Research**, 1997.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLIS. **Mapa da Motorização Individual no Brasil – Relatório 2019**. Rio de Janeiro, RJ. 2019. Disponível em <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2019/09/mapa_moto2019v2.pdf>. Acesso em: 28 de out. 2020.

TRANSPORT FOR LONDON. **London's Bus Contracting and Tendering Process**. Londres, Reino Unido. Abril, 2015. Disponível em: <<http://content.tfl.gov.uk/uploads/forms/lbs-l-tendering-and-contracting.pdf>> Acesso em: 28 de out. 2020.

UBER. Informações públicas para IPO. Abril, 2019. Disponível em: <<https://www.sec.gov/Archives/edgar/data/1543151/000119312519103850/d647752ds1.htm>>. Acesso em: 28 de out. 2020.



A MOBILIDADE URBANA NO FUTURO DAS CIDADES: O FIM DA FICÇÃO CIENTÍFICA NA CONDUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Luiz Renato Muno de Mattos

Quando imaginamos uma cidade do futuro, é comum pensar em carros voadores. A popularização dessa visão veio de Hollywood, que constantemente arrisca previsões de futuro que são corrigidas na mesma frequência em que são criadas. Apesar disso, nosso romantismo muitas vezes nos impede de abandonar a ficção científica e nos concentrar nas verdadeiras soluções que o mundo precisa.

Tentar prever o futuro das cidades a partir de produtos é muito arriscado. Essa abordagem desvirtua o debate público para viabilização de modelos de negócio que têm como base determinadas tecnologias que não são, necessariamente, positivas para as cidades, mas acabam sendo viabilizadas seja pelo seu discurso sedutor, sua capacidade de pressionar governos ou a incapacidade da administração pública de os regular.

Em março de 2018, no Arizona, Estados Unidos, tivemos a primeira vítima fatal de um carro autônomo. As autoridades da cidade permitiram que um experimento privado acontecesse em um espaço público, envolvendo os cidadãos como participantes involuntários. O experimento terminou mal para todos os envolvidos e, principalmente, para a vítima.

Tragédias como essa são oportunidades de aprendizagem para desafiar as afirmações feitas sobre as tecnologias. Devemos, sim, debater as tecnologias, mas isso significa também debater: por que estão sendo desenvolvidos carros autônomos e voadores? Para onde eles estão nos levando? Questões como essas são mais fáceis de serem respondidas quando temos uma abordagem orientada a princípios e não a produtos.

A partir de meados da década de 2010, acompanhamos uma consolidação altamente subsidiada dos transportes individuais por aplicativos, também conhecidos como Operadoras de Tecnologia de Transporte (OTTs), que, além da alta capacidade de financiamento, encontraram, em países como o Brasil, as condições ideais para sua rápida expansão. Dentre as principais condições que contribuíram para a crescente expansão

das OTTs, está a crescente onda de desemprego e informalidade, que proporcionou uma busca gigantesca pela posição de motorista – que representa a oferta de serviço dessas plataformas - enquanto esses, agora motoristas, tentam uma recolocação no mercado de trabalho. Sem nenhum tipo de vínculo empregatício ou garantia trabalhista, essa precarização do trabalho encontrou respaldo no discurso da “Economia do Compartilhamento”, em ascensão desde a crise de 2008.

Outra contribuição foi a precarização e o encarecimento dos meios de transportes locais, tais como táxis e transportes públicos, que já sofriam com a falta de inovação, regulações ruins ou desatualizadas e o último com a crise em seu modelo de financiamento. Com o surgimento dos transportes individuais por aplicativo, os passageiros encontraram uma alternativa econômica e conveniente para seus deslocamentos e migraram para o transporte individual, aprofundando a crise da mobilidade urbana nos municípios brasileiros. A última das principais contribuições foi a falta de capacidade dos governos, principalmente municipais, de regular a atuação das OTTs, que, muito bem assessoradas juridicamente, adotaram o lema do “é melhor pedir perdão do que permissão”, sendo capazes, assim, de impor seus modelos de negócio e de redesenhar regulações que neste momento já tinham, a seu favor, o apoio popular de seus usuários e motoristas e uma oposição descoordenada que partiu para um enfrentamento físico em vez de técnico.

O início da nova década tem sido decisivo para a continuidade desses serviços, e os motivos são: o fim do entusiasmo da mídia, dos investidores e da sociedade com o que foi associado à “*economia de compartilhamento*”, além do início de uma era de questionamentos sobre um modelo de negócio que precarizou o trabalho, retirou passageiros do transporte público e aumentou o trânsito nas cidades.

Independentemente de serem carros voadores, autônomos, elétricos ou serem ônibus, metrô, bicicletas ou a caminhada, todos esses modais geram maiores ou menores impactos que precisam ser identificados e regulados, visando o desenvolvimento sustentável das cidades de modo que a inovação tecnológica não seja impedida ou sufocada pela sedutora proposta de aparente inovação tecnológica.

O verdadeiro futuro das cidades está na gestão por evidências e na governança urbana experimental que equilibra os prós e contras da inovação e do empreendedorismo em relação aos seus impactos nos âmbitos sociais, ambientais e econômicos. O Brasil não só deve aplicar esta abordagem em suas cidades, como tem bons exemplos disso. A cidade de São Paulo, quando desenvolveu a regulamentação das OTTs, logrou avanços

importantes nesta direção. A capital paulista evoluiu o debate público de um cenário de conflitos e de dualidade (legal ou ilegal) para um nível mais sofisticado de experimentalismo regulatório, a fim de promover o desenvolvimento sustentável da cidade e de ser capaz de corrigir distorções e gerenciar externalidades.

Essa abordagem inovadora só foi possível graças a uma melhor regulamentação do uso viário urbano a partir do entendimento de que esse recurso é um bem público e, portanto, deve ser precificado. O município foi ainda mais efetivo e estratégico na regulação quando estabeleceu o modelo de precificação de modo que a cidade pudesse avaliar esse mercado mensalmente, alterando o preço e criando estímulos para o regular constantemente. O maior desafio do Brasil, agora, é transformar políticas públicas como essa em políticas de Estado e não de Governo.

A constante atualização tecnológica de nossa sociedade representa um grande desafio na velocidade regulatória de suas transformações. A mudança na forma de consumo que, recentemente, trocou a posse pelo uso, apesar de suas características positivas como a inclusão e acessibilidade a produtos e serviços, traz consigo consequências indesejadas. Na mobilidade urbana, o conceito de Mobilidade como Serviço (MaaS), se não muito bem regulamentado, pode acarretar um potencial aumento do uso do transporte individual. Esse fenômeno, por sua vez, é responsável pelo aumento do trânsito, da poluição e de fatalidades, além de contribuir para perpetuação do sucateamento do transporte coletivo. Outro fator preocupante está relacionado à governança dessas plataformas, que passam a gerenciar bases de dados gigantescas capazes de distorcer poderes entre governos e empresas, uma vez que, na sociedade contemporânea, poder está associado ao acesso à informação (dados), o qual está cada vez mais centralizado nessas companhias.

A mobilidade urbana tem se distanciado cada vez mais do cumprimento de seu papel social e vem se aproximando das transações comerciais, o que gera uma busca pela maximização dos deslocamentos em vez de sua minimização. Como sociedade, precisamos entender que evitar deslocamentos também está relacionado à mobilidade urbana. Baseados em uma experiência secular, devemos partir do pressuposto de que uma cidade com menos deslocamentos individuais motorizados, com uma mobilidade mais ativa e centrada em uma boa experiência para os pedestres e que tem o transporte público coletivo como o elo de conexão de todo e qualquer modal é um lugar melhor para se viver.

A pandemia de COVID-19 trouxe luz às fragilidades da nossa sociedade atual, acelerando e potencializando processos que já estavam em curso. Diante do cenário atual e

das questões que já estavam em andamento, o Brasil irá enfrentar a falência do transporte público coletivo e seu modelo de negócios como conhecemos hoje, a desregulamentação dos sistemas de transporte rodoviários, o desaparecimento de serviços insustentáveis economicamente e altamente dependentes de capital intensivo e o aumento do uso de automóveis particulares.

Cabe à governança pública a correção de todas as externalidades negativas criadas antes e depois deste período por meio de bons marcos regulatórios. A má notícia é que não há, no curto prazo, capital político necessário para criação de tais regulamentos e que a situação em que o país se encontra é tão grave que dificilmente haverá espaço na agenda pública para esse debate.

Se não houver o início da construção de uma agenda pública de enfrentamento, só restará acreditar na ficção de que as cidades serão habitáveis até haver carros voadores e pilotos devidamente treinados para os conduzir sobre o trânsito dos carros autônomos que estarão no solo.

Referências bibliográficas

PAULA, P. C. B. de; ZANATTA, R. A. F. **O problema Uber em São Paulo: desafios à governança urbana experimental**. In: PIRES, Lilian Regina Gabriel Moreira; TEWARI, Geeta (Coord.). 5ª Conferência Anual de Direito Urbanístico Internacional & Comparado: artigos selecionados/Selected Papers from the Fifth Annual International and Comparative Urban Law Conference. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 65-100. ISBN 978-85-450-0705-0.

Contexto da economia compartilhada e o mito da retórica Uber. **Agora é simples**, São Paulo, 09 de set. de 2020. Disponível em: <<https://agoraesimples.com.br/analise/economia-compartilhada-e-o-mito-da-retorica-uber/>>. Acesso em: 30 de set. de 2020.

MOREIRA, A. Consequências indesejadas do MaaS e como se prevenir. **Agora é simples**, São Paulo, 19 de ago. de 2020. Disponível em: <<https://www.agoraesimples.com.br/noticias/consequencias-maas/>>. Acesso em: 30 de set. de 2020.



O DIREITO À CIDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA: UM RECORTE DA REALIDADE URBANA BRASILEIRA

Ágatha Depiné

No âmbito do direito urbanístico e da política urbana, no Brasil e em outros países, um dos tópicos essenciais é o direito à cidade ou direito à vida urbana, elaborado pelo filósofo e sociólogo Henri Lefebvre no final dos anos 60. Esse direito, apresentado em sua origem “como um apelo, uma exigência” (LEFEBVRE, 2001, p. 117), se aproxima mais de uma ideia que de um conceito institucionalizado, tendo inspirado movimentos, ativistas, cidadãos e acadêmicos pelo mundo todo. O direito à cidade é, basicamente, o direito coletivo de acesso a benefícios da vida urbana, opondo-se ao acesso desigual, marginalização, segregação e opressão de indivíduos.

Deste modo, “embora exija uma mudança profunda, a visão de Lefebvre é eminentemente prática e pode servir de guia e inspiração a ações concretas para mudar a cidade hoje” (PURCELL, 2014, p. 141). O alcance máximo do direito à cidade depende da possibilidade de construir o espaço urbano a partir da articulação das relações sociais que estão ligadas à ele. Cidadãos se apropriam da cidade apenas à medida em que ela corresponde às suas necessidades e anseios, por isso o desenvolvimento urbano deve levar em conta a realidade cotidiana. A compreensão da realidade dos habitantes deve guiar esse movimento, ultrapassando os limites de um exercício individual e tornando-se um processo colaborativo. Para Lefebvre, a cidade é uma obra coletiva.

Décadas após a publicação de *O Direito à Cidade*, de Lefebvre, e inspirado por esta concepção, o geógrafo David Harvey (2014) defendeu que o direito à cidade vai além do acesso aos recursos, serviços e infraestrutura urbana, sendo basicamente a liberdade de fazer e refazer as cidades de acordo com a vontade cidadã. Essa dinâmica parte, essencialmente, da definição de uma visão de futuro para nós e para nossas cidades. Tal definição, consciente ou inconsciente, sobre quem somos e quem queremos ser, se concretiza no espaço urbano em aspectos como as relações sociais que buscamos, o modo de convivência que estabelecemos com a natureza, o estilo de vida que adotamos e os

valores estéticos que almejamos, entre tantos outros elementos. A cidade que habitamos reflete quem somos.

Harvey, nesse sentido, também se posiciona como crítico dos atuais modelos de urbanização que transformam o espaço e a vida urbana em mercadoria, mercantilizando a qualidade de vida do cidadão e convertendo-o em mero consumidor (HARVEY, 2013). Nestes moldes de desenvolvimento urbano, usufrui plenamente da vida urbana apenas quem pode “pagar” por ela, contrariando o ideal de cidade acessível, equitativa e justa, um resultado almejado pela defesa ao direito à cidade.

Como um resultado dos debates envolvendo o direito à cidade na academia, no urbanismo, em movimentos sociais e em governos, a [Carta Mundial pelo Direito à Cidade](#), colaborativamente elaborada em eventos internacionais nos primeiros anos da década de 2000, formalizou esse conceito como instrumento e referência para práticas, reivindicações, iniciativas cidadãs e políticas públicas, além de estabelecer compromissos e medidas a ser adotadas por diferentes atores do espaço urbano para que todas as pessoas vivam com dignidade nas cidades.

A difusão do documento foi iniciada pela ONU-Habitat em 2007, com atualização em 2009, por meio digital e em eventos ao redor do globo. Na carta se destaca que a maior parte da população urbana mundial é privada ou limitada na satisfação de suas necessidades básicas, seja por fatores econômicos, sociais, culturais ou étnicos. Enquanto isso, o direito à cidade é um direito humano e coletivo, usufruto equitativo da cidade e interdependente a outros direitos. Fazem parte de seus princípios o exercício pleno da cidadania e da gestão democrática da cidade. Sendo a cidade um espaço pertencente a todos os seus habitantes, o direito à cidade abrange também a participação no planejamento e gestão urbanos.

A Nova Agenda Urbana da ONU-Habitat (ONU-HABITAT, 2017), fundamentada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, e uma visão compartilhada entre os Estados-membros para um futuro melhor e mais sustentável nos espaços urbanos, enfatiza a promoção do direito à cidade para que todos e todas possam habitar e produzir assentamentos humanos justos, saudáveis, seguros, acessíveis, resilientes e sustentáveis.

O direito urbanístico e o direito à cidade: fragmento de suas trajetórias no Brasil

Em período precedente à Carta Mundial, no Brasil da década de 80, enfrentando um contexto político marcado pelo intenso debate sobre democracia, cidadania e urbanização, a produção legislativa foi provocada em direção a esses tópicos e culminou na criação de capítulo e artigos dedicados à política urbana na Constituição de 88 (BRASIL, 1988), popularmente conhecida como Constituição Cidadã. Essa transição paradigmática marcou a introdução do ramo do direito urbanístico brasileiro com elementos, instrumentos e normas específicas. Entretanto, foi apenas após mais de uma década da promulgação da Carta Magna que o direito à cidade foi traduzido na legislação brasileira, com o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), em 2001, como o “direito a cidades sustentáveis”.

O Estatuto da Cidade tem por objetivo estabelecer diretrizes gerais para regulamentar os artigos do capítulo direcionado à política urbana na Constituição Cidadã. A primeira diretriz geral apresentada nesta lei, em seu art. 2º, inciso I, é o direito à cidade, neste caso direcionado especificamente a questões de moradia, saneamento, infraestrutura urbana, transporte, trabalho, lazer e serviços públicos, para as presentes e futuras gerações. Tanto em suas diretrizes, quanto em seus instrumentos da política urbana, se destaca o caráter de valorização e promoção da participação popular, da cooperação entre governos, iniciativa privada e demais setores da sociedade no processo de urbanização e da gestão democrática das cidades.

Entretanto, cabe lembrar que o direito à cidade não nasce como um dispositivo legal e nem mesmo pode ser limitado ao âmbito jurídico, pois possui natureza filosófica, sociológica e política. O conteúdo e a amplitude desse conceito extrapolam os limites da legislação, a qual apenas apresenta um fragmento do que significa o direito à cidade. Ainda que um conjunto de políticas e ações derivadas da legislação possa contribuir para o acesso a esse direito, sua completude requer mudanças sociais e políticas mais profundas para combater o acesso desigual à cidade.

A crise sanitária e a negação do direito à cidade no Brasil

Alguns grupos e classes sofrem mais frequentemente a violação de seu direito à cidade e, com isso, os impactos das consequências perversas da exclusão e segregação urbana. Os efeitos da pandemia de coronavírus também atingem de forma desigual a população urbana, tal como vêm mostrando as pesquisas sobre condições de contágio da doença por padrão socioeconômico e étnico-racial. Grupos em situação de maior vulnerabilidade ou risco, como o de pessoas com transtornos mentais, deficiências, população LGBTI+, indígena, negra e ribeirinha precisam de políticas adequadas nesse período. Dados levantados até o momento por diferentes instituições e pesquisadores indicam que a mortalidade por COVID-19 está diretamente relacionada à desigualdade.

Moradores de áreas em situação precária ficam mais expostos à doença em razão de, por exemplo, falta de acesso à água e saneamento básico, enfrentando dificuldades até mesmo para cumprir as indicações básicas de prevenção contra o vírus. A população em situação de rua também está particularmente mais vulnerável durante a pandemia, com seus membros mais expostos ao contágio e em maior dificuldade para garantir a própria sobrevivência, dependentes que são de doações de transeuntes, ações de organizações da sociedade civil e outras atividades.

Após anos de crise econômica, a pandemia reforçou ainda mais as desigualdades de renda no país. A paralisação parcial das atividades econômicas, restrições de circulação e perda de postos de trabalho, os desempregados, autônomos, trabalhadores na informalidade, temporários e sub-remunerados foram rápida e diretamente impactados. Também se destacou o fenômeno do “desemprego oculto”, caso de pessoas que perderam seus postos de trabalho durante esse período, mas optaram por não voltar ao mercado por conta da pandemia.

O desemprego bateu recorde em setembro, alcançando uma taxa de 14% no país e 13,5 milhões pessoas, apresentando um aumento de 33,1% em cinco meses de pandemia. Em novembro, novo recorde mostrou que o desemprego atingiu 14 milhões de pessoas. Apenas entre março a setembro foram fechadas 897 mil vagas de trabalho, com o setor de serviços e o comércio como os mais afetados. Nesse mesmo período, em 5,4 milhões de domicílios brasileiros alguém solicitou empréstimo. A queda de renda da população impacta não apenas os indivíduos e famílias, mas a arrecadação de impostos em Estados e Municípios, o comércio e os pequenos negócios. O Estado interviu para prote-

ger cidadãos em situação vulnerável e mitigar o impacto da crise com a política de auxílio emergencial, mas a desorganização, demora ou não pagamento dos valores devidos, prejudicou muitos. Mesmo com 5% da população nacional vivendo apenas do benefício, ele não foi prorrogado para 2021.

Com o aprofundamento da crise econômica, desafios de habitação e moradia se intensificaram e foram marcados pelo aumento no número de ordens de despejo, população sem teto e o surgimento de novos assentamentos informais nas cidades. Outra faceta da desigualdade socioespacial em nosso país se tornou ainda mais evidente à medida que o isolamento social demandou espaços privados e outros privilégios que grande parte da população brasileira não possui. Isso lançou luz sobre a importância dos espaços públicos como parques, jardins e praças, espaços de acesso à toda população que não apenas contribuem para a coesão social e o bem estar da população, mas também para a saúde pública.

Esses exemplos são apenas alguns dos inúmeros obstáculos enfrentados pelos cidadãos na realidade urbana brasileira. A ausência de uma ação efetiva coordenada e unificada do Estado, a dificuldade na articulação de estratégias para dar resposta à crise causada pela pandemia e o cenário precário e frágil de diferentes aspectos das cidades, tais como saúde e mobilidade, intensificaram os desafios pelos quais a população está passando durante a crise sanitária. A negação do direito à cidade a uma grande parte dos habitantes acontece diariamente e é uma constante, da moradia ao saneamento. O acesso é desigual, limitado por inúmeros fatores e impede o desenvolvimento de uma cidade justa e sustentável.

Além da questão de acesso, o direito à cidade formalizado em nossa legislação e recorrente como tópico de discussão e inspiração para diferentes iniciativas e projetos urbanos, não efetivou a participação cidadã, a construção coletiva e a gestão democrática das cidades no país. Esse caminho ainda precisa ser construído e a crise sanitária trouxe destaque para essa emergência urbana. Por outro lado, enquanto as condições extremas de uma pandemia evidenciaram a triste realidade de nossas cidades, também mostraram o papel que pode ser desempenhado pelos cidadãos para responder e transformar esse cenário, por meio da mobilização, de ações conjuntas e cidadania.

Referências bibliográficas

[BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

BRASIL. **Estatuto da Cidade** (Lei n. 10257/2001). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm>.

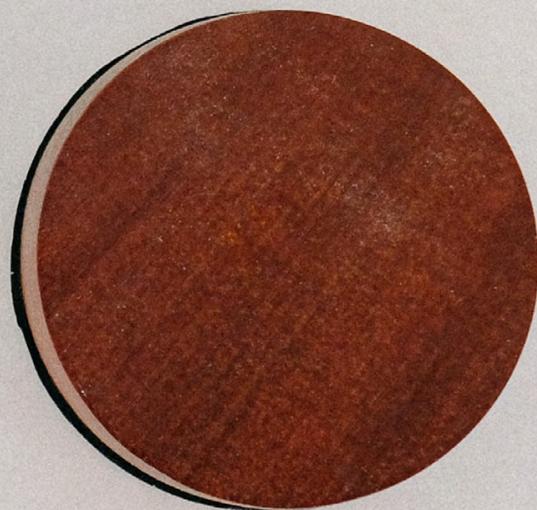
HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. Revista Piauí, 2013. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/>>.

LEFEBVRE, Henry. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001, p. 117.

ONU-HABITAT. **Nova Agenda Urbana** (2017). Disponível em: <<http://uploads.habitat3.org/hb3/NUA-Portuguese-Brazil.pdf?fbclid=IwAR2koIM7MtgBh6i57G4fxWeWpbK52Jr-7sXlrG-dBbJF81bF2GSzY527FWdAY>>.

PURCELL, Mark. Possible Worlds: Henri Lefebvre and the Right to the City. **Journal of Urban Affairs**, 36(1), 2014, p. 141.



INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL DAS COMPETÊNCIAS FEDERATIVAS PÓS-PANDEMIA DA COVID-19

João Henrique Pickcius Celant

Já há algum tempo que o assunto *idades* tem ganhado força nas mais diversas áreas acadêmicas e profissionais, abordando-se a importância de cidades inteligentes, inovadoras, com adequada infraestrutura, permitindo inovação, criatividade, qualidade de vida; cidades completas que permitam que os seus habitantes as usufruam ao máximo.

Na Ciência Política, ganha força a ideia de que a melhor gestão é a gestão localizada, mais próxima dos interesses e particularidades locais, ou seja, aquela realizada diretamente pela própria cidade, pelo Município, em contraponto a clássica ideia do Estado soberano forte, com sua política unitária por todo país, que fazia mais sentido quando surgia o Estado moderno e tornava-se necessário consolidar o poder dessa nova forma política, do que na atualidade, com as sociedades cada vez mais complexas e pluralistas, sendo uma política unitária tendencialmente insuficiente para englobar todas as facetas do desenvolvimento das mais diversas regiões que compõem um país.

Sabe-se que o Brasil é uma República Federativa, ou seja, possui unidades políticas subnacionais com autonomia para a realização da gestão pública regional e local, inseridas na União Federal, responsável pela gestão do país como um todo. Para que seja possível que as três esferas políticas do Brasil (a União, os Estados e os Municípios) não entrem em conflito, é necessária uma repartição de competência, tarefa desenvolvida e exposta na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

O modelo federativo foi criado pelos Estados Unidos da América em sua Constituição em 1787. Após a declaração de sua independência da Grã-Bretanha, os representantes dos treze Estados americanos, reunidos na Filadélfia, elaboraram o texto constitucional em que se uniam para formar um novo Estado, porém, em vez de realizar em uma mera fusão, cada um deles manteve sua organização e competências próprias, todas aquelas que não foram delegadas ao poder central (BASTOS, 1995, p. 96).

Tal contexto é completamente inverso ao brasileiro. O Brasil era um Estado unitário que se transformou em Federação, ou seja, foi o poder central que delegou competências

aos entes subnacionais, e manteve para si tudo aquilo que não delegou. Por isso, enquanto os Estados americanos possuem uma enorme autonomia, as entidades subnacionais brasileiras possuem muito pouca.

Apesar da repartição de competências das unidades federativas brasileiras estar determinada pela Constituição, boa parte da sua compreensão e determinação vem da interpretação dada pelo tribunal constitucional, o Supremo Tribunal Federal (STF), nas ações em que se discute conflito de competência. Assim, a jurisprudência foi se consolidando de que as normativas estaduais e municipais raramente podiam divergir da federal, com exceção de poucos casos, como quando normas ambientais mais rígidas eram criadas. O argumento utilizado para fundamentar esse entendimento foi um suposto *princípio da simetria*²¹, que, porém, não está previsto em lugar nenhum.

A pandemia do novo coronavírus causou profundos impactos em todas as áreas da vida humana, e no Direito brasileiro não foi diferente. A compreensão de qual seria a maneira adequada para lidar com a pandemia criou sérios conflitos entres os entes federativos, principalmente entre uma gestão menos rígida por parte da União Federal e tomadas de medidas mais rígidas pelos Estados-membros. Com a chegada de ações discutindo esses conflitos ao STF, a mais alta corte do Brasil decidiu unanimemente de maneira favorável aos entes subnacionais, mesmo eles instituindo normativas contrárias àquelas federais, resultado que pouco ocorre nas decisões da corte em conflito de competências.

No referendo da medida cautelar deferida pelo relator na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6341, o ministro Edson Fachin explicitou que se tratando de competência concorrente, a União pode legislar sobre o tema, porém resguardando a autonomia dos demais entes federados, sob pena ofensa ao princípio da separação de poderes.

A partir dessa compreensão, muitos juristas levantaram a hipótese de estar surgindo um novo federalismo brasileiro, com uma mudança na compreensão do pacto federativo via uma revisão da interpretação do STF, gerando um aprimoramento da repartição de competências com a efetivação da autonomia constitucional dos entes federados subnacionais por meio de uma maior descentralização das decisões (CONTINENTINO; PINTO,

21 “Ante a indefinição daquela Corte quanto à fixação de um sentido claro e uniforme para o “princípio da simetria”, uma parcela da doutrina constitucional, a pretexto de desvendar-lhe um significado supostamente oculto na jurisprudência, associa-o à ideia de que *os estados, quando no exercício de suas competências autônomas, devem adotar tanto quanto possível os modelos normativos constitucionalmente estabelecidos para a União*, ainda que esses modelos em princípio não lhes digam respeito por não lhes terem sido direta e expressamente endereçados pelo poder constituinte federal.” (LEONCY, 2012).

2020; FRAZÃO; MAZZUOLI, 2020; BRITTO, 2020; ARANTES; GALVANI, 2020).

Acontece que esse novo entendimento ocorre em uma situação muito específica, relativa às práticas de combate ao novo coronavírus, em que houve um apelo mundial que influenciou enormemente nas decisões, sejam elas políticas ou jurídicas, não podendo ser ignorado o fato de que decisões judiciais não são completamente imparciais, com situações externas influenciando nas interpretações. Se o apelo não tivesse sido o mesmo, talvez a decisão fosse diferente, o que deixa uma grande dúvida acerca da continuidade dessa interpretação pós-pandemia ou em situações que outros temas forem discutidos.

Apesar disso, essa situação possui pelo menos o mérito de fortalecer tal discussão, que não é nova, mas não tinha tido nenhum grande avanço nos últimos tempos. Não é de hoje que se levanta que uma maior autonomia aos entes subnacionais poderia ser mais eficiente nas gestões regionais e locais, porém, o entendimento consolidado no STF acerca da impossibilidade, na maior parte das vezes, das decisões subnacionais contrariarem às federais, impediu qualquer avanço nesse sentido²².

As análises jurídicas derivadas desse novo entendimento do STF assinalam um fortalecimento da discussão acerca de uma maior descentralização política, da mesma maneira a Pandemia fortaleceu a discussão acerca da gestão das cidades em outras áreas, o que pode sim levar a uma nova interpretação acerca do papel dos entes subnacionais de maneira mais generalizada e de forma contínua, ultrapassando as questões envolvendo a gestão do Covid-19.

Como destaca Karl Loewenstein (1979, p. 356), a organização federal se baseia na ideia de um compromisso entre os interesses da unidade nacional e a autonomia regional, criando um equilíbrio duradouro e benéfico para todos os participantes. Para que essa ideia seja concretizada, há a necessidade de que a repartição de competências e as relações entre os entes federados seja muito bem estruturada para que esse equilíbrio possa ocorrer.

É por isso que o STF deve rever seu posicionamento em relação ao princípio da simetria, permitindo que os entes regionais e locais tenham maior autonomia nas suas atuações administrativas e legislativas, respeitando a divisão de competências estabele-

²² Pelo menos do ponto de vista de interpretação jurídica, pois houve também tentativa do ponto de vista legislativo, como o Projeto de Emenda à Constituição nº 47, de 2012, de iniciativa das assembleias legislativas de quatorze estados mais a Câmara Legislativa do Distrito Federal, com o objetivo de, entre outras coisas, aumentar expressamente na Constituição a competência dos estados-membros. Porém, por enquanto, sem sucesso de ser votado pelo plenário do Senado Federal, casa iniciadora nesse caso.

cida constitucionalmente, e, conseqüentemente, gerando uma evolução hermenêutica de acordo com as necessidades sociais.

Referências bibliográficas

ARANTES, A. B.; GALVANI, M. S. A Restrição de atividades em tempos de pandemia da Covid-19. **Consultor Jurídico**, São Paulo, 02 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-jun-02/arantes-galvani-restricao-atividades-pandemia#author>>. Acesso em: 06 de nov. 2020.

BASTOS, C. R. **Curso de Teoria do Estado e Ciência Política**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

BRASIL. Constituição (1988).

_____. Projeto de Emenda à Constituição nº 47, de 2012. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/107349>>. Acesso em: 06 de nov. 2020.

_____. Supremo Tribunal Federal. Referendo na Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.341, Brasília, DF, 15 de abril de 2020.

BRITTO, F. C. Covid-19 e a jurisprudência do STF sobre competência legislativa municipal. **Consultor Jurídico**, São Paulo, 15 abr. 2020. Opinião. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-abr-15/opinio-jurisprudencia-stf-competencia-municipal#author>>. Acesso em: 06 de nov. 2020.

CONTINENTINO, M. C.; PINTO, E. V. M. Estamos diante de um novo federalismo brasileiro? **Consultor Jurídico**, São Paulo, 18 abr. 2020. Observatório Constitucional. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-abr-18/observatorio-constitucional-estamos-diante-federalismo-brasileiro#author>>. Acesso em: 06 de nov. 2020.

FRAZÃO, H. A.; MAZZUOLI, V. O. O que a pandemia pode ensinar para a Itália e Brasil

sobre federalismo? **Consultor Jurídico**, São Paulo, 12 maio 2020. Opinião. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-mai-12/frazaomazzuoli-federalismo-durante-covid-19#author>>. Acesso em: 06 de nov. 2020.

LEONCY, L. F. Uma proposta de releitura do “princípio da simetria”. **Consultor Jurídico**, São Paulo, 24 de novembro de 2012. Observatório Constitucional. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2012-nov-24/observatorio-constitucional-releitura-principio-simetria#author>>. Acesso em: 06 de nov. 2020.

LOEWENSTEIN, K. **Teoría de la Constitución**. 2. ed. Barcelona: Ariel, 1979.



NOVAS FORMAS DE TRABALHO, ESPAÇOS DOMICILIARES E ENTREGAS DE VALOR

Maria Augusta Orofino

Em 2020, as empresas se viram desafiadas a encontrar novas maneiras de servir aos seus clientes e às comunidades das quais faziam parte. A crise do coronavírus impulsionou transformações que, analisando há pouco tempo, pareciam impossíveis de acontecer no presente. Para enfrentar a pandemia, líderes e organizações precisaram repensar sobre aquilo que entendiam por espaço, tempo e os seus próprios valores. Como consequência, nos vimos diante de novas formas de trabalho, espaços domiciliares e entregas de valor. Mudanças que, certamente, farão parte daquilo que será o pós-normal.

Há 11 anos, em meio à última crise financeira global, Ian Davis, um dos *managing partners* da McKinsey & Company, escreveu que, na época, para algumas organizações, o foco estava na sobrevivência no curto prazo. Já, para outras, a questão era sobre como se posicionar, quando a crise tivesse passado e tudo voltasse novamente ao normal. “A questão é: como será esse ‘normal’? Embora ninguém possa dizer quanto tempo a crise durará, o que vemos do outro lado não se parecerá com o normal dos últimos anos”, disse.

As palavras de Davis, por mais que tivessem sido colocadas em outra ocasião e em um outro contexto, continuam fazendo sentido nos tempos atuais. Ou seja, embora ninguém possa prever quando a crise passará completamente, há uma certeza em meio ao que está acontecendo, a aparência do pós-normal não será igual a do mesmo normal que imaginávamos anteriormente.

Pré-pandemia vs. pós-normal: um divisor de águas

No começo da pandemia, Kevin Sneader e Shubham Singhal, também da McKinsey & Company, declararam que estamos vivendo uma era que se tornará um divisor de águas fundamental; o período anterior ao coronavírus e o pós-normal que surgirá, o próximo normal. Em uma realidade até então nunca vista, seremos - se já não somos - todos

testemunhas de uma reformulação social e econômica da estrutura em que, tradicionalmente, operavam as empresas e a sociedade.

Naquela ocasião, ambos previam que, em um futuro próximo, iniciariam as discussões sobre as implicações do pós-normal e o que destoará daquilo que, antes, delineava nossa forma de trabalhar, de se relacionar, de viver. É o momento que nos encontramos ao escrever este artigo, no final de 2020.

Porém, mesmo não sabendo quando, há uma hora em que as crises diminuem e vão ficando para trás. Inevitavelmente, é o que também acontecerá com esta. E, mesmo sem uma confirmação do término, já conseguimos identificar mudanças ocasionadas pelo cenário que deverão perdurar no pós-normal.

Para sobrevivência, foi preciso acelerar o que estava acontecendo e inovar na realização de diferentes atividades. E, passado o período de reação, as organizações começaram a constatar que é possível, sim, optar por novas formas de trabalho e, ainda, gerar valor para seus colaboradores, clientes e comunidade. São lições aprendidas que direcionarão o futuro e o que conheceremos como pós-normal.

Tendências organizacionais e resiliência

Em meio a crises, mudanças se fazem necessárias e fragilidades se tornam ainda mais evidentes. Martin Reeves e Kevin Whitaker, da BCG Henderson Institute, apontam que, com a pandemia, muitos líderes anunciaram a intenção de construir seus negócios com mais resiliência. E se há destaques entre os aprendizados deste período que deverão ser levados para o pós-normal, seguramente, a resiliência está entre eles.

Em um cenário em que o ambiente de negócios está cada vez mais dinâmico e imprevisível, a capacidade de uma empresa absorver estresse, de recuperar funcionalidade crítica e de prosperar em circunstâncias fora do padrão tradicional se tornaram fundamentais. E é dessa forma que Reeves e Whitaker definem a resiliência. Para isso, mais do que inserir novas ideias ou ferramentas dentro de abordagens já conhecidas, é necessário um modelo mental de negócio diferente, com outras características organizacionais.

Lembrando que, mais do que gerenciar riscos específicos e conhecidos, o papel da resiliência está, justamente, em lidar com aqueles que não foram identificados. Considerando, assim, as mudanças que a empresa precisa passar para absorver o que está

acontecendo e transformar os obstáculos em diferencial e entrega de valor.

A resiliência pode gerar múltiplos benefícios para as empresas. Como, por exemplo, a antecipação e reconhecimento de ameaças mais rapidamente, a capacidade de resistir melhor ou resistir ao choque inicial, a velocidade de recuperação e uma maior aptidão para o novo ambiente pós-choque.

Além disso, ao pensarmos nas tendências organizacionais que permeiam as novas formas de trabalho no pós-normal, chegamos em alguns denominadores comuns:

Mindset de ecossistema: as empresas, independente de quais forem, possuem algo em comum, ou seja, o suporte de uma rede de pessoas externas. São seus fornecedores e parceiros, aqueles que atuam em conjunto para que exista uma criação e entrega de valor. No entanto, as empresas de sucesso elevam essa máxima para um outro nível, fazendo das suas redes uma extensão delas próprias. A partir disso, ganham forças e expertise para arriscar mais, identificar mais oportunidades e aprofundar conexões e relacionamentos de confiança.

Aprenda como aprender: da mesma maneira que as novas formas de trabalho no pós-normal terão suas diferenças daquilo que vinha sendo realizado até então, os colaboradores também terão mudado de acordo com aquilo que vivenciaram no decorrer da crise. Por isso, as empresas deverão trabalhar com seus times, a habilidade de aprender como aprender, ou seja, como se adaptar e mudar rapidamente. É algo que já ocupava a atenção de muitas organizações e que, durante a pandemia, se tornou ainda mais importante.

Desde o começo da crise, as equipes e lideranças tiveram que compreender e adotar novas formas de liderar, administrar os colaboradores rapidamente e tomar decisões em um ritmo mais acelerado do que era necessário até então. Também as inovações e tecnologias foram aprimoradas e exigiram uma curva veloz de aprendizado. Por conta disso, em uma nova forma de trabalho, aprender e se adaptar continuamente serão pré-requisitos para o sucesso.

Dados para decisões: os fatos e percepções foram e estão sendo utilizados massivamente para orientar tomadas de decisão. Porém, existe ainda a necessidade das em-

presas se equiparem com plataformas que possibilitem o acesso a dados estratégicos que complementem e deem segurança para as lideranças optarem por determinado caminho. Reunir, organizar, interpretar e agir com base em dados e análises se tornou um diferencial competitivo que fará parte das novas formas de trabalho no pós-normal.

Ensinaamentos que definirão uma nova forma de trabalhar

A pandemia fez com que líderes e empresas precisassem se estruturar para responder às necessidades do momento, buscassem compreender as transformações que deveriam ocorrer e, por sua vez, começassem a planejar o caminho a ser seguido no pós-normal. As mudanças que aconteceram em decorrência disso passaram de ações de sobrevivência para aprendizado em prol do futuro. Há oportunidades para refletir e abraçar as possibilidades que definirão nossa forma de trabalhar.

Especialistas da Deloitte selecionaram alguns dos principais ensinamentos que estão abrindo portas para um novo futuro no pós-normal. Dentre eles, estão a importância de pertencer, as práticas de bem-estar e a adaptabilidade.

Importância de pertencer: o cenário da crise trouxe à tona o quanto as pessoas são motivadas quando conectam suas contribuições profissionais com um propósito e missão. Os colaboradores desejam contribuir quando entendem como seus talentos impactam em objetivos maiores do que eles. Por isso, as organizações deverão se certificar de que estão proporcionando conexões claras dos indivíduos com os objetivos da equipe e a missão da empresa.

Práticas de bem-estar: além de promover o diálogo aberto e práticas de bem-estar, é hora de incorporar o bem-estar em si, desde o design organizacional até a entrega do trabalho. Redesenhando, assim, um trabalho que vá em direção aos resultados e não somente às atividades.

Adaptabilidade: é mais importante saber o que os colaboradores são capazes de fazer do que entender o que eles fizeram anteriormente. Por essa razão, a adaptabilidade se torna um destaque à medida em que as equipes precisam assumir novas funções e papéis, contribuindo para a criação de oportunidades.

O futuro dos espaços de trabalho

Em um período pré-pandemia, os escritórios ocupavam um lugar bastante sólido quando se pensava em um ambiente de produtividade e inovação. Afinal, era lá que as pessoas se encontravam fisicamente. No entanto, com as mudanças que as empresas se viram obrigadas a realizar, mais do que um escritório moderno, o pós-normal trata tendências que vão ao encontro de uma nova forma de trabalho. Não mais remota ou em home office, mas “*anywhere*”.

Escritórios menores, arquitetura aberta, salas com distanciamento, coworking e hubs regionais que permitem que as pessoas trabalhem perto das suas casas e sem a necessidade de enfrentar o trânsito das cidades. As empresas, a comunidade e outros negócios serão impactados pelo novo momento. Café, restaurantes e hotéis, poderão sair do propósito original e se adaptar para oferecer espaços para quem precisa trabalhar ali.

Com os escritórios diminuindo seus espaços físicos e permitindo que as pessoas se aloquem em lugares diversos, ou que trabalhem presencialmente em escalas, as estruturas das empresas poderão ser utilizadas para outros fins, como reuniões e apresentações. Mesmo com as atividades podendo ser realizadas online, os espaços ficarão à disposição para que sejam usados quando for preciso.

Se, de uma hora para outra, a mesa da sala de jantar se tornou local de trabalho, agora, no pós-normal, as empresas deverão proporcionar a estrutura para que os colaboradores possam se dedicar às atividades e aos resultados. Isso inclui a preparação de um ambiente propício, não só com os equipamentos tecnológicos, mas com líderes preparados para lidar com novos contextos, com novos desafios e oportunidades que o trabalho remoto possibilita.

A reinvenção da forma de trabalho e dos ambientes da empresa ou domiciliares estará alicerçada nos ensinamentos que tivemos durante a crise. Por isso, no fim, o importante será oferecer a segurança que as pessoas precisam para realizar suas atividades, se conectar com os outros e alcançar os objetivos das organizações.

De tudo que as organizações e sociedade viveram até aqui, algo é certo, quando entrarmos no pós-normal, teremos um novo contexto econômico, organizacional e empresarial. As inovações tecnológicas, as necessidades dos colaboradores, as novas formas de trabalho e os espaços em que isso acontece, impactarão nas entregas de valor.

É preciso olhar para o entorno e perceber o que é relevante para o novo momento e, principalmente, qual será o impacto para os clientes, parceiros e comunidade. Saímos de uma crise com aprendizados, anseios e, por sua vez, uma outra maneira de gerar valor. Por isso, mesmo em um novo ambiente, quem estiver preparado e atento, encontrará oportunidades para prosperar.

Referências bibliográficas

DAVIS, I. **The new normal**. Disponível em: <<https://www.mckinsey.com/business-functions/strategy-and-corporate-finance/our-insights/the-new-normal>>. Acesso em: 02 de nov. 2020

DELOITTE. **Returning to work in the future of work**. Disponível em: <<https://www2.deloitte.com/us/en/insights/focus/human-capital-trends/2020/covid-19-and-the-future-of-work.html>>. Acesso em: 02 de nov. 2020

REEVES, M.; WHITAKER, K. **A Guide to Building a More Resilient Business**. Disponível em: <<https://hbr.org/2020/07/a-guide-to-building-a-more-resilient-business>>. Acesso em: 02 de nov. 2020

SNEADER, K.; SINGHAL, S. **The future is not what it used to be**: Thoughts on the shape of the next normal. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/featured-insights/leadership/the-future-is-not-what-it-used-to-be-thoughts-on-the-shape-of-the-next-normal>>. Acesso em: 02 de nov. 2020.



CRIAÇÃO E COLABORAÇÃO NO TRABALHO REMOTO: O QUE LEVAREMOS PARA O MUNDO PÓS-PANDEMIA?

Mônica Renneberg da Silva Carlesso

Trabalho com Educação a Distância desde 2005, quando tive a oportunidade de atuar como designer na equipe do Curso de Licenciatura em Letras-Libras, da Universidade Federal de Santa Catarina, ofertado em 15 polos em todo o Brasil. Algum tempo depois atuei como gerente de projetos de criação de materiais didáticos para alguns projetos do Ministério da Educação. Dentre estes, os cursos básicos de aperfeiçoamento do PROINFO Integrado, que atingiu mais de 350 mil professores das redes públicas de ensino em todos os Estados do Brasil (RAMOS, 2013).

Projetávamos experiências de aprendizagem para um público amplo e diverso, dependendo de tecnologias ainda com baixo desempenho - comparando com o que se tem hoje. Os conteúdos produzidos por especialistas eram reinterpretados para a modalidade e em geral apresentados em vídeo, textos, animações e imagens, diagramados no ambiente virtual de aprendizagem (Moodle), ou gravados em um CD e enviados para cada professor, juntamente com livros impressos. Assim, o conteúdo era projetado para três formatos: digital online, digital offline e impresso. Os momentos de interação síncrona eram pré-programados e aconteciam nos polos, geralmente em universidades federais, onde era necessário haver uma infraestrutura de câmeras, internet e um oneroso equipamento para as videoconferências. A aprendizagem acontecia principalmente no formato tradicional - conteúdos trazidos pelo professor para alunos, com abertura para perguntas em determinado momento.

Houveram outras experiências relevantes, como as graduações das licenciaturas da UFSC na modalidade à distância (Física, Biologia, Matemática, Inglês, Português, Filosofia, entre outras) e ainda uma especialização em Gestão do Cuidado para uma Escola que Protege, também de abrangência nacional. Mas certamente uma das que mais transformou minha forma de pensar sobre EaD e conseqüentemente sobre o que significa gerenciar equipes de produção de materiais didáticos foi a Especialização em Educação na Cultura Digital, uma parceria entre UFSC e MEC que tive a oportunidade de ajudar a

nascer. O processo de criação e desenvolvimento dos conteúdos contou com uma grande rede de pessoas: pesquisadores e especialistas espalhados por todo o Brasil, além das equipes de design, design instrucional, vídeo, revisão textual e gestão alocados em Florianópolis - no total, aproximadamente 150 pessoas envolvidas para pensar e tangibilizar uma especialização de no mínimo 360 horas de formação (mas foram produzidas mais 1200 horas de módulos flexíveis), que impactou a vida de muitos educadores em todo o Brasil.

Em 2012, ano em que a Especialização começou a ser projetada, as tecnologias para colaboração remota já eram bastante similares ao que temos hoje: sistemas para gestão de fluxo/demandas de projeto, apps para videoconferências, aplicações para trabalho textual colaborativo, além dos softwares para criação de recursos visuais (vídeos, animações, etc). Apesar de ser um cenário diferente, onde muitas pessoas ainda não estavam habituadas a trabalhar de forma remota, tínhamos algumas vantagens na equipe: especialistas e pesquisadores que estudavam sobre os impactos de tecnologias digitais, portanto pessoas que tem a coragem de experimentar novas formas de trabalhar; tínhamos um grupo ideologicamente motivado em fazer algo diferente pela educação no Brasil. Hoje é possível dizer que o Curso foi um sucesso e o trabalho colaborativo realizado majoritariamente de forma remota impactou a vida de muitas pessoas no Brasil inteiro, não só em termos de pessoas formadas, mas também da participação como autores coletivos no processo de criação do Curso.

Essa retrospectiva tem a finalidade de carregar o leitor para as minhas memórias de quando comecei a pensar sobre processos de aprendizagem a distância e sobre colaboração e criação remota. Olhando para trás, reflito o quanto a Educação a Distância contribuiu para este movimento de pessoas que eram colocadas em frente ao computador para criarem e compartilharem conhecimento. O principal benefício em se colocar como aluno da modalidade era a promessa de poder estudar em qualquer lugar - alcançando pessoas nos mais longínquos locais do Brasil -, com maior liberdade em seus horários. Mas também havia o benefício de fazer parte das equipes de criação de materiais didáticos para EaD, que nos colocava quase que na vanguarda de projetar experiências de aprendizagem colaborativas remotas.

Trabalhar com EaD também significava naturalizar o uso de máquinas para estender suas atividades cognitivas e colaborar com pessoas de qualquer parte do mundo. Para fazer isso você também precisava ter certa autonomia sobre os próprios processos

de criação de conhecimentos, além de proatividade amparada pelo espaço de confiança que deve existir na cultura organizacional do grupo de trabalho.

A partir deste relato, meu ponto é que desde 2005 participo de equipes que tem a mentalidade de experimentação de tecnologias e de novas formas de colaboração. Pessoas cujo desejo de alcançar resultados de excelência a partir da conexão com o melhor do conhecimento se mescla com o anseio de se sentirem seres autônomos, livres para criar em seus espaços de trabalho. O que integrava todos os fluxos e processos eram valores caros à Gestão Colaborativa, dentre os quais, destaco aqui: (i) comunicar mais e melhor com objetivo de ampliar espaços colaborativos; (ii) projetar mecanismos de interação para criar espaços de escuta e cocriação, ou seja, reuniões bem planejadas e centradas na relevância da diversidade de opiniões; (iii) estruturar metodologias e ferramentas para aperfeiçoar a gestão do conhecimento.

Quinze anos depois e muita coisa mudou, principalmente o que diz respeito às tecnologias – novos ambientes de aprendizagem virtual, novas linguagens de programação, novos softwares para criar vídeos, animações, novos usos para ferramentas antigas, tudo para potencializar a frenética interação entre as pessoas. E junto disso, vivemos um momento sem precedentes na história contemporânea, o ano da pandemia COVID - já se fala em era pré-COVID e era pós-COVID. Sem se ater muito a futurologia, mas imaginamos que o ano de 2020 será um ano de transição da humanidade, que mais do que transformação digital, tem sido um ano de transformação das pessoas.

No início deste ano inusitado comecei a atuar em um projeto com 12 pesquisadores que nunca encontrei pessoalmente, de várias partes do Brasil. É um trabalho intensivo em criação de conhecimento, e exige muita colaboração para que todas as partes avancem em sintonia. Além das atividades de pesquisa e criação de documentos referentes ao tema do projeto - que ainda está em andamento e, portanto, é sigiloso -, fui desafiada a desempenhar uma atividade que há muitos anos não performava: a de designer gráfico. É neste ponto em que eu vi a maior transformação na forma de colaborar e criar. Foram envolvidos todos os 12 integrantes da equipe na cocriação do DNA de marca e logotipo, além de 10 stakeholders de duas organizações públicas parceiras na realização do projeto.

Um processo como este realizado presencialmente já tem sua complexidade, mas remotamente poderia ter ainda mais obstáculos. Mas não foram apresentadas tantas dificuldades, e, apesar de ter sido um processo distribuído em um número considerável de semanas, foi fluído e gerou muitos resultados tangíveis e intangíveis. O que mudou? As

peças estão mais abertas aos momentos de interação? Estão mais abertas a experimentação de novas ferramentas, novas formas de trabalhar? Estão otimizando suas formas de contribuir com os colegas, dar sugestões/opiniões para evitar atritos a distância? Estão carentes de interação social e aproveitam estes momentos para isso?

Não tenho essas respostas e imagino que ninguém as tenha, mas ficam aqui registradas como sugestão para pesquisas futuras. Por outro lado, o que foi possível “controlar” de certo modo nestas experiências intensivas em colaboração e criatividade, foram pontos que concernem a facilitação de processos participativos de tomada de decisão. Contribuo então com algumas boas práticas abaixo:

- Projetar as reuniões de colaboração e criação como uma entrega de serviço, ou seja, desenhar os rituais da mesma forma que você projetaria um aplicativo;
 - Elaborar um *script* do que acontece no tempo da reunião, distribuindo as atividades em intervalos ágeis e intercalando exposição, reflexão, compartilhamento e ação;
 - Manter o foco no objetivo da reunião/momento de colaboração, esclarecendo comandos, responsabilidades e outputs;
 - Deixar os momentos expositivos mais extensos para interação assíncrona (por vídeo ou solicitando a leitura de algum material);
- Criar um espaço de confiança criativa;
 - Momentos quebra-gelo (ice-breaker) e aquecimento (warm-up) no começo da reunião contribuem para que as pessoas criem certo grau de intimidade;
 - Liderar uma postura de vulnerabilidade, ou seja, permissão para errar, humildade, busca pela comunicação clara e respeitosa;
 - Garantir a criação de vínculo entre as pessoas para que vejam mais uns aos outros de forma mais humana, não apenas como mais um quadrado na tela dividida;
 - Corresponsabilizar as pessoas pela qualidade do momento, lembrando a importância da presença.
- Comunicar a agenda e lembrar regras e procedimentos para as solicitações sempre que possível;
- Liderar a reunião mantendo uma postura de facilitador;

- Garantir que todos tenham voz e que vejam suas contribuições sendo debatidas e incluídas no processo criativo;
- Emular conversas de café e incluir momentos de intervalo em reuniões que ultrapassam uma hora e meia;
- Utilizar uma ferramenta intuitiva para explicitar as ideias visualmente (Mural, Miro, Google Slides);
- Encorajar o compartilhamento de *insights* posteriores.

Milhares de postagens sobre o assunto foram escritas nas redes sociais e muitos eventos criados para debater o trabalho remoto, ou trabalho de casa – inclusive tem sido feita uma distinção entre o *remote* ou *distributed work*, do *work from home*. Não cabe exaurir as boas práticas aqui, apenas citar as mais relevantes com base no que tenho visto e experienciado nos últimos anos. Além disso, cada contexto e grupo de pessoas distintos se adaptará melhor a diferentes práticas, portanto, a generalização para diferentes realidades deve ser realizada com cuidado.

Para além de práticas, o que fica então para o mundo pós-pandemia? Com base nas memórias que resgatei e uma experiência bem-sucedida deste período, penso que pessoas continuam sendo pessoas, apenas estarão cada vez mais mediadas por telas. Colaboração remota continua sendo colaboração. E criatividade idem. Seja em 2005 ou em 2020, o trabalho em equipes distribuídas (ou remotas) diz respeito a ferramentas tecnológicas e processos sim, mas implica muito mais no desenvolvimento das competências necessárias para criar colaborativamente: abertura, confiança, conexão, empatia, autonomia, mentalidade de experimentação, curiosidade, dentre outras.

As pessoas estão se vendo cada vez mais impelidas a se adaptarem com a colaboração remota, mas acredito que o que fica tem menos a ver com tecnologias, e mais com humanidades e suas complexidades. Este período de transformação digital compulsória escancarou que cada vez mais deixaremos para as máquinas aquilo que é automatizável, aquilo que o cérebro faria sem muito esforço cognitivo para concentrarmos mais nossa capacidade em forjar melhorias para a colaboração humanizada, em desenvolver as competências necessárias para que o conhecimento e criação de conhecimentos ocorram, seja por meio de telas, ou estando todos no mesmo espaço físico.

Referências bibliográficas

RAMOS, E. **Curso de especialização em educação na cultura digital: documento base** - 1. ed. – Brasília: Ministério da Educação, 2013. Recurso online (34 p.: il) Livro eletrônico com extensão .pdf. Disponível em: <<http://educacaonaculturadigital.mec.gov.br/downloads/documento-base.pdf>> Acesso em: 25 de out. 2020.



HABILIDADES-CHAVES PARA PMES URBANAS VENCEREM A PANDEMIA

Gaspar Antônio Peixoto
Diego Antônio Bittencourt Marconatto
Emidio Gressler Teixeira

As pequenas e médias empresas (PMEs) são a espinha dorsal da economia mundial. Mais de 98% dos negócios são PMEs, as quais, conjuntamente, garantem mais de 60% dos empregos em todo o mundo. O próprio tecido socioeconômico das cidades depende fundamentalmente da presença e da performance das suas PMEs. A relevância desses negócios torna particularmente preocupante o impacto do COVID19 sobre o setor

A queda das vendas, problemas crônicos de abastecimento e a consequente falta de liquidez gerados pelas medidas de contenção ao vírus vêm causando enormes danos as PMEs. A geografia das cidades agrava as restrições impostas a esses negócios, visto que as medidas de distanciamento social e políticas de *lockdown* impedem ou afetam drasticamente o seu funcionamento. O contexto drástico já causou o desaparecimento de centenas de milhares de PMEs ao redor do Brasil. E, como consequência imediata, observamos o aumento dos níveis de desemprego e das mazelas sociais que o acompanham.

Esse cenário impõe o desafio de entender como as *PMEs podem vencer em períodos de crise*. Assim, desenvolvemos uma breve pesquisa, pela qual buscamos identificar os fatores comuns e que diferenciam as PMEs que estão crescendo durante a pandemia do COVID19. Analisamos 188 PMEs localizadas em cidades de médio porte do centro do estado do Rio Grande do Sul para identificar como elas configuram elementos de negócio que foram fortemente impactadas pelo COVID19: gestão de fornecedores e de fluxo de caixa. Analisamos esses dois fatores em conjunto com o impacto da pandemia sobre a PME e o nível de educação do seu gestor principal. Abaixo explicamos por que incluímos todos esses fatores na presente pesquisa.

O fato de que 47% das empresas brasileiras estão enfrentando problemas de abastecimento durante a pandemia comprova, por si só, a importância da gestão de fornecedores para PMEs. Um bom gerenciamento das suas relações de fornecimento é vital

para garantir a continuidade operacional do negócio. Níveis adequados de estoque - que atendam aos parâmetros de tamanho e complexidade das PMEs - não podem ser mantidos sem um controle adequado das compras. Ao mesmo tempo, a gestão de fornecedores impacta diretamente a qualidade e a variedade dos produtos e serviços entregues pelas PMEs ao seu público alvo, assim como também afeta margens de lucros e, no final das contas, o volume de vendas dessas empresas.

Em segundo lugar, a queda abrupta das vendas gerada pelas políticas de contenção ao COVID19 produziu uma crise inédita de liquidez entre as PMEs brasileiras. Se, historicamente, as PMEs brasileiras já trabalhavam com baixas reservas de dinheiro, pesquisas recentes mostram que elas têm caixa suficiente para manter o negócio por apenas 23 dias sem operar, em média (SEBRAE, 2020). Ao mesmo tempo, vários estudos reconhecem que a capacidade de gerenciamento de fluxo de caixa sempre foi fundamental para a sobrevivência e crescimento de PMEs (NUNES; VIVEIROS; SERRASQUEIRO, 2012; YAZDANFAR; OHMAN, 2016). Como o dinheiro é o ativo mais fungível de qualquer empresa, a base de valor que viabiliza, ao menos parcialmente, a captação e manutenção dos seus outros recursos, saber gerenciar os movimentos e reservas de caixa são essenciais para o sucesso do negócio.

Em terceiro lugar, é preciso entendermos *como* a crise desencadeada pelo COVID19 afetou as PMEs. De modo geral, o impacto foi negativo. *Reports* em várias partes do mundo informam que os pequenos negócios foram brutalmente atingidos pela pandemia (COWLING; BROWN; ROCHA, 2020; OECD, 2020). Porém, existem situações diversas, e PMEs podem eventualmente ter se beneficiado da situação atual por diferentes motivos. Os negócios com melhor gestão financeira e de fornecedores podem, por exemplo, mostrar maior resiliência ou então estar em uma melhor posição para aproveitar os espaços de mercado deixados por aquelas empresas que fecharam as portas (COWLING; LIU; ZHANG, 2018).

Esse modo de impacto do COVID19 sobre as PMEs nos leva à quarta e última dimensão analisada nesse ensaio: o nível de educação formal dos gestores desses negócios. A educação é elemento central do capital humano, um constructo sempre considerado importante para a performance de todas as empresas e, mais especificamente, das PMEs. Gestores melhores qualificados tendem a ser mais flexíveis, inovadores e resilientes. Eles tendem a possuir um maior repertório de ações disponíveis o qual, presume-se, pode ser mobilizado para fazer frente a situações drásticas como a qual o mundo vive agora.

No próximo tópico, mostramos como nossa pesquisa foi realizada para, após apresentarmos e discutirmos os seus resultados.

Método de pesquisa

Os dados utilizados neste estudo foram coletados em duas fases distintas. Na primeira fase, em 2014 e 2015, obteve-se informações por meio de entrevistas presenciais realizadas em conjunto com um projeto de extensão de uma universidade brasileira. Nesta etapa, foram avaliadas as estratégias de gestão de fornecedores e de fluxo de caixa de microempresas – com faturamento até R\$360 mil – dos setores de comércio e indústria da região centro-ocidental do Estado do Rio Grande do Sul. A amostra final com este perfil organizacional foi de 862 empresas. A segunda etapa da coleta de dados deu-se por meio de entrevistas por telefone, que foram realizadas nos meses de agosto e setembro de 2020, durante a crise provocada pela pandemia de COVID-19. Foram contatados todos os gestores das empresas que sobreviveram neste interstício. Os entrevistados foram questionados a respeito da sua percepção em relação ao desempenho da empresa – em volume de vendas entre 2015 e 2020 – e impacto da pandemia nos seus negócios. Da amostra inicial, 188 empresas participaram da segunda etapa (Tabela 1).

Para analisar os dados, utilizou-se o método *fuzzy-set Qualitative Comparative Analysis* (fsQCA) (RAGIN, 2008; 2017). Essa técnica propicia avaliar como as PMEs em crescimento configuram a gestão de fluxo de caixa e fornecedores com o capital humano disponível (nível de escolaridade dos gestores), considerando o impacto da pandemia nos seus negócios. Por meio de teoria dos conjuntos difusos e minimização lógica, este método tem sido amplamente utilizado para fornecer insights úteis para o campo das pesquisas de gestão (BRENES; CIRAVEGNA; ACUÑA, 2020; COVIN et al., 2020).

O método fsQCA requer a calibração das condições causais e do *outcome*, ou seja, a transformação de dados comuns em conjuntos *fuzzy* (RAGIN, 2008). Este procedimento consiste em redimensionar as medidas coletadas para 95º, 50º e 5º percentil, respectivamente. Para este propósito, adotou-se procedimentos semelhantes de estudos anteriores, baseado em percentis e mediana das medidas originais (CRESPO; RODRIGUES, SAMAGAIO; SILVA; 2019). Adicionalmente, o fsQCA requer um ajuste preliminar com base na frequência e consistência. Seguindo estudos anteriores, adotou-se 0,90 como corte

de consistência e 1 como limite do número de casos (COVIN et al., 2020). Além disso, para fortalecer a robustez dos resultados, eliminamos as linhas da tabela verdade em que a pontuação do índice de redução proporcional na inconsistência (PRI) é inferior a 0,50 (GRECKHAMER; FURNARI; FISS; AGUILERA, 2018).

Tabela 1 – Descrição da amostra

Setor e atividade de atuação das PMEs (N = 188)					
Setor	N	%	Atividade	N	%
Comércio	166	88,3%	Com. e man. de veículos automotores	27	14,4%
			Comércio atacadista	4	2,1%
			Comércio varejista	130	69,1%
			Outros	5	2,7%
Indústria	22	11,7%	Produtos alimentícios	8	4,3%
			Vestuário, calçados e acessórios	4	2,1%
			Artefatos de metal ou madeira	5	2,7%
			Mármore, granitos e outras pedras	2	1,1%
			Outros	3	1,6%
Idade e tamanho das PMEs (N = 188)					
Idade da firma (2020)	Média	14,9	Número de funcionários (2020)	Média	2,6
	Desv. P.	5,4		Desv. P.	3,1
	Mín.	7,1		Mín.	0,0
	Máx.	25,7		Máx.	25,0

Fonte: dados da pesquisa realizada pelos autores.

Resultados e conclusões

A primeira etapa da análise de fsQCA é avaliar a necessidade, ou seja, se a presença ou ausência de cada condição causal é necessária para a ocorrência do fenômeno em análise. Nossos resultados mostram que nenhuma condição causal atingiu a consistência

mínima exigida (0,90), ou seja, nenhuma condição *per se* - ou a ausência dela - leva ao crescimento das PMEs. A segunda etapa – a análise de suficiência – identifica as configurações das condições causais (impacto da pandemia no negócio, gestão de fornecedores e de fluxo de caixa e escolaridade do gestor) que conduzem ao outcome (crescimento das PMEs em volume de vendas) (Tabela 2).

Nossos resultados apontam duas configurações robustas presentes em PMEs que estão crescendo durante a atual crise. Na *primeira configuração*, encontramos PMEs com boa gestão de fornecedores e de caixa e que, ao mesmo tempo, reportam ter tido seus resultados econômicos impactados de modo positivo pela pandemia. A garantia do abastecimento dos próprios estoques em um tempo que metade das empresas brasileiras sofre com falta de insumos e produtos deve ter contribuído para o resultado positivo daqueles negócios. Ao mesmo tempo, o gerenciamento apropriado dos movimentos de caixa e a manutenção de reservas saudáveis de dinheiro possivelmente permitiram a essas PMEs aproveitar oportunidades imediatas e, ao mesmo tempo, atravessar com segurança o período mais conturbado. *Em suma, propomos a partir desse achado que uma crise repentina, tal a qual estamos vivendo, beneficia aquelas PMEs urbanas que estão mais bem preparadas.* Essas firmas têm mais condições de crescer ao ocupar os espaços deixados pelas empresas concorrentes que, por falta de gestão, acabaram por desaparecer.

Tabela 2 – Análise de suficiência

Solução Intermediária	Cobert. total	Cobert. única	Consistência
$COV * FOR * FCX$	0,36964	0,19194	0,91846
$\sim COV * \sim FOR * EDU$	0,26025	0,05871	0,93103
Outcome: Crescimento em volume de vendas			
Corte de frequência: 1			
Corte de consistência:			
0,915478			
Cobertura da solução:			
0,579051			
Consistência da solução:			
0,87325			

Fonte: Dados da pesquisa.

Notas: As configurações que tiveram consistência inferior à 0,90 foram desconsideradas. O símbolo de til (~) antes da condição causal representa a ausência da condição. COV = impacto (positivo) da pandemia de COVID nos negócios. FOR = gestão de fornecedores. FCX = gestão de fluxo de caixa. EDU = nível de escolaridade do gestor.

A *segunda configuração* presente em PMEs que estão crescendo durante a atual crise indica firmas que reportam terem sido impactadas negativamente pela pandemia e que não possuem uma forte gestão de fornecedores, mas que possuem gestores com um nível mais alto de formação. Em outras palavras, essas PMEs conseguiram crescer mesmo sendo atingidas diretamente pela pandemia e sem ter um forte controle das suas relações e processos de fornecimento. Entendemos que a formação dos seus gestores foi o fator chave para garantir o seu crescimento. *Mais especificamente, propomos que as PMEs urbanas lideradas por gestores altamente qualificados têm a expertise necessária para responder rapidamente a crises repentinas, eventualmente transformando o seu modelo de negócio.*

Os achados dessa breve pesquisa mostram então que as PMEs localizadas em mercados urbanos, fortemente afetados pela pandemia, precisam aprimorar sua capacidade de gestão de fornecedores e de caixa, e também desenvolver, ou captar e manter, gestores qualificados. Esses são caminhos fortemente indicados para esses negócios vencerem em épocas de crise, como a da pandemia do COVID19.

Referências bibliográficas

BRENES, E. R.; CIRAVEGNA, L.; ACUÑA, J. Differentiation strategies in agribusiness – A configurational approach. **Journal of Business Research**. Ahead of print, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2020.07.048>

COVIN, J. G.; RIGTERING, J. P. C.; HUGHES, M.; KRAUS, S.; CHENG, C. F.; BOUNCKEN, R. B. Individual and team entrepreneurial orientation: Scale development and configurations for success. **Journal of Business Research**, v. 112, p. 1–12, 2020.

COWLING, M.; BROWN, R.; ROCHA, A. Did you save some cash for a rainy COVID-19 day? The crisis and SMEs. **International Small Business Journal: Researching Entrepreneurship**, p. 1–12. Ahead of print, 2020. <https://doi.org/10.1177/0266242620945102>

COWLING, M.; LIU, W.; ZHANG, N. Did firm age, experience, and access to finance count? SME performance after the global financial crisis. **Journal of Evolutionary Economics**, v. 28, n. 1, p. 77–100, 2018.

CRESPO, N. F.; RODRIGUES, R.; SAMAGAI, A.; SILVA, G. M. The adoption of management control systems by start-ups: Internal factors and context as determinants. **Journal of Business Research**, v. 101, p. 875–884, 2019.

GRECKHAMER, T.; FURNARI, S.; FISS, P. C.; AGUILERA, R. V. Studying configurations with qualitative comparative analysis: Best practices in strategy and organization research. **Strategic Organization**, v. 16, n. 4, p. 482–495, 2018

NUNES, P. M.; VIVEIROS, A.; SERRASQUEIRO, Z. Are the determinants of young SME profitability different? Empirical evidence using dynamic estimators. **Journal of Business Economics and Management**, v. 13, n. 3, p. 443–470, 2012.

OECD. **Coronavirus (COVID-19): SME Policy Responses**. 2020. Disponível em: <<http://www.oecd.org/coronavirus/policy-responses/coronavirus-covid-19-sme-policy-responses-04440101/>>.

RAGIN, C. **Redesigning social inquiry: Fuzzy sets and beyond**. Chicago: University of Chicago Press, 2008.

RAGIN, C. **User's Guide to Fuzzy-Set / Qualitative Comparative Analysis**. Irvine: University of California, 2017.

SEBRAE. **O impacto da pandemia de corona vírus nos pequenos negócios**. 2ª edição, 2020. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2020/04/Impacto-do-coronavirus-nas-MPE-2aedicao_geral-v4-1.pdf>.

YAZDANFAR, D.; ÖHMAN, P. The impact of trade credit use on firm profitability: empirical evidence from Sweden. **Journal of Advances in Management Research**, v. 13, n. 2, p. 116–129, 2016.



RESSIGNIFICANDO OS ESPAÇOS DOS ECOSISTEMAS DE INOVAÇÃO: EM DIREÇÃO AO MODELO HÍBRIDO

Jorge Audy
Flávia Siqueira Fiorin

O que define a qualidade de uma grande Universidade são seus acadêmicos (docentes, pesquisadores e estudantes), os talentos que fazem a diferença entre as Instituições. Mas a infraestrutura, incluindo seus espaços, embora não determinante, contribui para implementar a visão de futuro de uma grande Instituição, ou de um projeto de porte relevante, como um Parque Científico e Tecnológico, ou tipos de ecossistemas de inovação.

Assim, quando um ecossistema de inovação ou novos projetos são construídos, não acrescentam somente novos espaços aos existentes. Revelam, por meio da arquitetura e espaços, seus valores, aspirações e visão de futuro. Os novos espaços não são somente respostas às demandas imediatas, mas a expressão de sua fé no seu futuro e no futuro da sociedade onde atuam, bem como, seu papel na construção desta sociedade.

A pandemia colocou uma lente de aumento jamais vista sobre a sociedade. E esta lente fez com que emergissem debates e situações que derrubaram verdades até então inquestionáveis. Do dia para noite, nossa liberdade de deslocamento foi limitada, seja pela imposição de medidas de distanciamento, seja pela consciência individual ou mesmo pelo medo do desconhecido. À medida que deixamos de circular e nos afastamos fisicamente, nos conectamos. Mas fica a pergunta, e os ambientes físicos de trabalho, convivência e interação, que caracterizam os melhores ecossistemas de inovação do mundo?

A aproximação digital foi uma avalanche que levou as tecnologias corriqueiras a uma geração às mãos de todos. Para os mais velhos, a resistência não foi apenas pela adoção da tecnologia, mas também pelo sentimento de incredulidade por estar longe de quem preenchia seus dias. Crianças que até então tinham os celulares dos seus pais como objeto de desejo para diversão, viram seu mundo escolar migrar para pequenas telas. Quem um dia seria ousado suficiente para sugerir que uma geração inteira poderia ser alfabetizada com aulas por uma tela de celular sem qualquer preparação para transição ou robusto plano de ensino?

À medida que nos afastamos, vimos a maioria das nossas casas voltarem a ser o centro das nossas vidas: nosso núcleo familiar, social, escolar e, claro, de trabalho. É óbvio dizer que o impacto não esteve restrito aos indivíduos. As relações de trabalho mudaram drasticamente em semanas. Ressignificar tem sido um exercício constante. Desafios emergem de todo lado, possivelmente em proporção semelhante que as oportunidades. Passados mais de seis meses da chegada da pandemia no país, vivemos algumas mudanças, tangíveis ou intangíveis, que são absolutamente irreversíveis. Não seria diferente com os ecossistemas de inovação, na sua infraestrutura e na sua arquitetura.

Impacto nos negócios

Neste contexto, é senso comum que o uso intensivo das tecnologias digitais para comunicação foi fundamental para manter os negócios funcionando. A necessidade imediata de reconversão de relações e concepções para a manutenção dos serviços essenciais (e outros nem tão essenciais assim), pressionou esferas legais e organizacionais em todos os níveis. Legislações foram flexibilizadas, políticas organizacionais foram revisadas e posturas profissionais pessoais foram revistas. Porém, mais do que viabilizar que transações fossem feitas a distância, o cenário derrubou barreiras de *mindset* de todos os lados. São inúmeros os exemplos de atividades e reuniões que jamais se cogitariam fazer a distância, e que hoje poucos estariam dispostos a se deslocar para tal.

Outra mudança que parece irreversível é o foco no propósito e nas pessoas. Nesse período em que as organizações (e pessoas!) se voltaram para dentro, obrigadas a se reorganizar, emergiu uma necessidade indissociável do contexto: o que eu realmente faço, para quem e por quê? O propósito das organizações foi escancarado. Escancarado também ficou o fato de que as pessoas são, em essência, valiosíssimas para as organizações. Zelar pela sua saúde e bem-estar (físico e mental) já não é uma bandeira a ser levantada ou legislação a ser seguida, é uma necessidade.

A combinação da adoção de tecnologias digitais em massa e foco nas pessoas traz reflexões interessantes e mudanças objetivas para nossos contextos profissionais. Ainda em meio a uma pandemia é arriscado definir como serão as relações de trabalho, mas temos uma certeza: o trabalho remoto veio para ficar.

Ainda que a realidade do trabalho remoto não seja novidade para alguns segmentos, como para tecnologia da informação por exemplo, esse senso comum traz desdobramentos em inúmeras frentes. Aqui vamos focar em explorar a ressignificação dos espaços de trabalho. À medida que a pandemia é parcialmente controlada em determinadas regiões a retomada é a pauta mais frequente. Quando falamos em retomada aos ambientes de trabalho, o primeiro questionamento que precisa ser levantado é: quem volta ao presencial e qual a razão para isso? Só então se tem subsídios para avançar no como e, conseqüentemente, em como os espaços estarão montados para essa recepção das pessoas e seus novos formatos de trabalho.

Com a adoção de modelos de trabalho remoto, a densidade ocupacional dos espaços das empresas será alterada. Essa mudança está diretamente relacionada a atividade *core* da organização, mas também é impactada pelo contexto dos seus colaboradores. A produtividade é um aspecto que está sempre presente nas rodas de discussão de trabalho remoto. Há quem tenha um contexto pessoal em que a produtividade aumenta expressivamente no remoto, porém também existe um grupo (nada pequeno) que tem sua produtividade negativamente impactada pelo contexto doméstico (ainda que o trabalho remoto não esteja restrito ao ambiente das casas).

Em busca de um novo equilíbrio

Neste sentido, considerando atividade *core* de organização combinada ao perfil de seus colaboradores, não há possibilidade de haver consenso quanto à densidade de ocupação dos espaços. Em exploração informal, constatou-se que, em média, empresas prioritariamente digitais estimam reduzir a 30% suas sedes presenciais, enquanto empresas de indústrias tradicionais relacionam essa redução apenas a setores administrativos que, em geral, não representam mais que 20-30% da operação. O consenso é que a densidade será reduzida.

Outro aspecto que desponta como consenso consolidado é o desafio de transmitir a cultura organizacional pelos meios digitais. Nesse momento de pandemia, foram inúmeros os *posts* que vimos de colaboradores recebendo seus “caderninhos e canecas” em casa enviados pelas empresas, quase como nova *commodity*, substituindo o crachá de acesso ao prédio em uma busca ínfima de levar o contexto organizacional ao remoto.

Na contramão do que é apontado como competências essenciais para o futuro das relações de trabalho, o contexto digital limita capacidades humanas relacionadas aos sentidos, e tende a afetar o exercício da empatia, da criatividade, do vínculo e da cooperação.

Desse contexto, podemos ler alguns claros sinais: os escritórios terão sua densidade de ocupação reduzida; escritório será lugar de produtividade para alguns, para outros o lugar de produtividade é *anywhere*; a interação presencial sendo considerado o principal modelo para a disseminação do intangível, da cultura organizacional, do acaso criativo, do encontro.

A busca pelo equilíbrio entre produtividade e capacidade criativa não é um desafio da pandemia, mas sem dúvida é um ponto crítico nesse cenário. E aí chegamos objetivamente no contexto dos ambientes de inovação. Quais oportunidades e desafios emergem para essas estruturas que têm em seu propósito principal a conexão entre atores, ser a ignição e motor de iniciativas que dependem de redes colaborativas para se tornarem viáveis, mas que por outro lado tem grande parte dos seus modelos de negócio pautado pela receita de ocupação de áreas físicas?

Reiteradamente afirmamos: “aquela empresa que se instala em um parque tecnológico, chega no início do dia, percorre as áreas de uso comum e fecha suas portas para desempenhar suas atividades, não alcança compreender nossa proposta de valor”. Explicamos desde o primeiro tijolo que nossa operação está baseada nas pessoas e nas relações entre elas, que “tijolos” são meras ferramentas que viabilizam esses encontros.

Nos ecossistemas de inovação, a situação de pandemia nos coloca o desafio de replicarmos esse modelo digitalmente, com todos os desafios da limitação de sentidos, porém nos apresenta a oportunidade de ver nossa rede exponencialmente ampliada, chegando *anywhere*.

A nova fronteira: os ecossistemas de inovação híbridos

Nos novos **ambientes híbridos** que emergirão a partir da combinação de ambientes físicos e digitais nos ecossistemas de inovação, a pandemia gerou uma janela única para nos movimentarmos em direção aos ambientes mais ubíquos, porém também mais complexos do ponto de vista da gestão e da sua orquestração. Nos movimentamos inevitável e rapidamente para ambientes físico e remotos (ou virtuais), também sendo chama-

dos de *physical*. Com isto emergem novas oportunidades e desafios e as respostas que cada ecossistema de inovação dará determinará também o seu futuro.

Assim como os tijolos e o design de interiores dos espaços, as ferramentas digitais e seu design aceitam qualquer formato, qualquer cor. São os valores institucionais que definem a dinâmica de uso dos ambientes, sejam eles físicos ou digitais. Para efeito de reflexão, ainda em uma fase exploratória do que teremos pela frente, relacionados algumas tendências que emergem do contexto atual:

- **Novos atores no ecossistema físico e digital**
 - Descentralização dos ambientes de negócios dos grandes centros urbanos. Uma vez que a barreira de deslocamento cai e inúmeras atividades são aceitas no contexto digital, a busca por qualidade de vida cresce;
 - Voltar os olhares a territórios que formam talentos qualificados, se torna cada vez mais frequente. A implantação de estruturas, mesmo que enxutas, nas proximidades de onde estão os talentos, tende a ser uma realidade cada vez mais frequente;
 - Ampliação do número de parceiros nos ecossistemas com alta ocupação, em consequência da redução dos espaços ocupados pelas operações atuais, abrindo espaço para novos parceiros e ressignificação das áreas de uso comum.

- **Modelo de gestão dos ecossistemas**
 - Impacto nos modelos de gestão dos ecossistemas de inovação físicos na migração para os ambientes híbridos, permitindo uma orquestração entre os espaços físicos e remotos (virtuais).
 - Implantação de modelos em rede, em estrutura de grafos, com poucos níveis hierárquicos e estruturas de gestão e governança mais leves e ágeis

- **Espaço físico e equipamentos**
 - Uso de equipamentos próprios (celular, tablets, notes, alivia a demanda por equipamento de uso comum, porém amplia a necessidade de conectividade a dispositivos, principalmente de projeção (telas, televisores, projetores);
 - Em situação de pandemia, o uso de áreas externas ou abertas vem sendo

largamente explorado. Sacadas, jardins e rooftops vem sendo escolha frequente para reuniões ou mesmo estação de trabalho;

- Ampliação da demanda por ambientes de escritórios, individuais ou compartilhados, no conceito “plug and play”;
 - Ambientes flexíveis em sua configuração vem sendo uma alternativa cada vez mais adotada. É valorizada a possibilidade de adequação do espaço, com setup imediato, realizado pelos próprios usuários,
 - Conectividade imediata a dispositivos e à rede wi-fi é exigência para qualquer ambiente de trabalho híbrido, onde time presencial e remoto interagem simultaneamente.
- **Plataforma Tecnológica**
 - Concepção e desenvolvimento de plataforma tecnológica que amplie o espaço físico dos ecossistemas de inovação para o espaço virtual, gerando novas ofertas de valor e conectando com os múltiplos espaços disponibilizados, nas dimensões físicas e remotas.

Concluindo esta reflexão, entendemos que um dos mais importantes e determinantes desafios para os ecossistemas de inovação envolve as questões relacionadas ao conceito de espaço e presença, tanto no mundo físico como no virtual. Muitas possibilidades e oportunidades vão surgir, a análise e decisão estratégica de cada ambiente de inovação deverá refletir suas visões de futuro e características locais, na questão presencial, e globais, na questão remota.

Este tema é complexo pois envolve, como vimos, não somente os ambientes físicos e virtuais. No ambiente físico, envolve a ressignificação dos espaços, uma nova visão sobre a arquitetura dos espaços. Arquiteturas, de interiores e dos próprios edifícios, que definem uma visão de futuro e expressam aonde e como queremos chegar nesta visão. No mundo virtual, no desenvolvimento de uma plataforma tecnológica para suportar uma presença virtual de ecossistema de inovação temos o mesmo desafio, não mais expresso na arquitetura física, mas nas interfaces, experiências dos usuários e metáforas de navegação e presença virtual.

No ambiente virtual, envolve ainda a especificação do ambiente remoto desejado, quais as tecnologias que viabilizarão esta especificação desejada e seus impactos no

ecossistema como um todo. A competição no mundo virtual será potencialmente muito maior. E as possibilidades de parcerias e criação de espaços comuns, conjuntos, uma nova e promissora possibilidade. Provavelmente evoluiremos dos modelos de parcerias tipo softlanding, típicos dos ambientes físicos, para parcerias de co-criação e desenvolvimento de espaços virtuais comuns, no mundo remoto.

Sem dúvidas, nos próximos tempos estaremos envolvidos com estas questões com relação aos ecossistemas de inovação. As perguntas corretas e como chegaremos às respostas provavelmente vão definir o sucesso futuro de cada ecossistema de inovação. Em especial, se acreditamos que o futuro não nos levará de volta ao passado, na situação que vivíamos no período pré-pandemia. Não temos certeza de quais serão as respostas, talvez nem mesmo saibamos as perguntas corretas, mas temos convicção do como chegaremos a elas. De forma colaborativa, co-criando o novo modelo, onde todos os atores são envolvidos, em cada ecossistema de inovação.



O REPOSICIONAMENTO DOS HABITATS DE INOVAÇÃO APÓS A PANDEMIA DO COVID-19

Marcus Rocha

O ano é 2020 e muitas mudanças aconteceram. A pandemia do Covid-19 provocou uma aceleração da transformação digital sem precedentes, afetando negócios, relações comerciais e pessoais. Enquanto não surge um tratamento ou vacina, a recomendação dos especialistas da área médica é evitar o contato pessoal e as aglomerações e, com isso, o trabalho remoto em casa - *home office* - passou a ser regra geral e os espaços presenciais de trabalho ficaram praticamente vazios.

Os habitats de inovação seguiram essa tendência. O que até então eram espaços dinâmicos e cheios de pessoas, eventos, encontros, debates, ideias, etc., foram esvaziados da noite para o dia. Várias questões ainda estão em aberto, e uma delas é qual será o futuro dos espaços presenciais de trabalho, entre eles os habitats de inovação.

Já há algum tempo percebe-se que espaços físicos comerciais sem vocação acabam virando *commodity* e, portanto, reduzindo seu valor, seja para venda, seja para locação. Percebendo isso, alguns empreendedores dessa área, especialmente aqueles com imóveis em ecossistemas de inovação dinâmicos, viram uma oportunidade de trazer um propósito para seus espaços. Para ser mais valorizado, o *hardware* - o edifício - precisa de um *software* - o propósito, a vocação.

São diversos os nomes de um habitat de inovação: Hub, Centro, Laboratório, Parque, e até outros mais criativos. Independentemente disso, o objetivo é um só: unir em um só lugar um conjunto de atividades que promova o empreendedorismo inovador. Assim, vemos nesses locais atividades como incubadoras, aceleradoras, programas de inovação aberta, coworking, maratonas de inovação, projetos de pesquisa, cursos, missões, entre tantas outras. Juntas, elas promovem a criatividade para a criação de soluções que devem ser significativamente inéditas e que resolvem problemas reais, ou criam novos mercados.

Fica bastante claro que um habitat de inovação é um local de interação e integração social. Por mais que sejam criados modelos para indicar qual seria o conjunto mínimo de atividades que precisam ser consideradas para um centro de inovação, o fato é que o

verdadeiro *software* reside nas pessoas que frequentam o lugar, pois são elas que criarão as inovações que se tornarão novos empreendimentos. O habitat de inovação é o meio que proporciona uma série de condições que visam facilitar a produção de inovações.

Ao final de 2020, há muitos gestores de organizações públicas e privadas empolgados com o teletrabalho. No entanto, também há muitas pesquisas questionando a sustentabilidade desse modelo exclusivo de trabalho. Destaca-se também o fato de que, dada a urgência para a adoção dessa nova forma de trabalho, houve e ainda há bastante improvisação. Espaços, tecnologias, processos, metodologias, etc. tiveram que ser adaptados rapidamente para que as organizações continuassem a funcionar. Aliás, a própria infraestrutura de telecomunicações ainda está longe do ideal para suportar todo o tráfego de dados necessário para uma boa e segura experiência de trabalho remoto.

Nos habitats de inovação, também houve uma digitalização do trabalho, mas considerando a vocação natural desses espaços, há uma expectativa de retorno às atividades tão logo seja possível. Em Florianópolis, todas as unidades da Rede Municipal de Centros de Inovação, criada em 2018, no momento são milhares de metros quadrados de área construída nos quais não se vê quase ninguém, pois as atividades de interação, capacitação, interação e atendimento também foram digitalizadas.

Mesmo com a empolgação de muitos com o teletrabalho, o fato é que há milênios os seres humanos interagem presencialmente, tanto nas relações pessoais quanto no trabalho. Então uma mudança radical de comportamento, fazendo com que as pessoas trabalhem remotamente em larga escala, não parece ser uma projeção viável. No entanto, também é bastante claro que algumas atividades poderão ser digitalizadas e que novas modalidades de trabalho serão implantadas. Se fala muito em “trabalhar de qualquer lugar”, especialmente em atividades rotineiras e que exijam pouca interatividade social.

Nesse cenário, é bastante claro que os habitats de inovação precisarão se adaptar. No entanto, imaginar que eles serão dispensáveis é um engano. Como já foi dito, o processo de criação de empreendimentos inovadores é um processo social e, por mais que vídeo conferências possam ser consideradas meios de socialização, a qualidade de comunicação e interação é muito inferior em relação à experiência presencial.

Tão logo seja seguro e possível, os habitats de inovação poderão voltar a ser ocupados. No entanto, ainda haverá um ambiente desafiador, pois, muitas pessoas tornaram a comunicação por meios digitais um hábito incorporado ao seu cotidiano. A manutenção desse hábito em larga escala pode ser uma armadilha perigosa para os ecossistemas de

inovação, pois compromete a interação social fundamental para a geração de inovações. De outro turno, também há sinais de que parte das pessoas estão ansiosas para retomar o trabalho presencial. Então os habitats de inovação terão um papel importante e estratégico para a retomada das atividades econômicas nos seus respectivos ecossistemas e para isso será necessário criar criativamente uma série de novos atrativos para trazer as pessoas de volta aos espaços de forma presencial e constante.

Também há oportunidades nesse cenário que podem enriquecer ainda mais os habitats de inovação. Com a alta probabilidade da adoção do “trabalhar de qualquer lugar”, é bem possível que organizações públicas e privadas invistam na distribuição dos seus escritórios, seja em espaços privativos ou em estações dentro de coworkings. Assim, a partir da especialização de cada centro de inovação - as áreas de negócio ou de conhecimento mais importantes de cada local - os gestores do habitat poderão criar áreas para abrigar estações de trabalho para empresas ou organizações que estejam no seu “radar”. Isso tem o potencial de aumentar a diversidade de ideias e de conhecimentos e, com as dinâmicas de integração adequadas, poderá potencializar muito a geração de empreendimentos inovadores.

A volta das atividades presenciais nos habitats de inovação não significa o abandono das dinâmicas digitais que foram adotadas durante o isolamento social. Aliás, esses canais digitais podem representar uma outra oportunidade para expandir a área de influência e de atuação dos habitats. Os eventos e cursos poderão ser realizados de forma híbrida, unindo o presencial com participantes remotos, e sem prejuízo de continuar a realizar atividades totalmente online. Os meios digitais também podem ser utilizados para realizar o atendimento de pessoas e empresas interessados em se engajar no habitat de inovação.

Dessa forma, pode-se concluir que, mesmo com as incertezas em relação à quando haverá segurança para a retomada presencial de atividades em habitats de inovação, há um cenário muito mais positivo do que negativo. No entanto, certamente não será uma simples volta ao que era feito antes. Será necessário realizar algumas adaptações importantes para que esses espaços continuem a cumprir o seu propósito, sendo um meio importante para o desenvolvimento de empreendimentos inovadores. Para tanto, será necessário um foco importante na atração das pessoas, das empresas e das organizações, o que necessitará de apoio do ecossistema local de inovação, reforçando o papel dos habitats como mecanismo estratégico para a sustentabilidade econômica da região.

Realização



Apoio





VIA



traços urbanos